UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Diferenciação sócio-econômica e Campesinato:

O caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudeste do Pará

Cátia Oliveira Macedo

Tese de doutorado apresentada
ao curso de Pós-graduação em
Geografia Humana do
Departamento de Geografia
FFLCH-USP como requisito para
obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

**São Paulo
2006**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Diferenciação sócio-econômica e Campesinato:

O caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudeste
do Pará

Cátia Oliveira Macedo

**São Paulo
2006**

Para, minha filha, Maria Luiza e Mauricio Costa.

**Para meus pais, irmãos e sobrinhos, camponeses em tempos
de latifúndio.**

**Para os assentados do Sudeste Paraense, na certeza da vida
na terra.**

AGRADECIMENTOS

O professor e orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira foi fundamental para a realização deste trabalho. Sua postura profissional, seu envolvimento acadêmico e sua amizade foram determinantes para que este texto viesse a surgir.

As contribuições dos membros da banca de qualificação, a professora Marta Inês Marques e o Professor Wanderley Messias foram também importantíssimas para que este trabalho ganhasse a feição atual.

Da mesma forma, as discussões realizadas no Laboratório de Geografia Agrária da USP contribuíram profundamente para a definição das linhas gerais da pesquisa.

Professor Jean Hébette, nas poucas conversas, porém demasiadamente profícuas me ajudou a superar os obstáculos do longo caminho que vai da primeira idéia até a preparação da ultima versão da tese.

Meus amigos “de São Paulo”, Augusto Veloso-Pampolha, Ronaldo Trindade e Iracema Jandira foram meu esteio, meu porto seguro. Eles me deram a estrutura emocional e afetiva para o tempo que precisei ficar longe de casa. Marcelo Fábio Leonardo ajudou-me em tudo, de diversas formas, em diversos momentos foi meu porta-voz junto a FFLCH/Geografia, permitindo-me trabalhar mais sossegada em Belém no período de redação final da tese. A ele meu profundo e eterno agradecimento.

Os amigos “de Belém” ajudaram neste trabalho também em momentos diferentes: Maria Raimunda Martins e Marcos Cássio Santos adentraram comigo no universo camponês do Sudeste Paraense, me elucidaram questões, me presenteando com um debate intelectualmente engajado.

Eliane Soares com a sua profunda, nova e verdadeira amizade, suportou meus desesperos, minhas crises de ansiedade com sua paciência própria as divas. A querida Cristiane Burlamaqui me presenteou com sua amizade e carinho. A amiga Cirlene muito me ajudou na transcrição das entrevistas. As queridas colegas de trabalho Paulinha, Andréa e Ivonete contribuíram com grande solicitude em meu ambiente de trabalho. Rosiete Marques, amiga e colega de profissão, ajudou-me em várias etapas da realização deste trabalho, mas principalmente na coleta de material bibliográfico. Outro colega geógrafo, Edílson Cardoso, se encarregou gentilmente pela elaboração dos mapas.

Os meus pais, Noé e Andresa suportaram minha ausência e entenderem minhas escolhas. Eliete e Manoel me acolheram em sua casa nos mais diversos momentos desde os primeiros passos de minha vida acadêmica, obrigada!

Mauricio Costa dividiu comigo as inquietações de cada momento deste trabalho, assim como está presente em todos os momentos da minha vida.

A Capes me forneceu uma bolsa de doutoramento durante estes dois últimos anos (2005-2006), quesito também decisivo para a elaboração deste texto.

Por fim, os camponeses do Sudeste Paraense permitiram que eu invadissem suas vidas, suas casas, dando-me instrumentais para a realização deste trabalho. A eles meu carinho e admiração.

Agradeço ao Deus metafísico e onipresente que sempre emerge dos bons sentimentos que brotam de cada um de nós.

RESUMO

Esta tese é resultado de uma pesquisa desenvolvida nos assentamentos Cristo Rei (Itupiranga-Pa), Ubá (São Domingos do Araguaia-Pa) e Rio Branco (Parauapebas-Pa). Buscamos abordar o tema da diferenciação social do campesinato através dos estudos destes assentamentos. Tomamos como ponto de partida a reconstituição da história de luta pelo acesso a terra. Objetiva-se com isso entender como as diferentes estratégias de ocupação da terra têm influenciado formas particulares de organização destes grupos sociais. Isto implica, por sua vez, na reflexão sobre os condicionantes da forma de produção do espaço agrícola pelo camponês destas áreas e seus mecanismos de reprodução social. Verificamos que as mais variadas ações para a conquista da terra, sejam elas coletivas — como as ligadas aos movimentos sociais — ou individuais — como a abertura de posse por famílias ou pequenos grupos de posseiros na região — refletem diretamente na organização interna do assentamento e sua relação com os mais variados segmentos sociais e institucionais. O trabalho então discorre acerca das diferentes formas em que a diferenciação do campesinato nesta parte da Amazônia pode ocorrer.

Palavras-chave: Campesinato, Diferenciação social, Assentamento, Território, Amazônia.

ABSTRACT

This thesis is the outcome of a research developed in the rural settlements Cristo Rei (Itupiranga-Pa), Ubá (São Domingos do Araguaia-Pa) and Rio Branco (Parauapebas-Pa). We mean to study a social differentiation phenomenon through a research applied to these settlements. It is taken as a departure point the reconstitution of the historic struggle for the access to land. The focus is to understand how different strategies of land occupation have influenced particular types of organization concerning these social groups. This involve, by its turn, the comprehension of the arrangement of the production of farming space by the peasants from these areas and their mechanisms of social reproduction. We verified that most of the varied actions oriented to land conquest, whether they be collective – as the ones connected to the social movements – or individual – as the occupation of land by small groups of landless peasants in the region – they reveal clearly the inside organization of the settlement and its relation to the varied social and institutional factions. This work, at last, is interested in the different ways by which peasant differentiation occurs in this part of Amazon.

Key-Words: Peasantry, Social Differentiation, Settlement, Territory, Amazon.

SUMÁRIO

Índice	IX
Índice das Tabelas	X
Resumo	VI
Abstract	VII
Introdução	01
Capítulo I	10
Capítulo II	42
Capítulo III	89
Capítulo IV	131
Conclusão	181
Referências Bibliográficas	184
Anexos	194

ÍNDICE

Introdução	01
Capítulo I – Ocupação do Sudeste do Pará: a transformação do território	10
1.1 – As Mudanças Políticas e Econômicas dos anos 1960 para a Amazônia	24
Capítulo II – Ações de Luta pela Terra no Sudeste do Pará	42
2.1 – Fragmentos da Geografia da Luta pela Terra no Sudeste Paraense: conflitos, negociações e alianças	46
2.2 – As Novas Marcas da Luta pela Terra no Sudeste do Pará	67
2.3 – A Atuação das Entidades: a Igreja, o Sindicato e o Movimento Sem Terra	75
2.3.1 – A Igreja e sua atuação na Luta pela Terra	75
2.3.2 – Os Sindicatos	79
2.3.3 – O MST e a Luta pela Terra no Sudeste do Pará	82
Capítulo III – A Trajetória Social dos Assentados: Cristo Rei, Ubá e Rio Branco	89
3.1 – Os Municípios: Itupiranga, São Domingos do Araguaia e Parauapebas	93
3.2 – A Territorialização da Luta pela Terra	102
3.2.1 – Assentamento Cristo Rei	102
3.2.2 – Assentamento Ubá	112
3.2.3 – Assentamento Rio Branco	116
3.3 – A Reprodução Social dos Camponeses: família, produção, sociabilidade e política	121
Capítulo IV – A Diferenciação Social nos Assentamentos: Cristo Rei, Rio Branco e Ubá	131
4.1 – A Diferenciação Social no interior do Campesinato Paraense	165
Conclusão	181
Bibliografia	184
Anexos	194

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 — Número de Assentamentos por Mesoregião do Pará	39
Tabela 2 — Ocupações finalizadas com morte no Pará	51
Tabela 3 — Lideranças assassinadas no campo paraense	52
Tabela 4 — Conflitos no Pará entre 1994 e 2004	54
Tabela 5 — Conflitos pela posse da terra em áreas de castanhais	60

INTRODUÇÃO

A terra me devolveu a vida. Ganhei saúde e resistência pra ir pro meu roçado todo dia cuidar das prantação (sic) é isso que me faz forte. (Francisco Silva, Assentamento Ubá, janeiro de 2005)

A terra é presente de Deus e ninguém pode ser melhor do que o outro na terra. Ele pode ter 100, 200 cabeça de gado. Mas o importante pra mim é ter a terra, é morar na terra e isso ninguém me tira. (Maria José, Assentamento Rio Branco, Julho 2005).

Só a união nos dá a certeza de continuar na terra, por que a gente vai e reivindica as nossas necessidades. O sindicato é um apoio muito grande, a CPT. (Vicente, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itupiranga-Pa, Julho de 2005).

Enquanto concluía a redação deste texto se noticiava em toda a imprensa paraense o assassinato de mais uma família camponesa¹ no município de Baião, Noroeste do Pará. Sabia-se (fato intensamente noticiado pela imprensa local) que há algum tempo a família vinha se indispondo com o fazendeiro da área, por que se recusara a vender suas terras. A violência tomou esse rumo quando o suposto comprador percebeu que seria infrutífera sua investida e a negociação não se realizaria.

A morte do casal e seus dois filhos foi o desfecho de mais uma disputa pela terra na Amazônia. Tal fato, que em hipótese alguma pode ser apresentado como casual ou isolado, inscreve-se no rol da questão agrária paraense, amazônica e brasileira com a sua face mais perversa, a violência.

¹ No dia 19 de junho por volta da 3 horas da manhã 5 pistoleiros invadiram a casa da família de Raimundo Nonato Muniz, no assentamento largo verde no município de Baião a 50 km de Tucuruí. Os homens ordenaram que Raimundo, sua esposa Isaura, sua filha Tatiane e seu filho Thiago deitassem no chão onde foram executados com tiros de espingarda à queima roupa. Dois menores que estavam na casa João de 15 anos e Maria de 10 foram poupados por não fazerem parte da família de Raimundo. Entretanto, foram obrigados a entrar na casa já em chamas juntamente com um bebê de 7 meses, filha de Tatiane, e só deveriam sair de lá quando o fogo já tivesse queimado quase tudo. Os menores foram ameaçados de morte juntamente com suas famílias caso contassem algo sobre o que testemunharam. Mesmo assim um deles afirmou ter reconhecido 3 dos assassinos como membros da família de Lucas cujas terras fazem divisas com as das vítimas. A família de Lucas vinha pressionando Raimundo a entregar-lhes dois lotes nessa área e diante de sua negativa já haviam ameaçado ele e sua família. (Secretaria Nacional da CPT – “Chacina mata família de Trabalhador Rural no Município de Baião” –Pará/ 26/06/2006)

Noticiada por toda imprensa paraense e mesmo nacional, a morte desta família camponesa², rapidamente desapareceu da mídia e com ele o esvaziamento do debate em torno da questão. Muito rapidamente estas mortes passaram a ocupar apenas os dados estatísticos que alarmam, entristecem, mas só.

A história desta família se aproxima de muitas histórias de vida, histórias de muitos Josés e Marias, nos assentamentos por mim estudados. Nem sempre a violência ocorreu com alguém da família, mas quase sempre ocorreu com o vizinho, com um parente, com um conhecido, porque a violência é marca, é parte do processo de luta pela terra nesta região da Amazônia.

Mas virando a página da violência e adentrando no universo do camponês que garantiu sua permanência ou entrada na terra, nos propomos abordar neste trabalho o tema diferenciação social do campesinato. Tomaremos como ponto de partida a reconstituição da história de luta pelo acesso à terra. Objetivamos entender como as diferentes estratégias de luta implicam na organização interna dos assentados, seja no tocante à produção, organização política, sociabilidade, mas principalmente no que concerne à diferenciação social do campesinato nesta região.

Isto implica, por sua vez, na reflexão sobre os condicionantes da forma de produção do espaço agrícola pelos camponeses dessas áreas e seus mecanismos de reprodução social. Acreditamos que as mais variadas ações para a conquista da terra refletem diretamente na organização interna do Projeto de Assentamento e sua relação com os mais variados segmentos sociais e institucionais. Tais ações podem ser coletivas, como as ligadas aos movimentos sociais, ou individuais, como a abertura de posse por famílias ou pequenos grupos de posseiros na região. Contudo, já no assentamento, somam-se àquelas ações que viabilizam o acesso, trajetórias de vida, vivências, mesmo que marcadas por elementos de campesinidade distintas, e

² Neste trabalho, o termo camponês indica uma forma de organização socioeconômica que pressupõe, organização social, regras de trabalho familiar e elementos culturais. Nas palavras de Martins, “Essas novas palavras -camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classes e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção de história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação

que concorrerão para as escolhas dos assentados nos assentamentos. Neste universo, vários elementos concorreram para o entendimento da diferenciação social camponesa no Sudeste Paraense, permitindo a ultrapassagem do limite do aparente-visível: a economia e seus desdobramentos.

A pesquisa se concentrou nos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Assentamento Rio Branco, localizados respectivamente nos municípios de Itupiranga, São João do Araguaia e Parauapebas³ (ver em anexo Mapa 1). O primeiro é uma área de posse, ocupada há mais de 20 anos (1982) por posseiros que aos poucos foram se estabelecendo no lugar em 1999, transformada em Projeto de Assentamento. O segundo assentamento, criado em 1997, recebe apoio direto da FETAGRI e da CPT desde os primeiros momentos da luta pela terra. O terceiro assentamento, criado em 1992, resultou da luta pela terra organizada pelo Movimento Sem Terra na região.

Esses assentamentos foram escolhidos como locus da pesquisa essencialmente por dois fatores: primeiro, porque a diversidade de formas de ocupação da terra aí verificáveis nos permitia abranger, em área relativamente restrita, uma série de situações típicas, imprescindíveis para se discutir em termos mais amplos a temática da diferenciação social; segundo, porque o tempo transcorrido desde o início destas ocupações nos possibilitaria uma compreensão exemplar dos movimentos de ocupação camponesa na região Sudeste do Pará, sua história, suas características e suas transformações.

Através de uma análise precipuamente geográfica, nos propomos pensar aqui o campesinato do Sudeste paraense na perspectiva daqueles que o vêem como sujeito de dentro do modo de produção capitalista e, de algum modo, desenvolvendo atividades ligadas a ele. Essa compreensão se faz na certeza de que ao mesmo tempo em que o modo de vida camponês se apresenta subordinado à sociedade capitalista, dela se distancia, ao apresentar orientações sócio-culturais inerentes a seu modo de vida.

Constitui-se o modo de vida camponês orientado por elementos díspares dos direcionamentos que organizam a vida sob a perspectiva do mercado.

ou à cidade, mas na estrutura da sociedade, por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico” (1983:22).

Desta forma, a produção camponesa, ganha novos contornos, como produção para a reprodução da vida, reprodução da família. Tal produção orienta e é orientada pelo valor família. Neste universo que compõem o modo de vida camponês e, por conseguinte, a reprodução socioeconômica da família, três elementos apresentam-se indissociáveis e estruturantes: terra, trabalho e família.

O convívio com os camponeses para a coleta de dados se dividiu em diversas etapas, que se constituíram em estadias mais longas e outras mais curtas. Nestes momentos participei desde reuniões de associações, sindicatos rurais, até eventos mais restritos à família, como aniversários e casamentos até os rituais religiosos. Além disso, foram horas de conversa, às vezes no interior das casas e vários integrantes da família, outras vezes, na parte externa, desta vez além dos integrantes da família, vizinhos e outros. As entrevistas propriamente ditas foram realizadas em momentos bem pontuais, uma vez que se começava uma entrevista e ao longo dela outras pessoas eram introduzidas na conversa. Tal convívio me permitiu verificar o significado da entrada na terra para estes camponeses, assim como as relações mais internas a organização do assentamento. Aos poucos fui deslindando os condicionantes da diferenciação social nos assentamentos estudados.

De forma transversal são discutidas outras questões, neste trabalho, relacionadas ao processo de transformação do território no Sudeste Paraense: a luta pela terra e seus desdobramentos através da atuação dos posseiros, Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os condicionantes da diferenciação social do campesinato.

A tese defendida por este trabalho é a de que a diferenciação social do campesinato no Sudeste do Pará não se restringe à constatação da mensuração da capacidade produtiva, ou com relação ao grau de desenvolvimento econômico vivida pelos assentados, o que implicaria na existência de camponeses fortes e fracos, camponeses de sucesso ou fracassados. Muito mais do que o condicionante econômico se descortina na fala dos assentados os elementos aglutinadores da luta pela conquista de direitos. Destacam-se elementos culturais que se apresentam fortemente

tecendo e re-tecendo o modo de vida camponês nestes assentamentos, assim como a organização política que aparece como a principal artéria que orienta a organização interna aos assentamentos.

O principal esforço teórico atém-se à compreensão dos elementos condicionantes da diferenciação do campesinato no processo de apropriação do território capitalista pelos camponeses dos assentamentos Ubá, Cristo Rei e Rio Branco.

A produção teórica acadêmica diverge quanto à compreensão dos camponeses e suas lutas na sociedade atual. Fundamentados numa leitura economicista e evolucionista, estão aqueles que vêem os camponeses como resíduos em vias de extinção, uma vez que os camponeses são prescindíveis, não havendo lugar para eles na sociedade capitalista.

De outro lado, se considera a existência do campesinato na sociedade contemporânea como resultado do processo de desenvolvimento capitalista apresentar-se desigual e combinado, o que acabaria produzindo relações não capitalistas do capital. Nesta concepção, “o capitalismo em seu desenvolvimento apresenta tempos históricos simultâneos, ou seja, o tempo da economia camponesa presente e subsumido à lógica do capital” (Simmoneti, 1999: 04).

Neste contexto em que o capital não se desenvolve de forma igualitária em todos os lugares e situações, portanto, não produzindo relações, unívocas e unilaterais é indispensável a leitura, a interpretação das novas lutas que vêm sendo gestadas no seio da sociedade brasileira. Como explicita Martins,

“Uma grande dificuldade para compreender o aparecimento de novos sujeitos dos direitos do povo no campo, novas formas de organização e de luta, está nos métodos e nos esquemas teóricos utilizados pelos autores que se dedicam ao estudo das transformações sociais no meio rural. A perspectiva que adotam é geralmente evolucionista. Por mais diversos e até opostos que sejam os resultados de suas análises, a maioria adota a perspectiva de que as transformações que estão ocorrendo culminam no estabelecimento ou na expansão das relações capitalistas de produção, isto é do trabalho assalariado. Muito pouca atenção tem sido dada à variedade das formas assumidas pelas contradições do capital numa sociedade que, diferente das sociedades européias, que são uma referencia dos modelos teóricos, tem um passado colonial e escravagista e um presente de dependência com relação os países desenvolvidos”. (1993: 107)

E continua,

“Uma preocupação seria com a questão dos novos sujeitos nas lutas dos trabalhadores rurais em países como o Brasil, e em outros países latino-americanos, deve envolver uma concepção mais dinâmica efetivamente dialética do processo histórico, que recupere a questão do desenvolvimento desigual na sua acepção clássica e não na acepção economicista que foi vulgarizada para dar conta do desenvolvimento econômico desigual entre os países pobres e ricos” (1993: 108).

Dentro desta perspectiva, tanto os camponeses estariam fadados ao desaparecimento quanto as lutas oriundas dos anseios destes sujeitos não teriam futuro e muito menos importância histórica. “É que seriam tidas como lutas de resistência ao desenvolvimento do capitalismo, (...) diferentes das lutas operárias, que deverão levar a superação do capitalismo e a construção do socialismo”(idem).

Numa abordagem geográfica Oliveira (2004:35) ressalta a importância da compreensão do papel dos camponeses na sociedade capitalista brasileira.

“Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. (...) Na realidade, o que ocorre é que estes autores têm uma concepção teórica que deriva de uma concepção ideológica de transformação da sociedade capitalista. Ou seja, partem do pressuposto de que a chegada do socialismo só seria possível se a sociedade tivesse apenas duas classes sociais antagônicas: o proletariado e a burguesia. É, pois, essa concepção que esses autores e partidos políticos têm procurado impor às lideranças dos movimentos sociais a qualquer preço. Com isso causam mais confusão do que esclarecem essas lideranças, pois em vez de explicar o que está realmente acontecendo no campo, passam apenas “uma visão teórica” do que “acham”que está ocorrendo”.

E prossegue,

“A análise da agricultura brasileira neste último decênio do século XX deve ser feita no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista no Brasil. Este procedimento passa necessariamente pelo entendimento do desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações tipicamente capitalistas mais avançadas, produz também igualmente e contraditoriamente, relações camponesas de produção necessárias à sua lógica de desenvolvimento... A compreensão destes processos são fundamentais no entendimento da agricultura brasileira pelos geógrafos. Para nós, o território deve apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do

processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações superestruturais(políticas, ideológicas, simbólicas e etc) onde o Estado desempenha função fundamental de regulação. É pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (1995: 280).

Esta contribuição teórica possibilitou analisar os meandros da transformação do território decorrente da expansão do capital na Amazônia assim como o emaranhado da luta pela terra no Sudeste paraense.

Assim, no primeiro capítulo buscaremos compreender o processo de transformação do território, através da historia de ocupação da região. Sabidamente reconstruir a historia desta região é enveredar por uma história de conflitos, violência, expropriação, negociação e aliança, resistência e protesto. Nela verificamos o processo de apropriação privada da terra e a constituição do “Oceano do Latifúndio”⁴, em meio a destruição da biodiversidade existente na região, destruição de comunidades indígenas através da redução de seu território e da aproximação com as atividades e hábitos do não índio e da espoliação de um campesinato há muito existente na região. Vimos também a chegada do posseiro/camponês e sua luta para entrar e se manter na terra. Neste sentido é que a concepção de território, aqui defendida nos ajuda a compreender as transformações ocorridas na região, ou seja, território que é entendido, como “síntese contraditória”, resultado de processos sociais desiguais de produção deste espaço. Assim ao mesmo tempo em que avança a expansão de atividades tipicamente capitalistas na região, o camponês ocupando novas terras e fracionando o território capitalista.

No segundo capítulo, destacaremos as ações de luta pela terra no Sudeste do Pará. Atentamos principalmente para as dinâmicas e estratégias que essa luta vem assumindo nos últimos anos, denominados aqui de “as novas marcas da luta pela terra”. Nos atemos principalmente ao papel das organizações sociais (Igreja, Sindicatos Rurais e Movimento Sem Terra) no processo de construção da luta pela terra na região.

Nos últimos anos a prática da ocupação/acampamento/assentamento como estratégia de acesso à terra tem sido utilizada pelos mais variados

segmentos em luta pela terra na região. Em muitas ocasiões, as ocupações e acampamentos reúnem grupos diversos ligados ao MST e aos STRs. Estas ocupações coletivas acontecem principalmente na corrida pela conquista das novas demandas geradas no assentamento, tais como crédito agrícola e construção de infra-estrutura dentro do PA (estrada, transporte, educação, saúde). De modo geral estas novas demandas acabam por consolidar ou ampliar a luta que se constrói por ocasião da conquista da terra, impulsionando a luta por novas conquistas.

No terceiro capítulo, analisaremos a trajetória social dos assentados e sua dinâmica no processo de reorganização pelos camponeses desta fração do território capitalista. Mais propriamente se objetiva através da história de vida⁵ destes trabalhadores compreender a reprodução social destes grupos no assentamento. Através de depoimentos procuramos verificar como as relações sociais vivenciadas por estes sujeitos imprimem a construção de um universo de representações sobre as suas vidas, seus anseios e necessidades.

Desta forma, recolhemos longos depoimentos sobre a trajetória social, dos assentados assim como, histórias de vida e suas perspectivas no momento de conquista da terra. Verificamos a partir disso, que a forma de acesso a terra, ou seja, as estratégias de luta pela terra, implicam diretamente num modelo de organização interna ao assentamento, por parte destes sujeitos. Além disso verifiquei que a diferenciação social reflete diretamente o processo de construção da luta pela terra. A organização política para a conquista da terra de forma mais ampla, expõe agora no assentamento a construção de uma consciência coletiva política, que se sobrepõem ao processo econômico de produção. Muito mais do que produzir mercadorias, busca-se a produção do grupo social, a reprodução da família sob o modo de vida⁶ camponês.

⁴ Referência feita a minha dissertação de mestrado “Ilhas de Reforma Agrária no Oceano do Latifúndio: a luta pela terra no assentamento 17 de abril-PA”, apresentada a FFLCH/USP-2001.

⁵ O uso da história oral como técnica de pesquisa foi recorrente para o levantamento destes dados. Sobre isto ver Thompson (1992).

⁶ Para a socióloga Elizabeth Lobo (1992:10), o modo de vida corresponde às práticas de produção e consumo, às formas de sociabilidade da vida cotidiana e as relações de poder que entrecruzam a vida social.

No quarto e último capítulo, abordarei os meandros em que a diferenciação social do campesinato do Sudeste do Pará pode se dar. Busquei um conjunto teórico existente de referências que me permitiram estabelecer o debate entre as perspectivas da diferenciação social do campesinato e a produção acadêmica já existente. Para isso, utilizei principalmente depoimentos e histórias de vida que me permitiram deslindar as relações construídas entre os assentados e que de algum modo se materializavam em rearranjos de poder, prestígio e mesmo vantagens econômicas.

Adentremos então o espaço de reprodução da vida destes camponeses do Sudeste paraense!

1

OCUPAÇÃO DO SUDESTE DO PARÁ: A TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

“A integração da Amazônia ao resto do Brasil havia começado antes da ditadura. Acentuou-se nos 20 anos que esta durou, permaneceu na longa fase de espasmo político da “transição para a democracia”. Os mecanismos arbitrários de concessão de terras e outros estenderam-se até os dias atuais”. (Loureiro, 1992: 67).

“A colonização não é considerada em nosso país uma necessidade social que devesse atender urgente e prioritariamente aos chamados excedentes demográficos que vão sendo deslocados da terra pela expansão das grandes fazendas e empresas. Por isso mesmo, o ritmo de proliferação das grandes fazendas subsidiadas pelo Estado de diversos modos é sensivelmente mais rápido do que o ritmo de assentamento de lavradores sem terra” (Martins, 1991: 76)

As transformações pelas quais passaram a região Sudeste do Pará encontram paralelo com a história de ocupação de outras áreas do Brasil, em particular da Amazônia, ou seja, saque e apropriação indevidos de terras indígenas, expansão e domínio do capital sobre a posse, conformaram a dinâmica e a singularidade da metamorfose do território na região. Neste cenário de conflito, violência, resistência, por vezes expropriação, revolta, conformação de identidade, sonho, esperança, (re)fizeram-se trajetórias de vida com o distintivo da luta pela terra.

Nas mais diversas etapas de ocupação do território amazônico, contrastam interesses e objetivos impondo à região uma territorialidade conflituosa. Desde as primeiras viagens em busca de drogas do sertão até a expansão do capital nacional e internacional na segunda metade do século XX, chocam-se interesses, confrontam-se territorialidades. O índio, o caboclo, o posseiro, o sem terra, em tempos históricos e através de ações diversas, opõem-se aos de fora, “paulistas”, porém, em alguns momentos, aos do próprio local, famílias tradicionais que se metamorfosearam em fazendeiros e comerciantes.

Neste item, faremos uma breve abordagem sobre a ocupação da mesorregião Sudeste do Pará⁷, atentando para as transformações ocorridas na região para atender às necessidades da atividade extrativa até o processo de integração das terras devolutas ao domínio privado. Impõem-se, a partir deste momento, modificações na organização deste território, tendo o Estado como o principal articulador. Esse processo se materializou através de diversos projetos aqui instalados, produzindo um novo ordenamento ao espaço geográfico local e regional.

Num primeiro momento, a Amazônia não despertara interesse aos colonizadores portugueses, que vieram ocupá-la, ainda de forma esporádica, nos séculos XVII e XVIII. Neste contexto, os portugueses deslocam-se para a região com a finalidade de afastar possíveis concorrentes e tomarem posse das drogas do sertão abundantemente disponíveis na região (cravo, canela,

⁷ A Mesoregião Sudeste do Pará é formada por 7 microrregiões (Tucuruí, Paragominas, São Félix do Xingu, Marabá, Parauapebas, Redenção e Conceição do Araguaia).

anil, cacau, raízes aromáticas, sementes oleaginosas, madeiras, salsarrapilhas). “Esta foi uma linha de povoamento basicamente lastreado em uma ação militar em prol das terras potencialmente produtivas” (Muller e Cardoso, 1977:21). Além disso, a caça ao índio trouxe para a Amazônia colonos portugueses que necessitavam de mão-de-obra para a produção do açúcar, fumo e outros produtos. Desses movimentos, formaram-se os núcleos militares, coloniais e as missões, baseadas na exploração indígena, e que representaram as primeiras manifestações da ocupação européia na Amazônia⁸.

De acordo com Velho,

“A Amazônia permaneceu séculos numa situação de grande marginalização em relação ao mundo, mas especialmente em relação ao próprio Brasil. Isso se agravou com a desintegração do sistema de exploração da mão-de-obra indígena dos jesuítas e da decadência da zona agrícola. As comunicações se davam diretamente com Lisboa, e não é por acaso que lá se organizou um dos focos de resistência ao movimento de 1822” (1972:35)

Com Marquês de Pombal, em 1750, impõe-se um novo ritmo de ocupação da Amazônia com o intuito de apressar o povoamento na região. Pombal “decreta leis que isentam os colonizadores de impostos régios, que concedem sesmarias como prêmio, que distribuem gratuitamente instrumentos agrícolas”. (Muller e Cardoso, 1977:23) Este ambicioso projeto seria implementado pela Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. Todavia, não conseguiu dinamizar a produção na região, uma vez que em fins da década de 1890, o volume da produção extrativa ultrapassava o da produção cultivada.

No montante da produção extrativa, destaca-se, neste período, a produção do látex, marcando a história regional com o “*ciclo da borracha*”. “Estabelece-se, a partir deste momento, um sistema de exploração extremamente rudimentar das árvores nativas que davam a goma (...)” altamente dependente para qualquer aumento da produção, do afluxo de mão-

⁸ Segundo Muller e Cardoso, (1977) “A economia brasileira, em seu conjunto, apresentava-se nos meados do século XVIII, como uma constelação de sistemas tenuamente articulados entre si: a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão. Esses sistemas interligavam-se através da extensa Hinterlândia pecuária, mas de modo flúido e impreciso. No último quartel desse século, o único sistema que apresentou efetiva prosperidade foi o Maranhão, que estivera estagnado desde meados do século anterior, devido a já mencionada desorganização dos mercados açucareiros e de outros produtos”. (idem)

de-obra e de ocupação de novas áreas. (Velho, 1972:36) Aliado a isso, uma migração em grande escala facilitada pelas próprias condições dos nordestinos⁹ (principal mão-de-obra utilizada) que atravessam a baixa do “curto período de prosperidade do algodão” bem como um forte período de seca¹⁰. Assim, a “disposição desta mão-de-obra não só resolveu o problema de sua escassez relativa, como reforçou a tendência ao trabalho compulsório” (idem: 36)

“A certeza do caucho atrai multidões de muitas partes, especialmente do Maranhão e do Norte de Goiás, ainda transbordamentos da frente pecuarista; e também do Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia e outros Estados. Aparentemente, na área do Itacayunas a exploração da borracha sempre foi livre. Qualquer um que quisesse poderia internar-se na mata em busca da goma”.

Neste ínterim, pequenas aglomerações¹¹ que se forjaram nas margens dos rios, em fins do século XIX, quase desapareceram com a intensificação da produção extrativa¹². Deve-se ressaltar que a riqueza proveniente da borracha desencadearia, em fins do século XIX e início do século XX, uma corrida

⁹ A figura que caracterizava o seringueiro na Amazônia era o Nordestino. “Trabalhava em média dezesseis horas por dia. Morava numa barraca sem proteção contra o frio, a chuva os insetos e se alimentavam de jabá, farinha d’água, arroz e conservas, muitas vezes deterioradas. Alguns se sustentavam com o simples “chibé”, uma bebida refrigerante feita de água, açúcar ou rapadura e farinha de mandioca. Isolado no seio da floresta, longe dezenas de quilômetros das margens dos rios, morava só, com um ou dois companheiros às vezes. Quando o seringueiro no início do surto da borracha era homem da Amazônia – o caboclo-vivia com sua família; os primeiros nordestinos que vieram como retirantes da grande seca também a trouxeram, mas no período do rush da borracha o homem em geral vinha só. (Prado & Capelato, 1985,297)

¹⁰ De acordo com Velho (1972, 36) “Na verdade tudo se liga em boa parte e em, última análise às dificuldades crescentes experimentadas pelo dominante e exclusivista, embora decadente, sistema da plantation em absorver os excedentes demográficos, a que não é estranho igualmente o crescimento a partir dessa época do setor terciário nas cidades. Isso surge a luz do dia em face do comportamento do mercado externo e da combinação com dificuldades climáticas, que reduzem a capacidade de absorção dos excedentes populacionais por parte dos subsistemas dependentes da plantation no agreste e no sertão, o que vai contrastar com alternativas concretas que surgem, de início excepcionalmente, fora da região”. Além disso, a prolongada seca na região Nordeste, entre 1877 e 1880, dizimou entre 100 a 200 mil pessoas e praticamente todo o rebanho da área deixando um quadro de miséria.

¹¹ A criação do burgo de Itacayunas está diretamente relacionada com as lutas partidárias nacionais e com os conflitos locais de caráter político e religioso ocorrido entre facções partidárias em Boa Vista do Tocantins, em 1892. Esses conflitos envolviam principalmente disputa de poder entre os coronéis Francisco Maciel Perna (intendente local) e Carlos Gomes Leitão (Deputado Estadual e chefe emergente em luta para exercer o controle local). O desfecho do conflito de Boa Vista levou o grupo de Carlos Leitão a avançarem para o Leste e para o Norte, descendo o Tocantins em direção ao Itacayunas onde estabeleceram uma colônia agrícola. Em 1986 a população da colônia era de 222 habitantes, 55 famílias que se estabeleceram e desenvolveram um povoado a margem esquerda do Tocantins, atraindo inclusive índios que habitavam as matas próximas.

desenfreada de capitais e mão-de-obra para a Amazônia. Nesse período, destacamos dois processos como fundamentais para a realização da exploração da borracha, sendo o primeiro marcado pela utilização desta em grande escala no mercado automobilístico europeu, nascente no início do século XX. O segundo processo decisivo para o estabelecimento da exploração da borracha, enquanto comércio internacional lucrativo, foi marcado pela entrada de capitais que foram instalados na região através das Companhias de Navegação, das Casas de Exportação e dos Bancos, tornando-se estes os proprietários do produto final. Como consequência, tais empreendimentos teriam como saldo a criação, nos trópicos, de um estilo de vida desfrutado pela elite que procurava imitar a chamada *belle-époque* francesa, bem como o crescimento de mazelas sócio-ambientais de um período considerado como áureo da economia regional.

A relação de produção se caracterizava pela intensa exploração da força de trabalho do seringueiro e a sua semi-escravidão. Concretamente, este processo se dava através do endividamento prévio do seringueiro e da exclusividade de compra da goma pelo barracão. Com relação à estrutura fundiária, Ianni aponta que, apesar da terra não se apresentar como questão central no período áureo da borracha, uma vez que o lucro obtido pela produção gomífera não provinha desta, tal atividade não deixou incólume o perfil fundiário local.

“Desde a época do monoextrativismo formaram-se latifúndios de vários tamanhos. O seringalista ou patrão, na prática era um posseiro de extensas posses de terra. Conforme a sua capacidade de controle da área na qual se localizavam os seus seringais e cauchais, ele se tornava dono de fato das terras, tanto assim que na época da borracha o seringalista era um latifundiário. Para monopolizar a exploração das árvores gomíferas, era obrigado monopolizar as terras nas quais se concentravam ou dispersavam as árvores. Apesar da grande quantidade de terra devoluta, o que aumentava a desnecessidade de título de propriedade, de fato o seringalista era ao mesmo tempo seringalista e latifundiário” (1981: 86).

O domínio da produção extrativa vai, aos poucos, transformando-se em domínio da terra, elemento que se torna mais patente com a exploração da castanha. Evidências da passagem do domínio dos produtos ao das terras,

¹² Gênese e crise do Burgo Itacayunas. Ver Velho (1972) e Emmi (1988).

externalizam-se na lista de nomes de famílias que, ainda hoje, estão presentes no cenário regional. Muitos destes aparecem ao lado dos grandes proprietários de terra que chegaram à região, a partir da segunda metade do século XX. Aos poucos, foram diversificando suas atividades, tornaram-se fazendeiros, comerciantes, donos de hotéis em Marabá e nos arredores. Figuram nesta lista, as famílias Mutran, Borges, Chamom e outros.

O aumento da produção asiática entre 1915 e 1919 e a conseqüente crise da borracha amazônica produziram efeitos visíveis, tanto em aspectos econômicos, quanto em aspectos demográficos para a região amazônica. Isto se torna mais evidente quando observamos os dados demográficos do final do século XIX e início do século XX em relação ao período seguinte 1920¹³ a 1940. “Tomando 1872 =(333 hab) obtemos para o período 1870/1900 um acréscimo de 40%; no decênio seguinte o acréscimo alcança 47%! Entre 1900 e 1920, 107%.” Porém, a partir desse período, o acréscimo não ultrapassa 0,2%, o que representa uma estagnação demográfica.

O advento da Segunda Guerra Mundial e a ocupação e controle japonês nos seringais dos países asiáticos geraram uma nova procura pela borracha amazônica¹⁴. Porém, os resultados obtidos na produção da borracha, ao longo do conflito, foram extremamente tímidos. A produção, nesta segunda fase, atingiu o seu ápice em 1944, com 21.000 toneladas. Este aumento na produção deveu-se à ida de migrantes para a Amazônia. Estima-se que esse fluxo migratório levou para a Amazônia 100.000 nordestinos (Oliveira,1991). Na verdade, a partir do início dos anos de 1940, cresceu, significativamente, a presença do estado na Amazônia. Em 1942, o governo Federal criou o Banco de Crédito da Borracha S. A., (decreto lei nº 4.451-09/07), objetivando aumentar rapidamente a produção de látex, pois a segunda guerra exigia a retomada dessa produção na Amazônia.

¹³ Neste período, a participação da borracha brasileira na produção mundial anda por volta dos 10% e dez anos após 2,0%.

¹⁴ Esta procura pela borracha amazônica levou à assinatura de acordos de cooperação técnica, financeira e militar entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos. O principal objetivo dos “Acordos de Washington” para a Amazônia foi o da ampliação da produção da borracha, visando o abastecimento deste produto às indústrias americanas e dos países aliados (Oliveira,1991).

Com o declínio da produção da borracha, populações, principalmente nordestinas, envolvidas na extração do látex, refluíram de toda a Amazônia para o Pará. Parte significativa deste contingente veio se localizar nas proximidades do litoral Nordeste paraense, juntando-se à população, de mesma origem nordestina, que participou da ocupação agrícola estimulada pelos governos do último quartel do século XX¹⁵. Outra parte se dirigiu para o Sudeste Paraense, para trabalhar na coleta da castanha. Marabá tornou-se o centro mais importante dessa atividade, originando-se daí uma pequena oligarquia local, que, com a conivência dos governos estaduais, transformou-se em proprietária privada das concessões e aforamentos concedidos pelo estado entre as décadas de 1920 e 1930. Dessa forma, pode-se dizer que, até a primeira metade do século XX, o domínio das terras no Sudeste do Pará se constituiu em terras de índio, terra de camponeses e latifúndios da castanha em mãos das famílias tradicionais locais.¹⁶ A extensão dessas atividades extrativistas¹⁷, que envolviam também a caça de animais silvestres e garimpos de cristal e diamantes, implicou, desde o início da colônia, na expulsão das populações nativas, que representavam ilhas de povoamentos indígenas no local, assim como a transformação gradual de terras livres em terras privadas.

Neste momento, a castanha¹⁸, produto já conhecido e utilizado pelos caboclos da região, substituiu a borracha tornando-se o produto extrativo regional de maior valor nos mercados nacional e internacional. Num primeiro momento, quando a terra não era de propriedade ou monopólio de particulares, esta coleta era feita livremente. A partir dos anos de 1920, a terra passou a ser monopolizada sob as formas mais variadas, passando “desde os casos de compra direta ou mediante a título de dívida, pública do estado até ao arrendamento e aforamento dos castanhais”(Emmi,1988:27).

Constituiu-se o arrendamento na concessão provisória da terra, a qual era feita segundo o prestígio e a retribuição política do favorecido ao chefe político

¹⁵ Fomentando a ocupação da colônia agrícola bragantina.

¹⁶ Ver Emmi (1988)

¹⁷ Na região de Marabá os castanhais se concentravam na parte sul, entre o Tocantins e o Itacayúnas (Velho,1972).

¹⁸ Com o fim da economia da borracha, a região de Marabá (município localizado a 470 km de Belém no Sudeste do Pará, às margens dos rios Tocantins e Itacayunas), encontrou na coleta da castanha a sua sustentação econômica. Lá se formou a oligarquia dos castanhais que

local. O arrendatário limita-se à organização da produção e a monopolização da compra do produto. Com o aforamento perpétuo, os castanhais que, até então, eram de domínio público são apropriados pelos comerciantes, constituindo-se, portanto, num inelutável processo de dominação dos trabalhadores. Esta dominação, de acordo com Emmi (1988), deu-se devido ao fortalecimento político destes comerciantes, através da conquista direta do poder político.

Neste período¹⁹, toda margem do rio Tocantins, nos limites com o Estado do Maranhão, formava uma área de 800 mil léguas onde habitavam os índios Gaviões, a mais poderosa nação indígena da região Tocantina²⁰. Contudo, o domínio dessas terras pelos índios duraria pouco, uma vez que a castanha do Pará é um forte atrativo, fazendo com que haja uma intensa procura pelo mercado internacional, vencendo obstáculos e levando os comerciantes de Marabá, Imperatriz e Grajaú a forçarem a coleta da castanha em “território proibido”. A partir deste momento, começa uma história em que o contato entre índios e não índios passa a se dar com freqüente violência. Pela margem direita do rio Tocantins, esses choques armados ocorriam em uma extensão de quase 180 km, abrangendo terras dos atuais municípios de Tucuruí, Marabá, Itupiranga e São João do Araguaia. Neste espaço de confronto entre índios e castanheiros, a situação dos índios se inverte, sob o efeito de uma luta desigual: de donos absoluto dessas terras, eles passam a simples concessionários²¹.

“(...) a margem direita do rio Tocantins no atual município de Itupiranga, o governo do Pará restringe compulsoriamente a dimensão de uma légua por duas o território disponível para aqueles índios. Como se não bastasse três anos depois, em 1924, através do seu secretário geral, Deodoro de Mendonça, o Governo de Antônio de Souza Castro arrenda a terceiros o rico castanhal existente na área, sob a alegação de que o Serviço de Proteção ao Índio –SPI não havia instalado Posto

dominou as áreas que atualmente correspondem aos municípios de Marabá, Eldorado de Carajás, Curionópolis e parcialmente Parauapebas. Ver: Silva, 1999.

¹⁹ As cidades se localizavam à beira dos rios. Em consequência, grande parte dos municípios teve seu desenho comandado pelas artérias fluviais e corresponderam basicamente às bacias de rio, como era o caso do rio Moju, Capim, Xingu, Tocantins e Itacayunas, pois a rede hidrográfica de um rio constituía o cenário real da vida de uma população, oferecendo substrato para uma organização social bastante homogênea.

²⁰ Ver (Moura, 1910:218).

²¹ O Estado torna-se tutor da expansão dos grupos mercantis, ao mesmo tempo em que reduz bruscamente o território indígena através da lei 2035 de 09.11.1921.

Índigena de atração no local. Argumenta-se o Secretário Geral, aliás, conhecido latifundiário do Tocantins, que o arrendamento do castanhal ia reverter em favor dos índios mediante a constituição de uma caixa Beneficente” (Arnaud: 1975,36).

Obstinadamente, a expansão mercantil da castanha e do garimpo pressionava os Gaviões, reduzindo cada vez mais seu domínio, seus direitos, e desintegrando sua vida social. Porém, o golpe fatal à estrutura social indígena na região iria ser dado pela abertura das estradas, BR-010(Belém-Brasília) e a PA-70 (Belém-Marabá), quando a aproximação entre índios e não índios tornou-se inevitável, principalmente em virtude das atividades como exploração madeireira, garimpo, e outros.

Neste cenário de atividade sazonal, muitos dos imigrantes nem sequer residiam na região e, só aos poucos, foram ficando. “Embrenharam-se na mata por ocasião da entressafra para se fixar num gênero de vida caracterizado pelas atividades de subsistência e por um alto grau de isolamento(...) Com a diferença que em geral continuavam a alternar entre a agricultura de subsistência e o trabalho sazonal da castanha”(Velho,1972: 98). Essa posse conquistada em meio à economia extrativa gerou muitos conflitos entre esses trabalhadores e os donos de castanhais, principalmente devido à concentração fundiária ligada à castanha e à agropecuária, que se põe em marcha na década de 50. É este o horizonte de apropriação privada da terra na região até meados do século XX.

De acordo com Emmi,

“(...) existiam pelo menos três grupos muito fortes no comércio da castanha em Marabá: os Chamon, A. Borges & Cia. E Dias & Cia. Os irmãos Chamon, filhos de uma antiga família da área, de origem libanesa, chegaram a Marabá vindos do Maranhão no início do século. Envolvidos no comércio do caucho - tinham uma casa comercial em Marabá, depósito de castanha em Alcobaça e uma casa recebedora localizada em Belém (a José Chamon & Cia., criada em 1921). O grupo liderava a compra da castanha em Marabá, controlando grande parte da comercialização interna até mais ou menos 1925. Situava-se, em termos de Pará, ao lado das tradicionais firmas recebedoras de produtos extrativos desde a época da borracha como A. Borges & Cia, A . Mourão & Cia., José Filho de Andrada, Simão Benjó, Barbosa & Martins Ferreira d'Oliveira e Dias & Cia e se destacaram na compra da castanha oriunda do Tocantins”(Emmi,1988:77).

Aos poucos, os grandes comerciantes da castanha, na figura das famílias tradicionais locais, tornam-se proprietários de terra: controle da produção extrativa, metamorfoseada em monopólio da terra, ao mesmo tempo em que se intensifica a pressão do posseiro para entrar e/ou permanecer nela. Para o latifundiário, a dinâmica de acesso à terra resulta de acordos políticos costurados pelas famílias tradicionais locais, porém para os posseiros, na maioria das vezes, resta o enfrentamento direto com os profissionais da morte.²² Assim, a história de ocupação da região tocantina é, ao mesmo tempo, a da sua desocupação e a da fixação de certos grupos humanos mediante a expulsão de outros.

Até meados do século passado, o extrativismo vegetal e animal foram predominantes no Pará. Porém, ele dependeu da disponibilidade dos recursos, das condições de acesso e, sobretudo do interesse do mercado externo. Essa atividade determinou a ocupação econômica e, portanto, estratégica, como é o caso do povoamento nas margens dos grandes rios. Com a exploração da borracha, da metade do século XIX até a primeira guerra mundial, a busca pelo látex estimulou a penetração nas terras mais adentro, ao longo dos rios de menor porte e dos igarapés.

A ocupação da região foi intensificada, na segunda metade do século XX, com a abertura das estradas e a erupção dos fluxos migratórios que por elas se constituíram, modificando profundamente todo esse quadro. Neste meio século de intensa produção extrativista, constitui-se, na região, um grupo poderoso de famílias que transformaram o público em privado, terra de caboclos, posseiros e índios em terras de particulares. Por mais que tais mudanças na estrutura fundiária regional só venham a se externalizar na segunda metade do século XX com as políticas desenvolvidas pelo Projeto de Integração Nacional, suas bases apresentam-se fincadas na primeira metade do mesmo século. A diferença é que, agora (segunda metade do século XX), a disputa pela terra extrapola o limite local. Entram em cena grupos econômicos, nacionais e internacionais, que passam a disputar o espaço geográfico amazônico, fazendo frente ao poder das famílias tradicionais locais.

²² Forma como os pistoleiros são conhecidos pelos militantes políticos e lideranças sindicais locais.

Neste contexto²³, o controle quase que absoluto dessas famílias tradicionais começa a ser subtraído e a economia baseada, exclusivamente no extrativismo vegetal, começa a se diversificar. Entra em cena “(...) a mineração industrial, a pequena produção agrícola de proprietários autônomos (os colonos), a pecuária, a construção civil (...); o comércio se amplia, os bancos aparecem e um setor terciário emerge independente da castanha”. Em duas décadas (1950 a 1970), a população quase triplica e as decisões em torno do acesso à terra escapam das mãos do poder local. Contudo, acomoda-se o poder das famílias tradicionais para que o Estado possa agir (Emmi,1988:116).

“De uma situação em que prevalecia o domínio local absoluto, observa-se a reorganização do sistema de apropriação/dominação para adaptar-se a uma nova realidade. É que vem se introduzindo na região uma forma mais avançada de capital que envolve novo tipo de relações sociais. Trata-se do capital financeiro estatal e privado.”(Emmi,1987:6).

A abertura oficial da Amazônia aos capitais nacional e internacional teve no Estado o seu principal financiador e articulador. Cada um vinha agora, sem acanhamento, procurar ali o que lhe aprouvesse: terra, madeira, minério, recursos hidrelétricos. O Estado, inclusive, estimulou esses interesses através de incentivos fiscais e de implantação de infra-estrutura. Chegaram capitais interno e externo para pesquisa e exploração, além de povos, também, expulsos de todos os cantos do país.

Com a ligação rodoviária no sentido Norte-Sul e seus ramais para Oeste e Leste, além da abertura da Transamazônica, as terras devolutas de toda essa região foram rapidamente ocupadas por fazendas de gado e por agricultores migrantes, instalados livremente ou assentados em projetos de colonização do INCRA. O acesso à terra, pelos posseiros que, até então, foi garantido no enfrentamento direto com aqueles que detinham o seu domínio através das concessões para exploração dos castanhais, é agora ensejada através da ação do Estado, materializada nos projetos de colonização²⁴.

²³ Foi nos anos de 1960- 1978, que se acentuaram as transformações econômicas e sociais na Amazônia. Contudo, já no início da década de 1950 com a implantação da Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a criação do Banco de Crédito da Amazônia já se acenava para as iniciativas governamentais adotadas no sentido de promover ou orientar o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. Ver: Ianni (1986).

²⁴ Os Estados que executaram projetos de colonização Pública foram: Pará, Rondônia, Acre, Roraima e em parte o Mato Grosso (com predomínio da colonização privada). Dessa forma índios, posseiros, colonos e grileiros passaram a constituir-se em personagens constante em conflitos. Em defesa ao Índio Nasceu o CIMI-Conselho Indigenista Missionário; Em defesa

Contudo, a mesma ação do Estado que garantiu terras a colonos trouxe consigo a grande propriedade latifundiária na figura dos empresários do centro sul do país, ou seja, duas faces da mesma moeda e, aliado a isso tudo, as obras de infra-estrutura para implantação do pólo mineral. Hébette destaca três momentos como marcos para se entender as transformações pelas quais passaram a região pós Segunda Guerra Mundial: a abertura da fronteira agrícola Amazônica, a corrida pelos recursos minerais e a metalurgia.

A Fronteira Agrícola Amazônica caracterizou-se por uma ocupação horizontal “a modo de uma mancha de óleo que se expande com recursos facilmente mobilizáveis, prontos para se moverem, sem pré-requisitos técnicos de lenta maturação” Hébette(1989:10). O elemento central desse momento da ocupação foi a abertura de grandes eixos rodoviários para garantir a mobilidade e a circulação de pessoas e de mercadorias. Nesse ínterim, a busca por terra se intensificou estimulada pela própria facilidade de ocupação das terras devolutas²⁵.

Num segundo momento, a exploração mineral vai delinear a ocupação territorial local através da intensificação dos fluxos migratórios em decorrência da expansão da garimpagem, principalmente em Rondônia (ouro e cassiterita) e no Pará (ouro na região de Itaituba, no eixo Marabá-Conceição do Araguaia, e no limite norte (entre Pará e Maranhão). Com as sucessivas descobertas de ocorrências minerais, foram criadas as províncias minerais, Rondônia, Itaituba e Carajás. A variedade dos minérios descobertos nas últimas décadas, bem como a importância econômica e estratégica de alguns deles, deu um realce particular à província mineral do Carajás com o extraordinário volume de ferro estimado em 18 bilhões de toneladas.

do Posseiro nasceu a CPT-Comissão Pastoral da Terra. Destes projetos de colonização, o da Transamazônica foi o mais ambicioso. Os planos previam o assentamento de 100.000 famílias até 1976 em 600 Km de estradas (Hébette,1977).

²⁵ O êxito dessa política de ocupação das terras devolutas deve ser relacionado com a concomitante recusa da Reforma Agrária no Sul e Nordeste do País, em total descumprimento do compromisso assinado em Punta Del Este em 1961. Com a criação do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária -Decreto – Lei 1.110, de 09.07.70), por fusão do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) e do IBRA-(Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) a colonização foi concebida como substituta da Reforma Agrária e as áreas de colonização enganosamente denominadas “áreas prioritárias para reforma Agrária”. No bojo dessa ocupação-relâmpago, intensificou-se a expansão para toda a região norte a atividade madeireira, anteriormente concentrada ao longo do rio Amazonas e na foz dos seus principais afluentes (Hébette, 1988).

Por fim, a metalurgia, que implicou em negociações mais complexas, nas quais o Brasil se apresentava em situação desfavorável, devido a sua ansiedade em dar rapidamente um destino aos novos recursos minerais e energéticos do país, submetendo-se, assim, a todos os tipos de imposições e dissabores.

A variedade de atividades desenvolvidas neste período atraiu uma multidão de trabalhadores para a Amazônia Oriental com destaque para o Sul e Sudeste do Pará, uma vez que mal se consolidava a transformação agropecuária, foram descobertas as mais diversas jazidas de minérios, do ferro ao ouro. Surgiu o projeto ferro de Carajás com sua mina na Serra, sua ferrovia de 900 Km para escoamento do minério, mobilizando, ambas, milhares de trabalhadores. Abriu-se o garimpo de Serra Pelada²⁶ no final da década de 70, atraindo dezenas de milhares de garimpeiros, “Formigas”, peões muitos dos quais oriundos da lavoura. Construiu-se a represa de Tucuruí, que mobilizou até 30.000 trabalhadores no canteiro de obras, além dos empregados no desmatamento a cargo da CAPEMI. Instalou-se o “linhão” da Eletronorte para abastecer a cidade de Belém, a fábrica de alumínio de Barcarena e para ligar o sistema de Tucuruí à CHESF. Por fim, foram construídas, na cidade de Marabá, a ponte rodoviária sobre o Itacaiúnas e a ponte rodo-ferroviária sobre o Tocantins.

Desta forma, se na primeira metade do século XX, o acesso à terra pela agricultura camponesa se deu em meio à pressão exercida pela economia extrativista, sob o controle das oligarquias locais, famílias tradicionais que detinham o poder político e econômico, na segunda metade deste mesmo século, a pressão sobre a terra de trabalho extrapola a fronteira do poder local. Nessa disputa, emergem novos personagens, o poder público, via projetos de

²⁶ Ainda na década de 80, a “explosão” do ouro de Serra Pelada fez com que todos os olhares se voltassem para o SE paraense. A margem da rodovia 225 serviu como palco para as mais variadas especialidades de comércio. Milhares de pessoas das mais diferentes regiões, em sua maioria oriundas do meio rural, começaram a engrossar um enorme contingente em torno do garimpo. O advento de Serra pelada revive o sonho do mito do “Eldorado”, estimulado pela propaganda bombástica que desencadeou uma corrida desenfreada em busca de ouro. Esta corrida provocou a abertura de uma válvula de escape dos problemas sociais das áreas em conflitos, em especial para os conflitos internos, uma vez que a colonização dirigida do Governo Federal não conseguia atender ao grande número de migrantes que chegavam a região, quadro que se agravava com a forte concentração fundiária local.

colonização pública e privada, empresas do centro sul, ligadas, principalmente, à mineração, garimpeiros *versus* indígenas e posseiros, já há muito, no local.

Num primeiro momento, a ausência do Estado impossibilitou, por vezes, a efetivação da terra pelos camponeses através da migração forçada, seja pelo completo abandono (ausência de infra-estrutura básica para ali se efetivar), seja porque o conflito veio lhe aportar. Num segundo momento, a presença do Estado, principalmente através Projetos de Colonização, se encarrega de deixar os colonos bem distantes da estrada e a postos para servirem de mão-de-obra barata nas grandes propriedades que aí se instalaram.

Nesse reboiço de gente, Hébette(1989:29) aponta as principais formas sociais de produção vigentes, a produção autônoma, a empreitada e a empresa capitalista.

“O contínuo e vasto fluxo migratório que, desde 1960, se dirige, dos mais diversos cantos do país, para o Tocantins-Araguaia é constituído majoritariamente por trabalhadores em busca de terra para plantar (...). É da produção autônoma que se alimenta a força de trabalho dos canteiros e dos garimpos; e é para a produção autônoma que volta quando desempregada ou, simplesmente saudosa”.

Já a empreita, outra forma social de produção na fronteira e que assume características particulares, no que diz respeito às relações sociais, nas condições amazônicas torna-se extremamente favorável para o contratante e insuportável para os trabalhadores.(idem)

“A dificuldade de acompanhamento e do controle do trabalho, que leva o dono da obra a empreita-la, leva também o empreiteiro a explorar, além da média social vigente à luz do dia a força de trabalho. É nas empreitas que se perpetua hoje o trabalho escravo; é nas empreitas que se encontram os cemitérios de peões pagos a tiros de espingardas, é nas empreitas que se trabalha do amanhecer ao por do sol, sem repouso semanal e sem feriados”.(idem)

A empreita tornou-se, nos últimos anos, a forma mais barata e rápida utilizada pelos fazendeiros locais para implantarem os seus mais variados projetos, desde a simples derrubada da mata, para indicar a existência de um proprietário, até a implantação do pasto, ou mesmo a implantação de uma atividade produtiva. Por fim, a empresa propriamente capitalista. Essas são raras no campo paraense uma vez que a enorme maioria das empresas assim registradas não correspondem a esse modelo típico.

Deste desenvolvimento proposto para a Amazônia Oriental, no início da segunda metade do século XX, impuseram-se novos arranjos sócio-espaciais, caracterizados pela forte concentração fundiária e reorganização territorial, através da criação de novos municípios. Com isso, ganha espaço a pecuária, a mineração, mas também se ampliam os estabelecimentos com predomínio do trabalho familiar, fazendo frente ao avanço do latifúndio. De acordo com dados do IBGE, o número de estabelecimentos com predomínio do trabalho familiar não só se manteve como vêm passando por um processo de ampliação. De acordo com o censo agropecuário do Pará (1995-1996), os estabelecimentos de caráter familiar ultrapassavam os 80%, corroborando com a nossa afirmativa de que ao mesmo tempo em que avança a propriedade capitalista avança também a agricultura camponesa impondo novas formas de utilização e organização do território.

1.1- As Mudanças Políticas e Econômicas dos anos 60 para a Amazônia

Os anos de 1960 caracterizaram-se pela intensificação da inserção da economia nacional ao mercado mundial e, internamente, pela expansão da indústria e pela modernização tecnológica da agricultura, acelerando o processo de concentração fundiária já iniciada na Amazônia. O Estado colocava-se como o grande investidor na promoção da industrialização nacional e o desenvolvimento estava posto como uma consequência da entrada do capital produtivo estrangeiro.

A estratégia de centralização administrativa e de adoção de políticas de desenvolvimento para a Amazônia, por parte do Estado, tornou-se mais evidente com instalação da Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA²⁷/ 1953). Esta teve como objetivo a execução e supervisão de um Plano de Valorização Econômica da Amazônia que, em linhas gerais, deveria ser um esforço de ocupação da área²⁸.

²⁷ Para execução do plano de valorização da Amazônia, foi criada a SPVEA, diretamente ligada a Presidência da República. A superintendência tinha como funções básicas a elaboração quinquenal do plano – que deveria ser apresentado ao Congresso Nacional para aprovação e controle de sua execução. Dispunha também de poderes suficientes para coordenar, a nível nacional as atividades de todos os órgãos que atuassem na região amazônica. Ver, Cardoso e Muller, 1977.

²⁸ A SPVEA foi criada em 1953, segundo período do Governo Vargas.

A SPVEA acentuou a sua atuação na criação e na melhoria de infraestrutura nos setores de transporte, comunicação e saúde, tendo como obra máxima a abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960. Ao mesmo tempo, incentivou e protegeu a empresa privada criada na região, privilegiando o aspecto econômico do desenvolvimento regional em detrimento do caráter social apregoado em seus programas.

A centralização das ações de desenvolvimento econômico e social para a Amazônia, que já vinha sendo praticada pelo Governo Federal, tornou-se mais intensa e abrangente nos governos militares. Em 1966, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento para a Amazônia (SUDAM), sucedânea da SPVEA, com o objetivo de definir e coordenar a implantação das estratégias de ocupação e integração da região.

A SUDAM compete, a partir de então, a elaboração e a execução do plano de Valorização da Amazônia, diretamente ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas, utilizando como agente financeiro o Banco da Amazônia. S.A (BASA). Além disso, a instituição poderia contar com créditos adicionais, contrair empréstimos no país ou no exterior²⁹, além de isenções tributárias gozadas pelos outros órgãos federais.

Do Primeiro Plano de Desenvolvimento de 1953, houve modificações para o de 1966. O primeiro, propunha-se “recuperar e tornar economicamente aproveitáveis as áreas inundáveis, explorar os recursos minerais da região, implantar uma rede de comunicação e transporte”. Esses objetivos não aparecem no segundo plano, agora seriam criados “programas e projetos referentes a setores específicos, com maior descentralização administrativa, juntamente com grandes projetos de integração nacional” (Cardoso e Muller, 1977: 113-114).

Desde a criação da SPVEA, em 1953, visualizava-se uma nova postura do Estado com relação à região. A partir de então, vislumbra-se “o comprometimento, ao menos ideológico, do poder estatal com a dinamização e a diferenciação das atividades extrativas”. (Ianni,1986:58) Ao mesmo tempo, inaugura linhas de atuação política que o Estado acreditava serem capazes de

²⁹ Ver Cardoso e Muller(1977).

acomodar situações diversas, ou seja, buscava ao mesmo tempo a viabilização da reprodução do capital, criação de novos empregos e o alívio das tensões no campo, comungando com os mecanismos do grande capital e de mercado que operavam naquele momento em nível internacional (Loureiro,1992).

Do ponto de vista teórico, a política nacional, com relação à região Amazônica e ao Nordeste, apoiava-se no pressuposto de recriar centros autônomos de produção industrial, através da substituição regional de importações. Porém, a integração dos mercados que seriam viabilizados pela construção das rodovias federais, possibilitando um contato maior dessas regiões com o restante do país, promoveu a concorrência das indústrias do Centro-Sul, reduzindo os esforços da industrialização regional.

O fracasso do projeto industrial colocou a agropecuária como o carro chefe do desenvolvimento arquitetado para a região. A partir de então, dois fatores atuaram fortemente no sentido de alterar a vida amazônica, integrando-a ao contexto nacional: primeiro a construção das rodovias; mais tarde a liberação dos incentivos fiscais para as empresas agropecuárias (no início eles se limitavam às indústrias em geral e às empresas pesqueiras consideradas industriais).

A liberação desses incentivos para a agropecuária fez com que a corrida por grandes extensões de terra se intensificasse, uma vez que quanto maior a terra, maior a parcela de incentivos fiscais³⁰ e menor o preço por hectare. Como resultado, em médio prazo intensificou-se a concentração (através da expropriação das populações locais) e o conflito. Além disso, passam a ocorrer danos ambientais de grandes proporções, pela transformação de áreas de florestas densas em áreas destinadas à pastagem. Neste cenário, grilagem, expropriação e violência caminharam lado a lado.

De acordo com Ianni (1986,55), “o que ocorreu na Amazônia, nos anos de 1964-78 foi principalmente um desenvolvimento extensivo do capitalismo”.

³⁰ O Governo Federal concedeu um desconto de 50% do imposto de renda a grandes empresas nacionais e internacionais interessadas em estender seus negócios para a Amazônia. O imposto se referia aos respectivos investimentos dessas empresas, localizadas, em sua maior parte, na região Sudeste do país. A condição para a liberação desses recursos era que esses recursos fossem depositados no Banco da Amazônia e, após a aprovação de um projeto de investimentos pelas autoridades governamentais, fosse constituir 75% do capital

Desenvolvem-se relações capitalistas de produção, além de forças produtivas no extrativismo, na agricultura e na pecuária. De modo mais amplo, a expansão do capitalismo na Amazônia pôde ser visualizada, na expansão da empresa de extrativismo, agropecuária e mineração, além da política de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida.

Neste ínterim,

“(...) remodelaram-se ou criaram-se agências federais, definindo novos objetivos e meios de atuação pública e privada na região. Foram tantas e tais as decisões, agências e atuação do Estado na Amazônia que é possível afirmar que foi nos anos de 1960 e 1978 que a Amazônia rearticulou-se sob nova forma, com o sistema econômico e político nacional e internacional”(Ianni, 1986:60).

Os empreendimentos governamentais adotados, ao longo deste período, provocaram mudanças eminentes em todos os níveis da sociedade amazônica. Dinamizaram-se e diversificaram-se as atividades produtivas; desenvolveram-se os sistemas de crédito público e privado; dinamizou-se e ampliou-se a administração pública federal na região; reorientou-se o significado geopolítico da região amazônica. Ao mesmo tempo, a questão agrária se ampliou, a luta pela terra se agravou, assim como a problemática indígena.

Os objetivos desenvolvimentistas dos governos militares para a ocupação da Amazônia tiveram, na implantação da grande empresa capitalista, o seu elemento central. As resoluções da “Operação Amazônia”(1966-1967) traçaram os novos rumos patrocinados pelo Estado Autoritário que entregou a região àqueles segmentos da burguesia nacional articulada, ou não, com os interesses internacionais³¹. A Operação Amazônia teve por base a pecuária de larga escala, levando o governo, durante, aproximadamente, 10 anos, a realizar investimentos vultosos na região, beneficiando, principalmente, grandes empresas capitalistas.

“Seiscentas e vinte e oito empresas gigantes (584 agropecuárias e 44 agro-industriais), dispendo em média 20.448 ha (eu estimo a

de uma nova empresa, agropecuária ou industrial, na região Amazônica. De acordo com Martins tratava-se de uma doação e não de um empréstimo. (1995:3)

³¹ Em 1966 um grupo de empresários do Centro-Sul do país fizeram uma viagem fluvial pelo Rio Amazonas, a convite do então ministro do interior João Gonçalves de Souza. Esta viagem revelou a intenção do Governo Federal em atrair empreendimentos nacionais e estrangeiros para ocuparem territorialmente a Amazônia.

propriedade conjunta dessas empresas em 12.000.000 há), se fundaram, na Amazônia, de 1966 a 1985, para exploração agropecuária e agro-industrial, recebendo no conjunto em torno de US\$ 847,5 milhões de incentivos (cada empresa agropecuária teve incentivo em média de US\$ 1,2 e cada agro-industrial de US\$ 4,9 milhões), entre elas, encontra-se um sem-número de empresas estrangeiras, as maiores empresas do país de capital nacional, estrangeiro ou misto e as principais famílias latifundiárias do Centro-Sul do país”(Loureiro,1992:13).

Tudo isso torna evidente a opção preferencial do Estado por uma forma de desenvolvimento fundamentada na estratégia de facilitar a rápida acumulação das classes empresariais, privilegiando-lhes com a transferência de recursos públicos e desviando recursos que poderiam convergir para ações em outras atividades da economia ou beneficiando populações de baixa renda. “A ditadura militar apropriou-se da tese econômica então em voga e articulou-se através de instrumentos restritivos e impositivos à população da região e favorecedores dos capitais de grupos econômicos nacionais e internacionais”(Loureiro,1992: 98).

A prioridade foi para a atração de investidores através da concessão de incentivos fiscais, de apoio creditício à implementação de projetos, de facilidade na aquisição de terras e na isenção de tarifas alfandegárias. Para tanto, a legislação de incentivos começou a ser reformulada a partir de 1967, ampliando a participação deste dispositivo a 75% do custo total do projeto, estendido também às empresas estrangeiras. Para empreendimentos instalados até 1974, estes incentivos poderiam chegar a 100% do valor total do projeto(Oliveira,1988).

Através do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-1967/1971), o Estado viabilizou a construção de obras infra-estruturais no setor de transportes (rodoviários, portuários), comunicações e energia. A realização destas obras atendia aos objetivos da instalação na região de grandes projetos agropecuários, minerais e de unidades industriais de processamento de produtos primários. Vinculado a este plano, em 1970, **foi** lançado o Programa de Integração Nacional (PIN), visando basicamente à abertura de estradas (Transamazônica, Cuiabá-Santarém, asfaltamento da Belém-Brasília etc.), bem como um programa de colonização dirigido numa faixa de 10 Km em torno das novas rodovias.

De acordo com Oliveira (1988), as políticas públicas originadas a partir da promulgação do I PND, são orientadas para a mundialização da economia amazônica. Quer dizer, maximização, valorização e incentivo da empresa estrangeira no esforço nacional de conquista de mercados e associação a empresas de países desenvolvidos que dispunham de mecanismos de comercialização em âmbito internacional.

Articulado com o PIN, o Governo Militar criou também, em 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que objetivava atrair pequenos produtores do Nordeste do país, aos projetos de colonização. Esta iniciativa, ao mesmo tempo em que garantia o suprimento de mão-de-obra necessária à implantação dos grandes projetos agrominerais e agropecuários na região, desarticulava as zonas de conflitos agrários que se formaram na década de 60³².

A criação do INCRA remonta a 1934, quando assuntos referentes à colonização passam a ser tratadas pelo Ministério da Agricultura. Quatro anos depois foi criada a Divisão de Terras e Colonização – DTC que tinha por objetivo a fixação do homem a terra, através dos núcleos populacionais estáveis e a minimização das tensões sociais em decorrência da ampliação da fronteira agrícola. Em 1954, a DTC foi substituída pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização – INIC que foi encarregado da execução de um programa de colonização nacional, através da formação de pequenas propriedades agrícolas. Este, além de atender cidadãos brasileiros, estenderia suas atividades à fixação de imigrantes. No início da década de 1960, uma nova mudança administrativa cria a Superintendência da Política Agrária - SUPRA que teve vida curta, sendo substituída pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária –IBRA em 1964.

³² Com a promulgação do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) em 1971, estabeleceu-se o tripé (PIN-INCRA-PROTERRA), que se constituiu no embrião das estratégias militares de desenvolvimento para a Amazônia, manifestada no I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974). O PROTERRA teve como objetivo facilitar a obtenção de terras pelo pequeno produtor, através da aquisição pelo governo Federal e mediante a prévia e justa indenização em dinheiro, de partes da área total dos latifúndios considerados improdutivos. Os recursos para a execução deste programa provieram de dotações orçamentárias do PIN e do sistema de incentivos fiscais na proporção de 20% das aplicações (Oliveira,1988).

Com a promulgação do II PND (1975/1979) e do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA³³), em 1975, instituiu-se, definitivamente, a internacionalização da economia brasileira. O II PND destacou a Amazônia como “Fronteira de Recursos”, incentivando a expansão capitalista e transferindo aos grandes empreendimentos privados a responsabilidade pelo desenvolvimento da região (Oliveira,1988).

Nota-se claramente que a ocupação da Amazônia na década de 70 atendia a interesses de setores sociais específicos, primeiro o Estado, que procurava garantir a viabilidade de seu projeto desenvolvimentista, bem como a segurança nacional, através do esvaziamento dos conflitos no nordeste. Segundo, favorecer os capitais nacional e internacional que visavam se apoderar de uma região rica em minérios, onde pudessem fazer investimentos vultosos e com retorno seguro em curto prazo.

Foi neste contexto de “progresso” que se inseriram as transformações da região Sudeste do Pará, nas décadas de 60 e 70. De um lado, posseiros e trabalhadores rurais sem terra vindos, principalmente, do nordeste³⁴, em busca de terra e trabalho³⁵; do outro, proprietários rurais, pessoas físicas ou jurídicas, buscando garantir, às custas de papéis fraudulentos, cada vez maiores propriedades. Nessa superposição de interesses, eclodiram rapidamente as conturbações sociais em torno da luta pela terra, que, por sua vez, apresentam ressonância ainda hoje.

A implantação, em 1980, do Projeto Ferro de Carajás (PFC)³⁶ como parte integrante do Programa Grande Carajás (PGC)³⁷, consolidou, na região, a

³³ O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, objetivava “concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria de infra-estrutura urbana”. Trata-se de 15 pólos de desenvolvimento com investimentos canalizados para atividades especializadas da produção.

³⁴ Notem-se as grandes secas que assolavam o Nordeste no final da década de 50 e no início da década de 70.

³⁵ Para Martins “Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terras de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. Por isso, nem sempre a apropriação da terra pelo capital se deve à vontade do capitalista de se dedicar à agricultura” (Martins,1991:55).

³⁶ Com a implantação do PFC, a CVRD, começou a construção de dois pólos habitacionais no alto da Serra de Carajás: a vila residencial N5, destinada a abrigar os construtores da obra do e

política de ocupação sob o enfoque da integração nacional da região amazônica. Achava-se, ao mesmo tempo, em franco processo de consolidação na Amazônia Oriental, a formação de uma estrutura fundiária pautada na grande propriedade privada, gerando conseqüentemente uma ocupação territorial conflituosa. Neste quadro, os posseiros, os grileiros, os índios, os fazendeiros e os empresários apresentavam-se como personagens marcantes na luta pela terra.

A implantação do PFC³⁸ marca o momento de intensificação dos conflitos na região. Esses conflitos aconteceram principalmente ao longo dos 411.000 ha destinados à implantação de tal projeto. Assim, em 1980, foi criado o Grupo Executivo de Terra do Araguaia Tocantins- GETAT³⁹, ligado diretamente ao Conselho Nacional de Segurança (CSN), objetivando uma

o núcleo residencial Serra Norte para alojar seus funcionários. Nesse mesmo período a CVRD começou a construção do núcleo residencial fora de seu território (411.000 há), no sopé da Serra dos Carajás, e dela separado apenas pelo rio Parauapebas, que lhe daria o nome posteriormente (Silva,1999). ³⁶ O Projeto Ferro de Carajás da CVRD é apenas um dos muitos projetos englobados pelo Programa Grande Carajás, proposta do Governo Federal para a Amazônia Oriental. Investimentos de grande porte têm sido realizados nesta região sob o argumento de que sua base de recursos naturais poderia ser ativada para a promoção do desenvolvimento regional. No entanto, a desvinculação desses empreendimentos com as condições econômicas e sociais da região, os grandes benefícios concedidos pelo Governo Federal para atrair os investimentos privados, assim como a desigual correlação de forças entre os diferentes níveis governamentais seria razões suficientes para colocar sob questionamento o papel desses projetos (Castro,1988).

³⁷ O PGC inclui em sua composição 7 pólos de desenvolvimento: sendo eles, o Pólo São Luís e Barcarena (Usina de alumínio e alumina) da ALCOA e ALBRÁS respectivamente; Paragominas : mineração da bauxita (RTZ/CVRD – projeto adiado); Carajás Mineração desenvolvida pela CVRD, englobando projetos de exploração de ferro, cobre, níquel e produção de ligas (alguns ainda em estudo); Tucuruí: fabricação de ferro-gusa e ferro-esponga; Marabá: metalurgia e carvão industrial (Distrito Industrial de Marabá) com predominância da produção gusa; São Félix do Xingu: Mineração de Cassiterita (Loureiro,1992).

³⁸ É importante lembrar que o PFC é um sistema integrado – mina, ferrovia, porto – voltado para a mineração e exportação de ferro da Província Mineral de Carajás (um dos maiores depósitos do mundo com 18 milhões de toneladas de ferro de alta qualidade) no sudeste do Pará. Em 1980, o PFC deu origem ao PGC, como uma estratégia de desenvolvimento para a Amazônia Oriental (Coelho,1997).

Vale Frisar, ainda, que o PFC tem sua história traçada na Amazônia Oriental anteriormente a sua implantação de fato. Em 1966, a Empresa Norte Americana “United States Steel”, com autorização do governo brasileiro, iniciou trabalhos de pesquisa sobre a ocorrência de minerais na região da Serra de Carajás (sul do Pará), através de sua subsidiária brasileira, a “Companhia Meridional de Mineração”. Em 1967, as jazidas foram descobertas após 4 anos de pesquisa. Na primeira metade de 1970 a U.S.Steel concluiu que o projeto era inviável, abandonando-o conseqüentemente. Em julho de 1987 a CVRD compra as ações desta Companhia e se prepara para se instalar na região. Em 1980 iniciou-se a construção da Estrada de Ferro de Carajás (CFC), elemento chave do Projeto. A partir de então, a gestão da CVRD em seu espaço delimitado, na região Sul/Sudeste do Pará, cria-se um planejamento de ocupação desta área, que foi concedida pelo Governo Federal.

colonização ordenada dos posseiros existentes na área dos Grandes Projetos. Particularmente, o GETAT teria como ação imediata a minimização das tensões sociais existentes no “Bico do Papagaio”⁴⁰, Sul e Sudeste do Pará.

Ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional do Governo Federal do Presidente João Batista de Figueiredo, o GETAT surgiu como uma solução de emergência para aplacar a tensão social provocada pela disputa de terras na região, enquanto que o PGC destinava-se a implantar uma nova ordem social e econômica na região (Kotscho, 1989).

O projeto de colonização do GETAT fazia parte de um processo de ocupação que pretendia ser moderno e ordenado, garantindo, por sua vez, a modernização industrial a ser estimulada pelo PGC. Dessa forma, o GETAT teria como função encontrar uma saída para a desocupação da área em torno do projeto de mineração, bem como garantir a proteção territorial da CVRD, ou melhor, a integridade física do Projeto Carajás.

Com o apoio do Governo Militar, a CVRD iniciou os trabalhos na Serra de Carajás, em 1982. Todavia, somente em 1986, após a mudança do regime político, a CVRD recebeu a autorização do Senado, concedendo-lhe o direito real de uso de uma gleba de terras do domínio da União adjacente à Província de Carajás.

No momento da implantação do PFC, em 1980, a região sudeste do Pará possuía um continente populacional expressivo, em particular nas proximidades da rodovia PA-274 que conectava a mina de ferro à Marabá. Com a construção de infra-estruturas para a implantação do PFC, em particular da Estrada de Ferro de Carajás (EFC), intensificou-se o fluxo de mão-de-obra para a região.

A partir de então, as mudanças que já se ressaltavam desde meados da década de 70, ganhavam proporções, até então, nunca vistas pelas populações locais. Ficaram explícitas as transformações territoriais acarretadas para a região. O número significativo de migrantes atraídos pela possibilidade

³⁹ O GETAT foi criado pelo Decreto-lei nº 1.523, de 03/02/77, com vistas a regularização fundiária nas regiões do sul e sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás, atual Tocantins.

⁴⁰ Sobre a luta pela terra no Bico do Papagaio ver (Sader, 1986).

de emprego, o processo acelerado de urbanização⁴¹ e a criação de novos aglomerados populacionais garantiram uma nova feição à região, bem como a intensificação dos conflitos com os posseiros que viviam na área de influência do PFC.

Aqueles conflitos apresentavam-se, portanto, como resultado de um processo de concentração acelerada de terra no Pará. As reivindicações das pretensões de utilização de vastas áreas de terra na região pelas grandes empresas representavam, de forma muito visível, a penetração territorial, nessa região, de grandes e ricos recursos da burguesia nacional sediada no Sul e Sudeste do país. Com a implementação do PFC, esse efeito se fez sentir no Sudeste do Pará de forma significativa. Contudo, entendemos que seria inadequado reduzir o processo de intensificação da concentração de terras na Amazônia ao período de intervenção Federal. Neste período, se consolidou uma estrutura fundiária concentrada, porém, entendemos que suas raízes estão assentadas nas oligarquias regionais.

Sem dúvida, a década de 80 operou grandes transformações no Sudeste do Pará e as políticas públicas do regime militar foram decisivas para essas mudanças. A questão da propriedade que antes se apresentava escamoteada pelo controle do comércio dos produtos extrativos, agora se descortina através da introdução, na região, de grandes grupos econômicos da região Sul do País que aí adquiriram grandes porções de terras. Mais do que nunca, a terra era buscada e reconhecida enquanto mercadoria, através da sua apropriação capitalista.

De acordo com Martins,

“A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco ele o faz. Só não pode fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante. A terra é esse obstáculo. (...) Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por esta transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada” (1982: 123).

O desenvolvimento do capitalismo resultou de um processo contraditório de reprodução ampliada do capital. Assim, ao mesmo tempo em que tende à generalização das relações capitalistas de produção, cria e recria relações de

⁴¹ Criação de Parauapebas urbanizada se distinguindo das demais cidades locais.

produção não capitalistas igualmente necessárias para a sobrevivência. Isto porque o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas à produção imediata, mas também à circulação de mercadorias⁴².

É em meio a esse processo que o posseiro-camponês da fronteira amazônica tem criado e recriado situações que possibilitam a produção e mesmo expansão da agricultura camponesa. Mais explicitamente, este processo de retomada da terra por estes sujeitos se intensificou na região em virtude da conjuntura de falência do projeto de colonização, por ocasião de ameaça de expropriação do posseiro, diminuição da oferta de trabalho em decorrência da finalização das obras do PFC e do EFC, assim como, do fechamento do garimpo. Pode-se dizer que em fins da década de 80 viveu-se um momento de convulsão social na região caracterizado pela disputa da posse e propriedade da terra. Muitos destes trabalhadores engrossaram as fileiras do sub e desemprego nas cidades vizinhas, vindo, posteriormente, grande parte deles a entrar nos movimentos sociais de luta por direitos. Deste modo, entendemos que a posse constitui-se no primeiro grande movimento de apropriação da terra pela agricultura camponesa. Subvertendo o direito positivo, o posseiro ocupou efetivamente a terra, fracionando o território capitalista ocupado ou não.

Na última década do século XX, a organização dos trabalhadores do campo produziu uma geografia peculiar da luta pela terra no Sudeste Paraense, materializada no número de assentamentos rurais criados neste período. Obviamente que não se pode perder de vista a simples regularização fundiária, prática recorrente ao longo da década de 1990 na região, em particular nos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Contudo, entender estas ações alheias à força das organizações sociais destes trabalhadores é perder de vista o papel que os mesmos têm desempenhado na luta pela terra na região amazônica.

A criação do Ministério de Políticas Fundiárias, em abril de 1996, insere-se no atendimento a pressões internas e externas no sentido de uma ação mais agressiva para a reforma agrária e para a solução de conflitos agrários,

⁴² Ver Oliveira, 1995.

especialmente no Estado do Pará. De acordo com Hébette (2002,23) tratava-se,

“ de uma resposta pragmática a um problema nunca resolvido que se arrastava por décadas : a marginalização dos trabalhadores rurais e a sua exclusão ao acesso à terra. Esta solução resultava de uma dupla pressão sobre o Estado: a dos trabalhadores, cada vez mais organizados, inclusive em toda extensão do país, e a das nações – sociedade civil e governos- ditas desenvolvidas”.

O Sudeste paraense⁴³, na década de 1990, destacou-se pelo número de Assentamentos Rurais aqui criados. De acordo com Hébette(2002), esta concentração se explica por vários motivos: um deles é que estes municípios foram exatamente o arco de entrada rodoviária dos migrantes vindos do Nordeste pela Transamazônica rumo à colonização oficial, ou do Tocantins e Goiás pela rodovia PA 150, assim como pela forte organização dos movimentos sociais, estimulado pelo estado permanente de conflito. Além disso, durante muitos anos, INCRA e GETAT adotaram mais uma atitude de oposição do que de apoio aos posseiros, sempre os considerando como invasores ilegais de propriedades privadas e elementos perturbadores da ordem social. “Existia uma tensão permanente entre uns e outros” (Hébette,2000:53).

Em fins do século XX, o MDA contabilizava uma série de políticas e programas no Estado do Pará que já se consolidara como a região de maior concentração de Projetos de Assentamentos no Estado.

Principais Políticas e programas do MDA desenvolvidos no Pará nos anos de 1996 a 2002

Acesso a terra	Implantação de 360 assentamentos: 89 sob jurisdição da SR-01 (Belém) e 271 sob jurisdição da SR-27 (Marabá).
PRONAF	Crédito Rural de custeio e investimento tipo A Educação e capacitação: Nos assentamentos – LUMIAR e

⁴³ A Superintendência SR 27/E reuniu até 2002- 83,33% dos Assentamentos criados no Pará enquanto que a SR 01/Z possui aproximadamente 16% do total.

	PRONERA Fora dos assentamentos – Capacitação de Técnicos e de Conselheiros Municipais
Parcerias e Mercado	ARCASU- Funcionamento parcial e limitado ARCONEP- Instalada em 2002

Até meados da década de 90, foram criados no Pará 72⁴⁴ assentamentos, sendo que 59 deles se concentravam na região Sudeste do estado. De 1995 a 2002, a região veio se afirmando como a área de maior concentração de assentamentos no Estado. Porém, grande parte destes assentamentos criados neste período, na região, são antigas áreas de posse que passaram apenas pelo processo de regularização fundiária, mas que foram contabilizadas como áreas de implantação de assentamento. Isto se torna evidente quando se observa o número de Projetos de Assentamentos com data de ocupação efetiva da área em período muito anterior à documentação (ver anexo 1- relação dos Projetos de Assentamentos no Sudeste Paraense) através da sua data de criação⁴⁵. Os assentamentos Cristo Rei e Ubá são exemplos desta prática.

⁴⁴ A mesorregião, Sudeste paraense concentrou, ao longo de todos esses anos, a maior proporção de assentamentos, tanto em termos de número (74,60%) quanto em termos de área (61%). Mais especificamente, a maior concentração (27,56%) se deu em quatro municípios: Marabá, Itupiranga, Novo Repartimento e Tucumã; em relação a seu pequeno tamanho destaca-se ainda o município de São João e de São Domingos do Araguaia (Hébette, Relatório CNPQ, 2002).

⁴⁵ Vale destacar as situações diversas encontradas no Estado sob a denominação de Assentamento de Reforma Agrária. “1-(...) simples reconhecimento de uma situação fundiária criada há mais de 150 anos atrás (...) como é o caso das quatro áreas de remanescente de quilombos do município de Oriximiná, ou também áreas indígenas como em São Félix do Xingu e Ourilândia; trata-se, pois de regularização fundiária, permitindo o acesso a alguns benefícios parciais do INCRA; 2-Simples reconhecimento jurídico tardio, após vários anos de situações criadas por ocupações espontâneas por posseiros; nesse caso a assentamento formalizado pelo INCRA resulta de compra de terras praticamente já entregues pelos pretendidos donos; 3- áreas reivindicadas pelos sem terra com base na constituição, como terras improdutivas e, nessa condição desapropriada pelo INCRA, como tem acontecido recentemente; 4- Simples regularização da situação de fazendas falidas ocupadas por trabalhadores; 5- troca de terra privada por terras devolutas da união na ocasião de deslocamento compulsório de populações, como no caso da barragem de Tucuruí”; 6- Pequenas áreas do patrimônio dos municípios para o desenvolvimento dos chamados projetos casulos” (Hébette, 2002- Rel. CNPQ. P. 36,37).

Vale frisar que a distribuição dos Projetos de Assentamento no Estado do Pará apresenta-se extremamente desigual. Enquanto a SR-01 concentra 108 PAs a SR-27 concentra 450 assentamentos⁴⁶, representando 60, 75% da área total ocupada por Projetos de Assentamento, como podemos observar no quadro abaixo:

⁴⁶ Ver dados atualizados de assentamentos no SE do Pará em 2006 em anexo.

TABELA 1 – Número de Assentamentos por Mesoregião do Pará

MESOREGIÃO	Número de P.A
MÊS. METROP. DE BELÉM	03
Microrregião de Belém	01
Microrregião de Castanhal	02
MESOR NORDESTE PARAENSE	41
Microrregião de Bragantina	01
Microrregião de Cametá	06
Microrregião de Tome-acu	08
Microrregião de Guama	26
MESOR. SUD. PARAENSE	322
Microrregião de Tucuruí	60
Microrregião de Paragominas	13
Microrregião de Felix do Xingu	17
Microrregião de Marabá	80
Microrregião de Parauapebas	38
Microrregião de Redenção	54
Microrregião de Conceição do Araguaia	60 25
MESOR. BAIXO AMAZONAS	10
Microrregião de Óbidos	13
Microrregião de Santarém	02
Microrregião de Almeirim	41
MESOR. Sudoeste Paraense	13
Microrregião de Itaituba	28
Microrregião de Altamira	
TOTAL	432

Fonte INCRA-2002

O re-ordenamento do território amazônico na segunda metade do século XX colocou em curso a luta pela garantia da vida, quer seja daqueles que aqui já viviam ou daqueles que aqui depositavam suas esperanças de

sobreviverem. Índios, caboclos, colonos, migrantes a muito ou recém chegados aprenderam com as adversidades conseqüentes da expansão do capitalismo na Amazônia a driblarem exploração e ou expropriação próprios da sociedade capitalista e forjaram a subversão ao modelo de desenvolvimento capitalista proposto para a Amazônia.

Temporariamente submeteram-se ao subjugo do patrão, mas não descreditaram na possibilidade do retorno a terra. Por isso viveram a vida como peão, empreiteiro e mesmo uma variedade de trabalho nas cidades da região. Tempo demais como nas palavras de seu boiadeiro (assentamento Rio Branco), ou o tempo suficiente para que o desejo de voltar para a terra tomasse o rumo da luta, da revolta, da organização política.

“Vivemo tempo demais na cidade, mas não tinha outra saída. Ou vivia na cidade naquele sofrimento ou vivia na roca passando fome, na precisão. O trabalho na fazenda não era tão ruim , mas não era nosso, não era meu, eu não podia dizer pros meus filho que aquilo era da gente, por que não era. Saimo de um lugar a outro, de fazenda em fazenda, ate consegui um bico aqui outro acolá na cidade e fomo vivendo, mas tinha sempre a esperança de um dia poder ter a terra pra gente viver”. (entrevista realizada em julho de 2005).

Esta geografia dos assentamentos no Sudeste Paraense acena de certa forma, para o fracionamento do território capitalista pela agricultura camponesa. Isto nos remete a afirmação de que o modo capitalista de produção não conseguiu homogeneizar as relações de produção no campo brasileiro. Os camponeses vêm consolidando sua importância e seu papel não somente na região por mim estudada, mas no País como um todo. Negar tal fato seria no mínimo um contra-censo.

Além disso, a luta pela terra, apresenta-se sob outro formato, o enfrentamento direto com os jagunços e policiais, já não representam as ações mais significativas utilizadas pelos camponeses na luta pela conquista da terra, mesmo que hoje estas, ainda se mantenham. Neste tempo de retomada da terra pelos camponeses do Sudeste Paraense a luta se ampliou, centrada principalmente na luta por direitos. As articulações e estratégias se fizeram e refizeram no processo de construção da luta, hoje fundamentalmente marcada pelas ações coletivas.

No próximo capítulo discutiremos, os novos desdobramentos da luta pela terra no Sudeste paraense, suas associações com a luta pela terra no Brasil, mas principalmente suas singularidades. Busquei desvendar as estratégias e desdobramentos da luta pela terra nesta região do Brasil de reconhecida importância no cenário da questão agrária nacional.

2

AÇÕES DE LUTA PELA TERRA NO SUDESTE DO PARÁ

A propriedade da terra continuava altamente concentrada. A decepção do migrante mais pobre ou do ocupante tradicional das terras devolutas tornou a crise inevitável. Os rebelados, ainda que politicamente inexperientes, porem auxiliados, sobretudo, pelas igrejas (nacionais e internacionais) e partidos políticos, deram origem aos movimentos sociais e as organizações sindicais. As adesões dos pobres (os excluídos dos planos governamentais a partidos políticos e a suas ideologias conferiram aos movimentos sociais força inesperada. Os camponeses e trabalhadores se tornaram, assim, protagonistas de uma violenta resistência a ocupação das terras pelos pecuaristas, em escala desconhecida na história regional. A conquista de terra, repetida mais tarde pelo movimento de sem-terra, tornou-se um fenômeno de massa que não mais poderia ser negligenciado pelos cientistas sociais, politicamente engajados ou não. (Maria C. N.Coelho, Introdução IN Hébette, 2002, v. I).

O processo histórico de ocupação da Amazônia é marcado pela intensa exploração, tanto da sua gente quanto das riquezas existentes. Primeiro ocorre a dizimação do habitante nativo da região, juntamente com os recursos abundantemente disponíveis em suas terras, quando da colonização portuguesa. Já no período de formação e consolidação do estado nacional, especialmente quando da adoção de políticas de “integração” e “colonização” do território regional, na segunda metade do século XX, tomam lugar a expropriação e a violência contra os posseiros/camponeses historicamente assentados na terra.

Neste período, ao mesmo tempo em que se intensificou a concentração de terras através da inserção de novas áreas nas políticas públicas voltadas para a agricultura capitalizada⁴⁷, implementou-se, contraditoriamente, a retomada da terra pelos posseiros/camponeses. Este processo de entrada e/ou retomada da terra por estes trabalhadores se fez das mais variadas formas, ora no enfrentamento direto com os jagunços/pistoleiros, ora organizados nos movimentos sociais de luta por direitos⁴⁸.

No período colonial⁴⁹, sob a pretensa necessidade de se retirar o nativo do seu estado de selvageria, foi promovida a desagregação das inúmeras comunidades indígenas existentes na Amazônia⁵⁰. “Tratava-se de fazê-los abandonar a vagabundagem, a nudez, o fetichismo e ingressar na economia política da catequese” (Ianni, 1978: 24). Desse contato, ampliou-se a relação

⁴⁷No campo teórico José Graziano da Silva (1980) defende a tese do “Progresso Técnico e relações de produção na Agricultura”. Aqui o progresso técnico aparece como o carro chefe do rumo da agricultura brasileira, o que justificava o abandono da discussão sobre Reforma Agrária. Não havia sentido pleitear outra exploração que não na perspectiva da grande exploração. Era preciso discutir os indicadores técnicos da agricultura (introdução de adubos, agrotóxicos, colheitadeira mecânica).

⁴⁸Destaca-se aqui, a luta dos posseiros que atravessa grande parte do século XX: a luta dos *atingidos por barragem* (que surge na região a partir de 1980 com a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí); o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento de Mulheres do Campo (MMC).

⁴⁹“As armadas coloniais pareciam ter sido peritas em remover as populações denominadas ‘nativas’ e ‘aborígenes’, assim como delimitar suas chamadas perambulações mantendo-as em áreas confinadas, em áreas reservadas ou forçando-as à fixação a domínios delimitados arbitrariamente” (Almeida, 1986:470) (Grifos do Autor).

⁵⁰Sobre a desagregação das comunidades indígenas amazônicas durante o período colonial ver Melatti (1983), especialmente o capítulo XIV – A Conquista do Brasil, e Ribeiro (1995), especialmente a seção do capítulo IV, intitulada “Brasil Caboclo”.

entre índios e cristãos. As populações indígenas foram sendo absorvidas nas mais diversas atividades, extrativas, de transportes e como guias pelo interior da floresta. Como consequência disso, ocorreram doenças, conflitos com os coletores, mortalidade indígena (em decorrência das dificuldades de adaptação ao trabalho compulsório) e redução de seu território. Aqui “a violência permeou tudo, desde o início, seja na relação dos homens entre si, principalmente cristãos e índios, seja na relação dos homens com a natureza” (Ianni, 1979: 09)

Sobre o estreitamento da relação do índio com a economia da borracha na Amazônia Oriental, revela Ianni:

“A população indígena da área também se viu envolvida nas atividades e nos negócios da borracha. Principalmente fornecendo mão-de-obra para a extração, o carregamento e transporte da borracha. (...) As estradas que levavam às matas da borracha passavam infelizmente junto das aldeias das Arraias e do Pau-D’ Arco, que se tornaram em breve ponto de pouso obrigatório para as caravanas de caucheiros. Em troca de milho, mandioca e frutas, os índios começaram a aceitar e depois exigir cachaça. Principiaram a presenciar bebedeira e dela logo participaram, (...). (...) os moços kayapó, robustos em geral, iludidos por miríficas promessas, deixaram-se arrastar para os trabalhos inumanos das matas, feitos escravos durante longos meses. (...) Voltavam aniquilados e afetados de certas doenças até então por eles ignoradas”(1979:30).

A intensificação da economia extrativa que se desenvolveu em fins do século XIX e início do século XX acirrou os conflitos entre índios e não índios: donos de barracão, seringalistas, seringueiros, castanheiros e posseiros. Porém, isto ocorreu sem alterar consideravelmente o quadro dos conflitos na região. Neste momento, os conflitos centravam-se em questões pessoais, relacionamento com o patrão, dívidas junto ao seringalista e, em menor intensidade, conflito pela posse da terra: “não era uma luta pela terra em si, mas pelo controle das fontes do látex, pois são as árvores, são os cauchais que constituem o elemento básico, o elemento motivador e só por extensão a terra que contém o caucho⁵¹” (Emmi, 1988: 31).

⁵¹“Naquelas épocas, os caucheiros delimitavam a área marcando os troncos das árvores com iniciais do patrão. Quando a posse não era respeitada por bem, era respeitada pela bala”. (dono de castanhal em Marabá — Marabá, 12/09/1980 — apud Emmi, 1988: 31).

A coleta da castanha⁵², atividade que substitui a economia do látex no Sul e Sudeste paraense, a partir de 1920, assenta-se na estrutura extrativa deixada pela borracha. Com ela, mantém-se a relação de extrema exploração do trabalho, endividamento no barracão, fraude na pesagem da castanha, além das condições insalubres de trabalho, doenças e outros. Nesse contexto, “a exploração não conhecia limites, em que a sede de lucro mercantil reduzia os homens a simples mercadorias –“alugada” ou “compradas”, colocadas a disposição do patrão” (Emmi,1988: 66). Essas condições de subjugo dos nativos “geraram diferentes tipos de reações por parte dos ‘dominados’ que variavam do roubo da castanha, às fugas quando endividados, até o enfrentamento com os homens do patrão, em que a violência se traduzia em mortes, quer a mando dos patrões, quer da parte dos castanheiros, revidando assim a exploração a que estavam sujeitos” (Emmi,1988: 66).

Aos poucos a riqueza/produção assentada no controle dos produtos extrativos começa a se modificar, pondo em curso uma economia determinada pela propriedade privada da terra. Dois momentos demarcam esta metamorfose: primeiro nas décadas de 1940 e 1950, quando as famílias tradicionais locais, enriquecidas e, politicamente, hegemônicas na região de Marabá, garantiram o domínio de grandes extensões de terra. Segundo, o posicionamento político do Estado Militar, nas décadas de 1960 e 1970, “considerava impraticável a colonização baseada em pequenos e médios proprietários frente à escalada dos investimentos e de organização empresarial considerada necessária à ocupação rápida de uma área extensa como a Amazônia” (Becker,1994: 26).

Nestes momentos complementares, coloca-se em curso uma das mais obstinadas e violentas formas de apropriação privada da terra no país, tendo o Estado como seu principal gestor. Constituiu-se, então, um amálgama de atração e repulsão populacional que variava de acordo com a atividade destinada para determinada área. O atrativo populacional era direcionado para os projetos de colonização ou para o trabalho dos canteiros de obras e/ou da “limpeza da área”, derrubada da mata e implantação de pastos. A expulsão se

⁵²A exploração da castanha, há muito usada na região para a alimentação humana e de animais domésticos, foi iniciada desde 1800. Ver Emmi (1988).

dava em virtude da superposição da grande propriedade ofertada aos grupos econômicos do sul do país, sobre áreas ocupadas por posseiros no bojo das atividades extrativas. O confronto entre estes grupos distintos, territorialmente tão próximos, transforma o Pará e a região sudeste do estado, em particular, no celeiro dos conflitos fundiários no país, tendo a violência como sua marca principal. O fato é que a violência aqui mencionada não se limita à negociação, nem tão pouco, parte das relações sociais e da noção de 'outro' ressalta a diferença. É a violência sem limites. Vale destacar, contudo, que "o conflito é parte constitutiva da vida social, em todas as sociedades"⁵³, sejam elas complexas ou não. Mas nem todos os conflitos são violentos, pois se o fossem, tornariam a vida social inviável.

2.1- Fragmentos da geografia da luta pela terra no Sudeste paraense: conflitos, negociações e alianças.

Conhecido como foco de tensão social, a Amazônia Oriental e em particular o Sudeste paraense, que tinha sido o desagudouro natural das pressões demográficas existentes nas outras regiões do país a partir da década de 70, ganha destaque nacional e internacional devido ao aumento dos conflitos fundiários. Isto decorre principalmente da superposição de projetos agropecuários e minerais sobre terras indígenas e de posseiros. Ignorou-se a existência de posseiros e índios nas áreas onde se implantariam estes projetos. Conflitos não tardaram a surgir e a repercutir pela imprensa paraense, destacando regiões como o extremo Sul (Conceição do Araguaia), o Sudeste (Marabá) e o Nordeste (São Domingos do Capim) do Estado.

Todavia, em pleno regime militar, o montante da violência vivida no campo paraense não se fez ecoar para a sociedade como um todo. No máximo apresentavam-se como parte da difícil e grandiosa tarefa de transformar a "Amazônia sem Homens"⁵⁴, num espaço ocupado, produtivo e integrado ao restante do Brasil.

"A sociedade paraense só despertou efetivamente para a questão fundiária nos primeiros anos da década de 80. Na década de 70,

⁵³ Ver Velho (1996:10).

⁵⁴ Sobre a propaganda ideológica da "Terra sem homens", oriunda da política de integração e colonização da Amazônia durante o regime militar, durante as décadas de 1960/70, ver Cardoso & Muller (1978).

assistia à colonização da Transamazônica, não como um componente de uma reforma agrária, mas, sim como um processo de povoamento e aproveitamento de enormes áreas de terras “sem gente” como chegou a dizer o Presidente Médici. Era um movimento de fora pra dentro que pouco mexia com a consciência do povo paraense; afinal, a colonização não mexia com terras sem gente mas com terras sem dono, com terras devolutas; não causava, portanto preocupação para interesses estabelecidos; ao contrário abria perspectivas para a especulação fundiária” (Portela & Carvalho, 1980: 103).

É nessa “terra sem dono” (isto é, sem o regime de propriedade legal, reconhecido pelo estado), mas repleta de gente com histórias, costumes, culturas e personagens como o posseiro e/ou o camponês se desdobra(m) para garantir a sobrevivência dos seus e fazer frente à territorialização do capital⁵⁵.

Neste processo, o capital une numa só pessoa o capitalista da indústria, os proprietários da terra e o capitalista da agricultura, atuando em frentes diferenciadas de inserção na ocupação econômica da região. Em contrapartida, a luta histórica dos trabalhadores da região (posseiros/camponeses) garantiu um saldo positivo através da conquista, passo a passo, de frações do território capitalista. A violência resultante desse processo de luta deixa marcas indicando não haver simplesmente dominantes e dominados, mas poderes locais enfrentados, ameaçados ou em via de extinção. A balança de poderes se modificou historicamente na região a partir de 1940, quando o crescimento da ocupação de terras por posseiros inviabilizou o poder hegemônico das oligarquias extrativistas locais.

De acordo com Arendt, a violência, em grande medida, é um sintoma de perda de poder, ou seja:

“Toda diminuição de poder é um convite à violência, quando pouco por que aqueles que detêm o poder e o sentem escorregar por entre as mãos, sejam eles o governo ou os governados encontraram sempre dificuldade em resistir à tentação de substituí-lo pela violência” (1985 : 49)

Nesta passagem, Hannah Arendt apresenta-nos uma visão mais estrutural das relações de poder e do fenômeno da violência, isto é, de um ponto de vista macro, das relações entre governo e governados – tal como é

⁵⁵ Ver Oliveira 1991.

exemplificada no excerto, a violência ocupa o vácuo da ausência de poder de modo a restituí-lo, fato que nem sempre gera uma nova condição de poder.

Esta visão sobre a violência é importante para compreender as condições estruturais que regulam as relações de poder e que produzem a violência. Mas não podemos perder de vista a existência de inúmeras relações “subterrâneas” permeando e intermediando a relação Sociedade *versus* Estado. Perguntas, por exemplo, sobre o que significa violência para os sujeitos artífices da luta pela terra no Sudeste do Pará ou para os fazendeiros e governantes locais são relevantes para se construir um mapa das micro-relações sociais, cujas nuances escapam a um olhar mais totalizante. Mesmo a simples observação das relações sociais entre os sujeitos em campo tem nos indicado que mesmo em meio às relações de poder (geradoras, segundo Foucault⁵⁶, de resistência) no interior das lutas destes trabalhadores ou entre integrantes dos movimentos sociais e autoridades locais (por exemplo, em acampamentos, assentamentos e nas cidades do Sudeste Paraense) — em quaisquer instâncias — coexistem conflitos, negociações e, às vezes, até alianças.

Foi ao longo da realização do trabalho de campo que uma série de elementos referentes a esta problematização das idéias de poder e violência nos saltaram aos olhos. Observamos, por exemplo, que não basta reduzirmos a violência a causas políticas e econômicas, mesmo sendo estas extremamente relevantes para a compreensão de tal fenômeno. Nem há, tão pouco, que limitá-la a um caráter estrutural como quer Hannah Arent. Através de uma reflexão mais densa acerca das condições estruturais e das relações sociais subterrâneas, é possível estabelecer uma posição intermediária. Os condicionantes políticos, econômicos e de sociabilidade constituem ingredientes articuladores de acontecimentos violentos.

Almeida defende que a violência na Amazônia Oriental:

“(…) não deriva de impulsos irracionais, como às vezes podem deixar transparecer as sucessivas chacinas e os casos de massacres em que indígenas e famílias de camponeses são dizimados, mas de artifícios urdidos, convenientemente delineados e refletidos, constituindo-se, não

⁵⁶ Ver Foucault (1977).

raro, em estratégias próprios de um intenso processo de concentração fundiária” (1990: 15).

De modo algum a violência contra posseiros/camponeses e dirigentes ligados aos movimentos sociais da luta pela terra na Amazônia pode ser entendida como ocasional ou mesmo fragmento de uma história que não teria um elo articulador. Basta observarmos o número de milícias⁵⁷ armadas existentes na região, bem como a lista dos “marcados para morrer⁵⁸”, seus nomes, seus lugares de atuação, sua importância nos movimentos sociais. A violência, nacionalmente conhecida, é ordenadamente planejada e seus objetivos eficazmente traçados. Trata-se da intimidação àqueles que ousam rebelar-se contra a terra da especulação, a terra do trabalho escravo e a terra apropriada para auferir renda.

Nos primeiros anos do regime militar⁵⁹, o conflito e a violência se intensificaram claramente na Amazônia Oriental materializados na superposição de projetos financiados pelos incentivos fiscais e áreas de antigas posses. Neste ínterim, Martins (1985) aponta três características da violência que permeava a Amazônia ao longo da política fundiária adotada pelos governos militares:

Violência policial do jagunço contra o posseiro e o peão - Fortalece-se a ordem oficial em detrimento da ordem pública;

Violência do poder judiciário - Mandados de despejos executados por jagunços e fundados em documentos de pouca consistência jurídica. Resulta disso a desmoralização da justiça, que passa a ser percebida como simples executora de uma política de expropriação territorial, de privilégio e de

⁵⁷ Especialmente preocupantes foram os relatos sobre a atuação no Sudeste do Pará de empresas de vigilância cujo comportamento e finalidade são as da velha pistolagem, só que agora organizada em moldes empresariais “modernos”. (Dossiê sobre os crimes do campo, CPT/2005).

⁵⁸ Ver *Lista dos Marcados para Morrer* em anexo. Em matéria publicada pelo Jornal do Brasil do dia 27/05/2005, Frei Henri Roziers, denuncia, “Minha cabeça vale 100 mil, mas não tenho medo”. Este religioso de 75 anos, advogado e líder da Comissão Pastoral da Terra vive no município de Xinguara, maior reduto de assassinatos ligados a disputa da terra. O Frei Roziers orienta sua luta pela regularização de assentamentos e contra o trabalho escravo.

⁵⁹ Vale frisar que, embora estes tipos de violência (apontadas por Martins, 1980) se apresentem engendrados num recorte cronológico bem preciso (segunda metade da década de 1960), estas modalidades de violência ainda podem ser presenciadas no cotidiano do campo paraense.

interesses da empresa privada sobre os direitos individuais e sociais dos camponeses;

Violência do poder executivo - Intervém militarmente na questão fundiária mediante o alijamento da justiça nas decisões dos conflitos, dos sindicatos, do partido político e das entidades de apoio ao trabalhador, como a igreja e entidades de assessoria.

Claramente o Estado abdicou do monopólio da violência, delegando-a aos grandes grupos econômicos que utilizam o “jagunço” / “pistoleiro”. Por vezes, o pistoleiro substituiu o policial, isto quando o policial não virou pistoleiro, ou os dois não trabalharam juntos.

Entre os anos de 1964 a 1988, em pleno regime militar, a pesquisa realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico do Pará (ITESP) apontava que os projetos beneficiados pelos incentivos fiscais acabaram por se tornar o lócus da violência no Estado do Pará. Coloca-se o espaço geográfico do conflito fundiário na esteira da Política de Integração Nacional (PIN), particularmente, no rastro da implantação da política de incentivos fiscais de 1968.

Costa (1989) e Barp (1997), ao estudarem os Incentivos Fiscais na Amazônia, apontaram estreita relação entre conflitos, violência no campo e política de incentivos fiscais. Para Costa, a violência na Amazônia⁶⁰ está diretamente associada aos grandes projetos agropecuários. Nestes, a quantidade de recursos determina a intensidade da violência, direcionada quase sempre para lavradores, posseiros, trabalhadores rurais e seus líderes intelectuais. Barp analisa mais diretamente a relação com os investimentos aprovados pela SUDAM do período que corresponde ao início do regime militar até a abertura democrática e aponta que “violência e incentivos fiscais revelaram-se um trinômio perverso que teve como conseqüências, de um lado, o enriquecimento de alguns grupos econômicos privilegiados e, de outro, a morte” (*Sic*) (Trecanni, 1998: 244).

TABELA 2 – Ocupações finalizadas com morte no Pará

⁶⁰ De acordo com a pesquisa realizada pelo ITESP (1985) intitulada “Áreas de concentração de conflito no Pará-1964 a 1988”, foram 204 os litígios em imóveis com atividades agropecuárias, 62 litígios em antigos castanhais, 18 litígios em áreas de mineração e 13 em terras indígenas.

Ano	Ocupações	Mortos	Famílias atingidas
1991	06	03	780
1992	06	03	2.501
1993	07	02	598
1994	04	04	920
1995	08	06	882
1996	15	27	2.517
1997	17	06	4.604
1998	27	09	3.180
1999	32	03	655
2000	19	04	630
2001	12	07	1.603
2002	19	16	440
2003	33	25	1.666
total	205	115	20.976

Fonte: CPT/PA - 2004

No final da década de 80 e início de 90, observa-se uma significativa queda no número de trabalhadores rurais assassinados, o que de imediato poderia ser interpretado como uma suposta trégua no campo paraense. Ledo engano! Os assassinatos tornam-se mais *seletivos*, visando ao enfraquecimento da organização dos trabalhadores. Agora, são assassinados religiosos, advogados ligados à luta pela terra, políticos e militantes das mais diversas organizações sociais no campo. Destacam-se aqui:

TABELA 3 – Lideranças assassinadas no campo paraense

Nome	Atuação	Ano de morte
Raimundo Ferreira Lima	Dirigente Sindical de	29/051980

Nome	Atuação	Ano de morte
(Gringo)	Conceição do Araguaia	
Gabriel Pimenta	Advogado de 141 posseiros da Fazenda Pau Seco	05/06/1982*
Adelaide Mollinari	Religiosa católica	05/05/1985*
João Canuto	Dirigente Sindical de Rio Maria	18/12/1985*
João Carlos Batista	Deputado Estadual -PSB	0/12/1988
Pedro Viana de Carvalho	Dirigente sindical	1998
Expedito Ribeiro	Dirigente Sindical STR de Tomé-Açú	02/02/1991*
Arnaldo Dalcídio Ferreira	Dirigente Sindical STR de Eldorado do Carajás	02/05/1993*
Antonio Teles e esposa Alcina Gomes	Dirigente Sindical	12/10/1994*
Onalicio A . Barros	Dirigente MST	26/03/1998*
Valentim Serra	Dirigente MST	26/03/1998*
José Dutra da Costa	Dirigente Sindical	22/11/2000*
José Pinheiro Lima	Dirigente Sindical	09/07/2001*
Ribamar F. Dos Santos	Dirigente Sindical	06/02/2004*
Dorothy Stang	Religiosa Católica	12/02/2005

Fonte: Dossiê dos crimes no campo – CPT/2004

*Mandantes e assassinos não foram presos ou levados a julgamento.

Hoje, destaca-se como característica peculiar da violência no Sul e Sudeste do Pará, uma lista de “marcados para morrer”. São aproximadamente 50 nomes, com execução planejada e tabela de preço nacionalmente conhecida, que varia de valor de acordo com a posição social do ameaçado.

São alvos, principalmente, agentes da CPT, integrantes dos sindicatos rurais, técnicos agrícolas, posseiros, lideranças ligadas à Fetagri, lideranças do Movimento Sem Terra, religiosos, advogados e juízes. O que se tem observado é que, na maioria das vezes, essas ameaças acabam se cumprindo. Assim, entram e saem nomes desta lista. Saem quando morrem, entram quando passam a ser marcados para morrer. E assim, perpetua-se um clima constante de intimidação, violência não tão velada, de difícil ingerência pelo estado, violência vivida aos poucos, uma porção por vez, um punhado a cada dia. Os números do quadro abaixo, mostram a distribuição dos conflitos na Estado do Pará em uma década, exatamente na transição do fim do século XX e início do século XXI.

TABELA 4 - Conflitos no Pará entre 1994 e 2004

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	total
Conflitos de terra	35	38	63	60	37	86	53	115	110	136	104	837
Assassinatos	12	14	33	12	12	9	5	8	20	33	15	173
Ameaças de morte	42	54	24	29	11	36	17	46	78	61	103	501

Fonte: CPT-2005

Entre os anos de 1985 e 1996 ocorreram 20 chacinas na Região Norte, com um total de 151 vítimas. Neste mesmo período, o Pará destaca-se como sendo o palco de 14 delas. O restante ocorreu em Rondônia (4 casos), Amapá e Roraima, um caso em cada. Os registros da CPT (Comissão Pastoral da Terra) mostram que, de 1971 a 2004 foram assassinados 772 camponeses, além de profissionais envolvidos com a luta pelos Direitos Humanos no Pará, sendo que a maioria dessas mortes (574 casos) foi registrada no Sul e Sudeste do Estado. O período destacado na tabela acima registra os dois anos de maior participação proporcional do Estado sobre o montante nacional de assassinatos de trabalhadores rurais: 1996 com quase 72% dos casos e 2002 com, aproximadamente, 47%.

Ao mesmo tempo em que estes números e dados demonstram a persistência do padrão de violência existente no Pará, coloca-se claramente que o capital não conseguiu homogeneizar seu modelo produtivo no campo. Pelo contrário, ao mesmo tempo em que o capital se expande, a violência aparece de forma mais intensa, estimulando o revide e a subversão dos trabalhadores. É claro, que não podemos considerar esses trabalhadores como um grupo homogêneo, mas como um composto de nativos e migrantes com as mais diversas origens, projetos pessoais e diferentes formas de inserção como força de trabalho no campo.

Face à diversidade de sujeitos sociais envolvidos em conflitos no Sudeste do Pará (posseiros/camponeses, sem terra, acampados, empresários,

latifundiários, políticos, policiais e outros), emerge, aglutina e consolida uma posição política por parte dos trabalhadores rurais, centrada na luta pela conquista da terra de trabalho. É nesse sentido que o termo resistência deve ser entendido, como resultado da gestação de uma identidade de interesses oriunda de um processo histórico de conflitos sociais que tem como pano de fundo a propriedade da terra. O camponês expropriado, ao longo de sua história, vem construindo formas de resistência, fracionando o poder do latifúndio, transformando terra de negócio em terra de trabalho. Como podemos observar nesta passagem de Martins:

“O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandindo à custa da *expropriação e de exploração* dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. Em nosso país esse processo não é assim tão claro nem assim tão simples. O capital se expande no campo, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia, pratica uma traição às leis do capital”. (1992: 18) (Grifos do Autor)

Este processo de retomada da terra, entendido aqui como insucesso parcial da expropriação no campo, tem produzido uma “guerra” entre uma tríade de lógicas distintas de se pensar e utilizar a terra: de um lado, aqueles que têm por base a renda fundiária; de outro, as grandes corporações nacionais e internacionais baseadas na propriedade privada da terra e, por fim, a grande massa de posseiros/ beneficiários da política de assentamento e expropriados que, na luta pela terra de trabalho, têm construído novas formas de resistência.

Neste universo de instabilidade e insegurança, Hébette (1983) destaca três pontos nevrálgicos de conflitos pela posse da terra que se diferiam pelas características naturais e institucionais de seus protagonistas. Trata-se da área compreendida entre a rodovia Belém-Brasília, o Norte de Imperatriz e Marabá, que corresponde à área destinada a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí e o Polígono dos Castanhais, todas concentradas na área do Bico do Papagaio⁶¹.

Como é comum na região, a construção da estrada trás consigo o embrião dos pequenos aglomerados urbanos, da futura cidade, principalmente,

⁶¹Área que abrange Sul e Sudeste do Pará, Norte do estado do Tocantins e Oeste do Maranhão.

devido ao trânsito de pessoas que se amontoam nas cercanias do acampamento desenvolvendo as mais diversas atividades, desde a venda de “bugigangas” até a comercialização de alimentos, prostituição e outros. Para alguns a abertura da estrada é a possibilidade da grilagem, da compra irregular, fraudulenta de terra, para outros, a garantia da sobrevivência através da conquista do lote.

Na abertura da PA-70 (atual 222), eixo rodoviário criado para interligar Marabá⁶² a Belém-Brasília, não foi diferente. Os posseiros que ocupavam esta área, em sua maioria, migraram de outros estados e, na década de 60, haviam se fixado na rodovia. Lá, a presença do grileiro expropriou as terras, ou fez com que estes posseiros vendessem seus lotes por preços irrisórios, levando-os à necessidade de abrir posse em outras terras. A perseguição dos especuladores e grileiros que vieram com a abertura da estrada não intimidou a todos. Os posseiros resistiram, se organizaram e aos poucos foram se fixando no local⁶³. Os demais trabalhadores migraram para a rodovia PA 150⁶⁴, construída em 1977, para o transporte do material e equipamentos necessários para a construção da hidrelétrica de Tucuruí. Ali, o conflito também não tardou a chegar

O espaço utilizado para a construção da hidrelétrica de Tucuruí, especialmente a área inundada com o início das atividades da hidrelétrica, se destaca pela intensidade do conflito. Segundo dados oficiais, 90% das famílias de posseiros seria de origem camponesa. Desde 1978, data do início da implantação deste projeto até o momento da inundação do reservatório (área aproximada de 243.000 ha), o projeto expropriou 6.000,00 famílias.

Neste trecho do Médio Tocantins inundado com a construção da usina habitava a população mais antiga da região, mais precisamente coletores de castanha, chegados à região entre as décadas de 1920 a 1940. Além disso, um

⁶² A população de Marabá cresceu aceleradamente nas décadas de 60 e 70, quando somava 24.474 habitantes, chega a dobrar na década de 80, perfazendo um total de 59.745. 1950, 11.730; 1960, 14.228; 1970, 24.470 e 1980, 59.743 habitantes. (Ver Emmi, 1988: 117).

⁶³ Despejados do local por 40 policiais e 20 jagunços em virtude de uma liminar judicial, suas casas e suas reservas de cereais queimadas, [os posseiros] acamparam mais de um mês em barracas precárias, recebendo alimentos, roupas e medicamentos da população e de grupos solidários, do Pará e de fora.” (Hébette, 1986: 03).

⁶⁴ Nasceu deste movimento o “Grito da PA 150”.

número menor de migrantes se acrescenta nas décadas de 1960 e 1970⁶⁵, “no âmbito dos programas estatais de implantação da malha rodoviária, de colonização e de regularização fundiária” (Magalhães, 1994: 449). Conforme Hébette:

“Muitos, entretanto, já eram filhos da terra, descendentes de migrantes. Tinham criado e consolidado seu espaço físico, econômico e cultural. Tinham sua organização econômica baseada na produção familiar de mandioca, arroz, feijão, frutas e uma pequena criação de animais. Tinham seus laços de vizinhanças, parentesco e compadrio sustentados na prática da ajuda mútua e da troca de serviços. Tinham aberto caminhos nas matas e entre as roças, construído suas igrejas e centro comunitários, limpado seus campos de futebol, ajeitado suas cacimbas para puxar a água e seus locais de banho. Tinham formado seus povoados com o comércio, a farmácia, os bares; conquistado da prefeitura escolas e professores. Tinham suas festas de padroeiro, de São João e São Pedro, e seu desfile na comemoração da Independência Nacional. Tinham o cemitério com os túmulos de parentes e amigos” (1986: 04).

A transferência destas famílias em 1980 destruiu laços de solidariedade, laços religiosos, laços de parentesco e culturais, difíceis de reconstruir. Para muitos já idosos, frutos de tantas outras migrações e artífices de muitas lutas e conquistas, a transferência de suas terras, o distanciamento de seus mortos, significou a perda da própria vida.

Com a abertura do lago, parte destes posseiros foram levados para o Loteamento Rio Moju⁶⁶, situado no município de mesmo nome. Outra parte foi

⁶⁵ Ao mesmo tempo em que se intensificava o desmatamento dos castanhais nativos, a oligarquia da castanha, alegando a necessidade da preservação dos castanhais nativos, propôs a criação dos ‘polígonos dos castanhais’, utilizando a preservação como argumento principal. De acordo com ela, as áreas dos castanhais deveriam ser transformadas em espaços de preservação permanente ou de exploração limitada e protegidas principalmente da entrada de novos posseiros, por ela identificada como agentes maiores da destruição dos castanhais. Não há um consenso com relação ao tamanho da área do Polígono. As versões variam de 800.000 ha a mais de 1.200.000 hectares. (Ver Almeida, 1993:173)

⁶⁶ Os colonos do loteamento Rio Moju, primeiro grupo a ser transferido, constituem a população que ocupava a extensão de terras circunvizinhas à estrada de ferro Tocantins. “Seguindo um trecho encachoeirado à margem esquerda do Rio Tocantins, contornava um longo trecho entre as localidades de Tucuruí e Jatobal, no município de Jacundá. Com uma extensão de 117 km, esta ferrovia cumpriu até o final da década de 60 o importante papel de facultar o escoamento de castanha-do-Pará de toda região do Médio Tocantins até Tucuruí, de onde era transportada em motores, através do rio, até Belém, capital do Estado do Pará. Esta região do Médio Tocantins que compreende os municípios de Marabá, Itupiranga, Jacundá e Tucuruí, é reconhecida como tendo sido a maior produtora da castanha da Amazônia; atividade extrativa que cumpriu um papel determinante na economia pós-borracha em todo o estado do Pará, mas especialmente no Sudeste Paraense”(Magalhães, 1996: 698).

direcionada para o Loteamento Gleba Parakanã, no município de Novo Repartimento, onde aguardariam pela promessa de indenização referente às benfeitorias existentes em seus lotes.

As dificuldades de negociação com a Eletronorte levou os expropriados a se organizarem e articularem estratégias de luta, como ocupações do Escritório da Eletronorte em Tucuruí, ocupação da sede do Banco do Brasil e acampamentos pela região. Desde 1982, 400 trabalhadores montaram acampamento em frente ao escritório da Eletronorte em Tucuruí, criaram pautas de reivindicações e chegaram até Brasília para negociar. Destaca-se, nesta época, o slogan “terra por terra, vila por vila, casa por casa, indenizações justas e recuperação dos prejuízos”, como palavra de ordem do movimento.

Em 1984, por ocasião do terceiro acampamento organizado em frente à sede da Eletronorte em Tucuruí com a barragem concluída e a inauguração marcada os trabalhadores haviam vencido “o isolamento dos lavradores” e construído a consciência da necessidade da luta organizada que trouxe como salto a conquista de “três novas vilas: Novo Breu Branco, Novo Repartimento e Cajazeiras, poços cavados, reajustadas indenizações e liberadas novas áreas para transferência dos trabalhadores” (Hébette, 1986:75).

Já o “polígono dos castanhais”, área ocupada por posseiros arrendatários, foreiros, proprietários em momentos diferentes, a região passou a ser assim denominada a partir de 1983, quando o Sindicato Rural de Marabá e a Associação dos Exportadores de Castanha, requereram junto ao Ministro de Assuntos Fundiários a “criação de um polígono de preservação permanente ou utilização limitada dos castanhais”. Ou seja, ocorre uma revisão fundiária, mudança de natureza do título em prol da proteção florestal, uma vez que nas invasões predatórias, o corte indiscriminado e a instabilidade fundiária acarretavam a queda da extração da castanha do Pará (Emmi, 1988:158).

Tal reivindicação representava a preocupação das famílias locais, detentoras dos títulos de aforamento perpétuo, que procuravam se proteger das ocupações por parte dos posseiros nas áreas de castanhais, bem como, garantir sua hegemonia numa sociedade em intensa transformação. Em outras palavras, a reação do latifúndio à ocupação das áreas de castanhais denunciava de um lado a crise de poder vivida pela oligarquia da castanha. Por

outro, ocorre a efetivação do acesso a terra por uma camada da população despossuída e expropriada, na maioria das vezes oriundas do Nordeste brasileiro.

“Mais numerosos do que os proprietários são os posseiros, esses lavradores imigrantes que se instalaram nas terras devolutas. Além desses, há um componente novo com que se confrontam os antigos donos do poder. Trata-se dos trabalhadores sem terra que a cada dia engrossam a categoria dos despossuídos e expropriados. Se antes, ocupavam apenas terras devolutas, eles passam agora a questionar ou até desconhecer a propriedade improdutiva e a lutar para a conquista de seu lote, contribuindo significativamente para abalar a hegemonia dos donos de castanhais. Não integrados à teia de relações de dominação/subordinação da oligarquia, esses trabalhadores não reconhecem o “direito” dos oligarcas aos latifúndios. Certos grupos iniciando por ocupar temporariamente pequenas áreas, passam depois a lotear entre si, grandes áreas dos próprios castanhais antes intangíveis, desafiando o poder de seus donos”. (Emmi, 1986: 127)

Desafiando o latifúndio, estes trabalhadores conseguiram muitas vezes rearticular seus laços de parentesco e vizinhança. A ocupação de uma determinada área por uma família significava a abertura de uma frente camponesa que aglutinaria pessoas próximas, na identidade de ser “sem terra” ou na dor do desenraizamento da cultura nordestina. Do mesmo modo, eram pares de outras lutas, de outras migrações, apresentando como elementos comuns a repetição e a multiplicidade de confrontos, a migração como símbolo de resistência, e a repetição dos atos que se transformam em resistência e amadurecimento da luta.

A luta pela terra nos antigos castanhais não cessa com o processo de privatização dessas terras. Pelo contrário, o período que corresponde a meados da década de 70 a fins da década de 80 centra-se principalmente no confronto entre posseiros e famílias tradicionais locais. Concomitantemente, as castanheiras dão lugar, por um lado, às pequenas posses e por outro, ao pasto e à “pata do boi”. Como consequência, o conflito se faz presente quase que de forma generalizada. Nos anos de 1976 a 1985, vive-se o auge dos conflitos em áreas de castanhais, com destaque para os municípios de Marabá e Conceição do Araguaia. O ano de 1985 se destaca pelos conflitos com o maior número de mortos, com ênfase para os municípios de Xinguara (município brasileiro com o maior número de assassinatos ligados a disputa pela terra de 1985 a 2003),

Marabá e São João do Araguaia, nos respectivos castanhais Pau Ferrado (10 mortos), Surubim (8 mortos) e Fortaleza (12mortos).

TABELA 5 - Conflitos pela posse da terra em áreas de castanhais

Ano	Município	Castanhal	Envolvidos
1976	Marabá	Viraçãozinho	João Abastácio Queiroz x 80 famílias
1976	Marabá	Buriti	São Saulo Van Rondow e Maria Moussalem x 40 famílias
	Conceição do Araguaia	Cigana	Neil. Mutran x50 famílias
1978	Conceição do Araguaia	Fortaleza	E. Mutran x 50 famílias
	Marabá	Bela Vista	E. Mutran x famílias
	Marabá	Boa Fé	E. Mutran x famílias
1979	Marabá	Mãe Maria	João Abastácio Queiroz x 150 famílias
	Marabá	Limite de Itupiranga	M. Moussalem e Salim Moussalem x 50 famílias
	Marabá	Margem Esquerda do rio Itacaiúnas	A. Silau A x 15 famílias
	Conceição do Araguaia	São Sebastião	Bam x 30 famílias

1980	Marabá	Gleba Café	Neir Santana e Carne Roxa x 25 famílias
	Conceição do Araguaia	Axixá	E. Azev x famílias
	Xinguara	Sampaio I Sampaio II	E. A Pau Seco zev x famílias
	Marabá	Pau Seco	M. Card. Neto x 178 famílias
1981	Marabá	Fortaleza	AQ.Moraes X 100 famílias
	São João do Araguaia	As margens da OP2	Carlos V. h X 23 famílias
	Marabá	Sem denominação	Antônio Ribeiro X Famílias
	São João do Araguaia	Cuxiú	Evandro Mutran X 420 famílias
	Conceição do Araguaia	S. Sebastião	Bamerindus X Famílias
	Xinguara	Fortaleza./ Cajueiro	Juaracy T. e J Almeida X Famílias
1983	Marabá	Tabocão	Alzira Mutran X Lavradores
1984	Marabá	S. José e Pau Ferrado	Ed Castor X Lavradores

Fonte: Comissão Pastora da Terra-CPT – Regional II

Estes conflitos opõem grupos de trabalhadores rurais recém-chegados à área e grupos de moradores antigos aos oligarcas da castanha⁶⁷ ou representantes da empresa capitalista que se expande na região: pecuaristas do sul e instituições financeiras. Aqui

“(...) as agressões eram individuais. (...) O inimigo era visível, andava solto nas ruas, tinha rosto e apelido. (...) Os atores, as armadilhas, às vezes até o dia da agressão eram conhecidos. Além disso, o controle de vários castanhais por uma mesma família tornava suas ações vulneráveis, previsíveis e repetidas possibilitando aos trabalhadores um espaço maior de organização. No caso dos expropriados pela construção da hidrelétrica de Tucuruí (...) era bem diferente, o inimigo era impessoal, distante, poderoso”.(Hebette,1986: 70).

A todo o momento surgia um fato novo, muitas vezes colocado nas entrelinhas ou nas letras minúsculas dos contratos assinados por muitos dos trabalhadores expropriados. Ainda como estratégia, a Eletronorte não negociava diretamente com a comunidade, mas com pequenos grupos criteriosamente separados.

A demora nessa articulação interna entre os grupos⁶⁸ — apesar das necessidades comuns e das dificuldades em se colocarem frente a frente com os dirigentes da Companhia — concorreu para a demora das negociações, o que implicou em perdas materiais e emocionais. O tempo entre a expropriação e as negociações constitui um importante fator para a aproximação, aglutinação, identificação tanto do inimigo comum, quanto dos interesses, possibilitando a organização política que sustentaria as ações de luta.

Nestes diferentes espaços de luta pela terra existem muitos pontos em comum. Verifica-se a expressão das rupturas dos velhos arranjos de poder e a emergência de novos, que aí tentam se impor, tendo como artífices sujeitos oriundos de culturas e lugares, os mais diversos. Porém, estes sujeitos se assumem como parceiros em ser “sem terra” e no objetivo da conquista da terra para trabalhar.

⁶⁷ Em 1960, apareciam como principais latifundiários da castanha as famílias Mutran, Almeida e Moraes que, juntas controlavam 55.935 hectares. Nos próximos anos essa concentração se reforça, dando as mesmas famílias 124.599 hectares em 1965 e 125.954 em 1970. Após esta data os números deixam de crescer substancialmente. Em 1980, num total de 168 lotes representando 613.721 hectares aforados em Marabá 62 pertencem as famílias Mutran, Almeida e Moraes, ao quais se soma a família Azevedo. (Emmi,1988: 125).

⁶⁸ Não que o inimigo comum não estivesse claramente colocado, trata-se da identificação de suas estratégias, seus objetivos e organização.

O avanço sobre territórios indígenas de posses camponesas continua nas últimas décadas do século XX com a implantação dos Projetos Minerais. Todavia, entre a expansão do capital e a expropriação desses trabalhadores, há um percurso enorme a seguir, na maioria das vezes, distantes dos esquemas fatalistas que acenam para dois extremos: enriquecimento ou proletarização. As diversas entradas e saídas da terra explicitam que a expropriação não lança, de imediato, o trabalhador na esteira da proletarização, nem tão pouco sua maior inserção no mercado o transforma em capitalista⁶⁹.

Durante a pesquisa, observamos que a maioria dos participantes dos Projetos de Assentamentos no Sudeste do Pará já havia passado por várias ocupações, repetidas entradas e saídas da terra, início e reinício da vida na terra, onde a migração e o desejo de ter terra aparecem como elementos comuns. A trajetória histórica do campesinato amazônico aponta a migração eminentemente como um acúmulo de experiência relativa à luta pela conquista do direito de acesso a terra.

Não obstante, a migração, fortemente presente na vida destes trabalhadores, revela um lado perverso do processo de apropriação privada da terra que empurra cada vez mais o camponês/posseiro para a estrada, tudo escamoteado pela suposta espontaneidade e mobilidade natural que lhes é atribuída. A marca dessas fissuras expressa no saudosismo da terra natal, na sua “autodesignação como cearense, baiano ou mineiro, a sua freqüente evocação a eventos do passado, ao meio social e cultural de origem” externalizam o sofrimento e a cruel realidade da migração. Assim, “não tem em seu conjunto nada de espontaneidade” (Hébette, 1986: 16).

Em outras palavras,

“A mobilidade supostamente natural destes trabalhadores e o caráter nômade a que lhes é atribuído engana os que confundem necessidade com inclinação congênita ou desistência de um lote ou falta de apego a terra; ou que confundem apego a terra com amor a pura superfície do solo. *Muitos têm raízes na terra, sim; ou já o tiveram, foram arrancados*

⁶⁹ De fato, encontramos uma variação destacada quanto aos diferentes planos de condições de trabalho e papéis sociais desempenhados por trabalhadores na região, em diferentes condições de acesso à terra: acampamentos, assentamentos ou comunidades camponesas (e/ou de posseiros) mais antigas.

da terra e falta-lhes espaço agora para de novo enraizar-se. Nessas andanças todas as famílias se distanciam, ou até se desfazem; as amizades se perdem. Muitos já voltaram para a sua terra natal, mas a maioria já não tem condições de retorno. Foram e permanecerão migrantes” (idem) (Grifos do Autor).

Migrar tem se apresentado como um elemento comum na história de vida destes trabalhadores. A busca pela terra de trabalho tem levado esses sujeitos a vivenciarem outras experiências como a vida na cidade e o trabalho assalariado. Nesse tempo, entre a busca pela terra e a sua entrada nela, histórias de vida se encontram, afinidades se entrecruzam, todos na órbita de um mesmo objetivo: a conquista da terra para plantar e viver. Estas afinidades é que têm dado impulso à luta pela terra. Elas dão sentido de identidade e de comunidade a estes grupos de pessoas, “migrantes” como na fala de Hébette, “posseiros ou sem terra”, de acordo com o tipo de movimentos sociais em que ingressaram.

Entendo que a construção e o sentido da luta pela terra estão exatamente no desejo comum de não trabalhar para e não depender de outrem a sobrevivência dos seus. A liberdade expressa no ideário capitalista de produção, no qual o trabalhador teria a liberdade de vender, trocar a sua força de trabalho⁷⁰ como bem lhe aprouvesse, não condiz com o sentido de liberdade e autonomia camponesa⁷¹. O total controle do seu trabalho é o que define essa liberdade e isso só é possível quando a terra não é propriedade de outrem. Desta forma, apesar da terra não se apresentar como o elemento fundamental para o camponês ou o posseiro, ela é quem garante essa tão sonhada liberdade e a reprodução do modo de vida destes sujeitos.

Neste sentido, as noções de posse e propriedade são imprescindíveis para se entender como tem se construído a luta no cotidiano destes trabalhadores. Num estudo realizado na Amazônia Oriental, Martins (1990)

⁷⁰ Sobre este assunto ver Martins (1990).

⁷¹ Neste trabalho utilizamos o termo camponês, enquanto uma forma de organização sócio-econômica que articula produção econômica, organização social, regras de sociabilidade e trabalho familiar. De acordo com Martins (1983: 22) as palavras “- camponês e latifundiário - são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção de história, das lutas políticas e dos confrontos entre classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em

apontava que a terra por si só não tem nenhum significado para o posseiro, uma vez que para ele, a noção de posse privilegia o trabalho e não a terra. Isto difere da noção de propriedade, onde a terra é o elemento motriz.

“A questão que está em disputa, portanto, é a questão entre duas formas de ocupação da terra: entre a propriedade e a posse, entre a propriedade capitalista, entre a terra comprada segundo as concepções dos “paulistas”, a forma paulista de comprar a terra, de usar a terra, e uma outra forma que é a forma que se encontra caracteristicamente na realidade do posseiro. (...) Na verdade o posseiro não valoriza a terra como terra. Ser proprietário da terra para ele não tem o menor sentido. O que tem sentido para ele, isto sim, é ser o dono do trabalho.(...) Ele luta radicalmente pela sua liberdade, a terra e a liberdade” (Martins,1990:131).

E prossegue,

“Eu não vejo como falar só na terra. Frequentemente tenho ouvido pessoas discutindo a problemática das novas regiões em termos estritamente da terra porque, de fato, a pedra de toque está na terra, mas há este outro elemento ideológico, que marca muito a existência e o movimento dos posseiros que o problema da sua liberdade, a sua liberdade de trabalho familiar, a sua liberdade de trabalho autônomo, a sua liberdade de locomoção, a sua liberdade de decisão” (idem).

É nessa relação de propriedade, apontada por Martins (1990), que está a intensificação dos conflitos. Tais conflitos nascem como resultado da construção de uma identidade de interesses. Temos, de um lado, a terra como instrumento de trabalho, de outro, a terra como reserva de valor, com o objetivo de auferir renda. Nestas formas de apropriação da terra está a base para a atuação coletiva de um determinado grupo, num dado momento histórico, levando os sujeitos a agirem em conjunto.

O reconhecimento social da diferença entre ser “Sem Terra” e ser “Proprietário de Terra” é o elemento de fragmentação ou aproximação, união do grupo na construção da resistência. Resistência que se constrói nas mais variadas formas, desde a migração, enfrentamento direto, vivência na periferia das cidades próximas e perda do lote, até a venda de parte do seu trabalho⁷² como forma de garantir a sua existência enquanto camponês.

contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade, por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico”.

⁷² Sobre o experiência do assalariamento parcial do camponês (trabalho acessório), ver **Martins, 1996.**

Neste trabalho nos referimos à construção da identidade de interesses de grupos sociais de acordo com Thompson (1997). Para o autor, a experiência de luta contra as injustiças sociais que os trabalhadores acumulam na sua história de vida contribui para a conformação de uma identidade de interesses, que propicia a reunião, aglutinação de trabalhadores e resulta na ação política coletiva. Desse modo, o conjunto de experiências humanas, vividas e pensadas pelos indivíduos em seu cotidiano, numa dada sociedade, concorreria, também, para a atuação destes indivíduos coletivamente no presente, tornando-se, assim, a história dos movimentos sociais um permanente fazer-se, na medida em que eles se autoconstroem na luta.

Ainda nesta direção, Brandão (1986) aponta que a construção da identidade social é, inevitavelmente, marcada pelo confronto com o outro, por se ter de estar em contacto, por ser obrigado a se opor, a dominar ou ser dominado, a tornar-se mais ou menos livre, a poder ou não construir por conta própria o seu mundo de símbolos.

As experiências de terem entrado e saído da terra, por diversas vezes, aproximam anseios e associam os significados da construção da luta pela terra por estes trabalhadores, bem como suas trajetórias comumente apresentadas como coincidentes com a história de expropriação e proletarização. Estas aparecem aqui, antes de tudo, como uma história de resistência. Da mesma forma, o capitalista proprietário de terra, o grileiro, o jagunço, apresentam-se para os trabalhadores do campo, no contexto estudado, como “inimigos comuns”.

2.2 - As novas marcas da luta pela terra no Sudeste Paraense

Neste contexto, onde personagens e tempos se superpõem, é inegável o histórico poder organizativo dos trabalhadores do Sudeste do Pará. Contudo, durante muitos anos, esta organização não conseguiu ultrapassar os limites da conquista do lote. Concorreu para isso, na maioria das vezes, a inexistência de infra-estrutura na área ocupada, resultado da total negação da existência destes trabalhadores por parte do Estado, abandonando-os a própria sorte, sem saúde, educação, assistência agrícola, crédito e, principalmente, regularização fundiária. Não reconhecidos pelo Estado, tornaram-se

vulneráveis à pressão do latifúndio e a todo seu aparato: jagunço, pistoleiro, conflito e violência.

A década de 80, da transição dos momentos de autoritarismo à reconstrução democrática, foi um momento em que fervilhavam as novas formas de inquietação diante da realidade social circundante. O conflito ganhou maior visibilidade, os números de assassinatos no campo mostravam a face perversa, até então camuflada pelo regime militar, do modelo de desenvolvimento proposto para a Amazônia. A luta pela terra tornou-se de domínio público. Neste ínterim, estes sujeitos reconstruíram as estratégias de luta e se encontraram nas ocupações e na organização, dentro dos mais diferentes segmentos sociais. Construíram, assim, uma estratégia de viabilização da terra de trabalho num território⁷³ fortemente marcado pela presença capitalista.

Para Reis, nesta conjuntura de transição e de construção do espaço de luta democrática,

“Os movimentos sociais aparecem como sinalizadores por excelência de um período expressivo da sociedade brasileira. Por meio dele se evidenciam os temas de exclusão social, econômica e política. As desigualdades sociais, fincadas em percursos históricos, que tocavam não só o plano das estruturas, mas também dimensões simbólicas e culturais que reproduziam as formas cotidianas de dominação. Direitos sociais indefinidos ou mal construídos demonstraram a distância entre a ordem legal e legítima, essa última sinalizando a realidade de práticas e suas formas de justificação” (Reis, 1995:58).

Portanto, vislumbram-se, aqui, atores sociais que são construídos no fazer-se da luta cotidiana e na transformação das formas sociais de reivindicação. A força dos movimentos sociais é construída no cenário da

⁷³Oliveira define que “O território deve ser compreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/ modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas e etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência. A sociedade capitalista está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações de produção e o processo contínuo contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica e específica ao território. Logo o território não é um prius ou a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (...). É essa lógica contraditória que constrói/destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização(...)”. (1999:75)

efetivação do espaço social, engendrado nas diversas experiências de lutas populares⁷⁴. No Sudeste do Pará, aparecem as lideranças formadas no seio da Igreja adepta da Teologia da Libertação, que se tornam peças fundamentais, na organização das Associações, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra e no Movimento Sem Terra.

Neste sentido, entendemos os movimentos sociais “(...) como condensação dinâmica de estratégias, reelaboradas no curso de diferentes experiências, vividas fundamentalmente por atores em situação de exclusão social” (Reis, 1996: 61).

Neste momento, os camponeses articularam uma organização política que denunciava o completo esquecimento e abandono, quer seja referente à inexistência de infra-estrutura (saúde, educação, vias de acesso e transporte) ou referente à regularização fundiária. Tais organizações tinham o apoio, principalmente, da igreja católica, do Movimento de Educação de Base (MEB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O Movimento Sindical já começa a despontar na região, mas ainda de forma tímida⁷⁵.

A década de 1990 foi marcada pela organização da FETAGRI, regional com sede em Marabá e pelas ações do MST, através do levantamento de dois acampamentos, também, na região de Marabá: um nas proximidades desta cidade e outro nas cercanias de Parauapebas. Aos poucos, estas ações foram dando visibilidade aos elementos de associação e dissociação destes sujeitos, dentre eles, a cidade como lugar de mobilização, onde se exercita uma pauta de reivindicação idêntica e a necessidade de alianças e negociações para a conquista de direitos.

Nas palavras de seu Vicente,

“Era preciso conhecer por dentro o INCRA, o BASA, o Banco do Brasil e sozinho, era quase impossível. Descobrimos depois de muito tempo

⁷⁴ A estratégia de desenvolvimento da década de 60 acirra ainda mais os conflitos e coloca em curso forças de defesa da grande massa camponesa do país. Essas forças manifestavam-se denunciando os limites do modelo econômico e aprofundando a reflexão sobre o tema da reforma agrária e da necessidade de uma estratégia para a produção de gêneros de abastecimento que reforçasse a unidade de trabalho familiar. No cenário destas inquietações criou-se o MASTER, no Rio Grande do Sul. O MASTER constituía-se com a forte presença de assalariados rurais que trabalhavam nas grandes e médias propriedades e lutavam por terra para o seu próprio plantio. (Iokoi, 1996: 74)

⁷⁵ Nas próximas sessões discutiremos mais diretamente esta questão.

essa necessidade de trabalhar junto. Às vezes nós não concordava com a organização do MST, assim como eles com a gente, mas descobrimos a importância desse movimento. O grande acampamento realizado em 1997, foi muito importante na organização dessa força maior. (STR de Itupiranga e dono de um lote no P.A Cristo Rei - julho de 2005)

Os *gritos* dos trabalhadores rurais, assim como os acampamentos, fazem parte desse novo momento da organização dos trabalhadores dessa região do Pará. Claramente, a reelaboração das experiências e vivências, todas no âmbito da exclusão social, comungam com esse novo momento da luta, materializado nas ações coletivas. Trata-se de mobilizações em torno de pautas unificadas em que diversas frações de trabalhadores do campo (pequenos proprietários, posseiros, sem terra, seringueiros, pescadores artesanais, extrativistas, ribeirinhos e outros) se reúnem e realizam negociações conjuntas, reivindicando causas comuns.

Na fala de Ulisses, integrante do MST, vislumbra-se o sentido de aliança, tantas vezes repetido por estes trabalhadores.

“A luta assumiu a necessidade da qualificação, uma vez que o movimento espontâneo não tem mais espaço. O momento aponta para a necessidade de uma rede para lutar contra o inimigo comum: o agronegócio. Além disso, o conflito mudou de natureza, se qualificou, o jagunço e o pistoleiro ainda estão aí, mas o Estado passou a ser o agente do conflito.” (Dirigente Estadual do MST/PA – maio de 2006)

Aliança é a conjunção de forças, aproximação de pares, socialização, conhecimento do outro e identificação, mas, principalmente, ampliação do elo que liga estes sujeitos por se encontrarem em situação de exclusão social. A aliança identifica o inimigo comum, fortalece o fraco, permite a negociação, pressupõe a possibilidade da conquista.

Tal qual apresentada na fala abaixo:

“Quando a briga era sozinho, o crédito não vinha ou quando vinha já tinha passado da hora, agora conhecemos cada espaço de negociação no INCRA, inclusive foi na luta conjunta que conhecemos o plano operacional do INCRA, que melhorou bastante as negociações”(Seu Joaquim - Assentamento Rio Branco, Parauapebas - julho de 2005).

Vê-se um novo quadro da luta pela terra, vislumbrando-se no Sudeste do Pará, a partir da década de 90. O conflito, apesar de persistente, não é marca absoluta. Concorrem aqui as alianças e as negociações como estratégias de

ação. Observa-se que a situação de conflito refletiu nas relações entre as organizações sindicais, movimentos sociais e os diversos órgãos fundiários governamentais que atuaram na região.

Ainda na década de 1980, originou-se um relacionamento tenso entre representantes dos trabalhadores e representantes do governo. Dessa correlação de força, no início de 1990, forjaram-se as primeiras ações coletivas dos trabalhadores do campo. Criou-se um Fórum Permanente pela Reforma Agrária composto pela FETAGRI Regional, MST, STRs, Associação de Pequenos Produtores e entidades de apoio à agricultura familiar como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDDH), Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e outros. Isto significou avanços significativos na luta destes trabalhadores como: regularização fundiária, criação de Projetos de Assentamento que se multiplicaram neste período, implantação de 360 assentamentos, sendo 89 sob jurisdição da SR - O1 (Belém) e 271 sob jurisdição da SR – 27 (Marabá), além de liberação de crédito para construção, alimentação e fomento.

As primeiras pautas unificadas foram organizadas com *I Grito do Campo*, em 1991, quando 2.000 trabalhadores marcharam para Belém⁷⁶, exigindo do Governo do Estado o fim da violência no campo, investimentos em infraestrutura e crédito para a agricultura familiar. Em agosto do mesmo ano, foi realizado o *II Grito do Campo*, porém, desta vez, os trabalhadores se deslocaram até Brasília onde acamparam por um mês nos Ministérios exigindo recursos para a recuperação da Transamazônica. Ao mesmo tempo, uma outra equipe negociava com o Governo do Estado e com o BASA. Na sequência, aconteceu o *III Grito do Campo*, em maio de 1992, quando foram organizadas mobilizações nas principais cidades da Região Norte. Em Belém, os trabalhadores negociaram novas regras no pagamento dos financiamentos. De lá pra cá os gritos vêm apresentando pautas mais restritas à realidade de cada estado, sem perder de vista o sentido da integração entre as ações de luta e suas reivindicações.

⁷⁶Houve uma maciça participação da população urbana. Aproximadamente 1.000 trabalhadores urbanos participaram deste evento, segundo dados dos movimentos sociais participantes.

Desde a mobilização de 1992, que reuniu, em diferentes pontos da região, trabalhadores rurais, amplia-se a discussão em torno da luta no campo. Em maio de 1993, foi realizado o *I Grito dos Povos da Amazônia*, com mobilização em toda a Amazônia. Neste ato, integraram-se aos movimentos do campo, as mobilizações urbanas.

É considerada como conquista a ampliação dos financiamentos que passa a atender todas as cooperativas e associações da região norte. Em 1994, aconteceu o *I Grito Terra Brasil*, primeiro grito nacional, com negociação em Brasília e em várias capitais do país. Em Abril de 1996, aconteceu o *II Grito Terra Brasil*, quando os trabalhadores conquistaram 11.250 novos financiamentos, voltados, somente, ao Estado do Pará. Em maio do mesmo ano, aconteceu o *III Grito da Terra Brasil*, mobilizando, aproximadamente, 70.000 trabalhadores, só na região Norte, foram 13.000.

Em 1997, na região de Marabá, Movimento Sindical, através da FETAGRI e Movimento Sem Terra organizaram um acampamento em frente à sede do INCRA daquele município, que ficou conhecido como o “Grande Acampamento”. Este seria o primeiro de tantos outros acampamentos organizado dessa maneira, reunindo um número expressivo de trabalhadores em torno de uma pauta unificada. Este ato teve a participação direta da CPT de Marabá e de outras entidades de apoio ao campesinato da região. Entre as entidades participantes, destacam-se o CEPASP, COOCAT, Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Escola família agrícola (EFA), Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDDH), Laboratório Sócio Ambiental do Araguaia Tocantins (LASAT, FASE, FATA).⁷⁷

“Como a nossa idéia era a construção de uma pauta coletiva facilitou o nosso trabalho. Naquele ano [1997] o coletivo de entidades foi em todas as comunidades. Fizemos reunião via os sindicatos. Nas reuniões a comunidade ia colocando as demandas: estrada, assistência técnica, crédito. Nas áreas ocupadas queríamos saber se já havia ocorrido a vistoria, como tava o processo. A FETAGRI não tinha claro o que era o acampamento. A nossa compreensão era que tinha que se mobilizar. Depois disso realizamos a reunião por município. Ai a gente fazia a pauta municipal, e discutia qual a ação que a FETAGRI ia fazer. O primeiro município que a FETAGRI fez reunião foi Itupiranga.

⁷⁷ Ver Almeida (2006).

Lá ficou claro que a gente precisava organizar o acampamento. (Silva, morador do Assentamento Rio Banco, Marabá - agosto de 2003)

Este tempo de ação coletiva que se forjou na década de 90 foi o marco para se compreender a ampliação da luta pela terra no Sudeste Paraense. Essa ampliação significa a garantia da terra através da viabilização de políticas regionais de manutenção do homem no campo. Assim, a luta extrapola os limites da garantia da terra em si. Vislumbra-se, aqui, o exercício pleno da vida desses sujeitos no reencontro com suas culturas, com suas raízes.

Entre um *grande acampamento*, entre um *grito* e outro, constroem-se as reflexões que norteiam a própria edificação da luta. Assim, fazem-se e desfazem-se as estratégias, as negociações e as alianças. Porém, não podemos perder de vista que as alianças e negociações não se restringem às ações coletivas nas proporções dos gritos ou do grande acampamento. Seu Vicente (assentado no P.A Cristo Rei, em Itupiranga), em entrevista realizada em julho de 2005, explicita melhor tal questão.

“Todas as áreas ocupadas em Itupiranga, foram criadas pacificamente. Nós nunca tivemos confronto com fazendeiro. Inclusive teve alguns fazendeiros que vieram aqui no sindicato procurar a gente pra negociar e colocar a terra deles pro INCRA negociar. A gente não foi atrás disso, porque adonde a gente entendia que dava pra gente fazer, a gente levava proposta pro INCRA. Adonde não entendia, nós nem levava (...). Aqui em Itupiranga, nós do sindicato não incentivamos a ocupação da fazenda, somos contra a ocupação da fazenda. Mas não é por que a gente é contra que o pessoal não ocupe. (...) Entramos na terra e continuamos. O gerente vizinho, nós continuamos sendo amigo até na hora que ele morreu. Um dia eu fui à praia de São Félix e me avistei mais ele. E lá banhamos e tomamos uma pinga, e ele disse uma coisa pra mim: enquanto eu for dono daquelas terras, o colono só derrama sangue se for mutuca ou tocaia. Não sou homem pra fazer, colocar pistoleiro”.

Em âmbito mais restrito, as alianças e negociações podem parecer de imediato como contrárias ao encaminhamento político da luta pela terra. Esta percepção decorre de um olhar mais desatento ao apontar tais situações como opostas às ações coletivas enfatizadas neste texto. Mas o devir da vida social, como nos ensina a pesquisa de campo realizada para este trabalho, acentua a diversidade de estratégias de enfrentamento de grupos sociais com interesses opostos, nem sempre caracterizados pelo confronto direto.

A fala de Seu Vicente o destaca como o típico negociador, interessado em defender os interesses dos colonos representados pelo Sindicato Rural, mas que evita o confronto direto com os fazendeiros ou a postulação de reivindicações, cuja negociação aparenta ser impraticável. Ao invés de constituir o protótipo de “pelego de classe”, Seu Vicente é o representante de uma estratégia de acesso a terra (aliás, como várias outras estratégias, nem sempre bem sucedidas) que enfatiza a negociação, a busca de acordos e o reconhecimento da sua postura política de diálogo, como o sintomático encontro na praia (em que tomou “pinga”) com um gerente de fazenda que garantiu não estar interessado em derramar sangue de colonos.

Entendo que os confrontos entre Eletronorte, posseiros e índios, em Tucuruí, assim como a luta dos posseiros à margem das rodovias, ou no Polígono dos Castanhais, são bastante elucidativos⁷⁸ para se tentar construir um viés analítico da luta pela terra no campo paraense, distanciando-se de uma perspectiva, univocamente, marcada pelo conflito.

Soma-se aqui, o número de desocupados nas periferias das cidades de Marabá e Parauapebas, remanescentes dos mais variados canteiros de obra na década de 80. Suas origens, na maioria das vezes, camponesa, suas associações e dissociações ajudam a construir a história da luta na região e, por conseguinte, fortalecer a pressão pelo acesso a terra.

Ao mesmo tempo não se pode perder de vista que, desde a luta dos posseiros nos interstícios da economia extrativa até a consolidação da grande propriedade pecuarista, a construção da luta passou por um processo de reestruturação. Este processo esteve apoiado nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e na Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAGRI, nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, através da Comissão

⁷⁸ Enquanto os conflitos expunham para a sociedade os principais focos de tensão agrária, o governo rearticulava suas ações a fim de conter os ânimos e tomar para si os rumos da questão agrária brasileira. Neste período foi apresentado o I Plano Nacional da Reforma Agrária/PNRA, aprovado em outubro de 1985. Em fins da década de 80, o Presidente Sarney extinguiu o INCRA pelo decreto-lei 2363 de 21.10.87, transferindo suas funções para a Secretaria de Assentamento e Colonização e cria o Instituto Jurídico/INTER. Além disso, a partir de 1988, adotou-se as desapropriações amigáveis através do Instituto de Compra e Venda (art.7, letra C da lei 1504/64), em detrimento da desapropriação por interesse social. Em seguida, em 1989, o Presidente Sarney extinguiu o MIRARD, transferindo para o Ministério da Agricultura as tarefas atribuídas, ao alvorecer da redemocratização nacional, a este ministério.

Pastoral da Terra -CPT e nos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST⁷⁹, que tem, na região, sua gênese e formação em fins da década de 80.

2. 3 - A Atuação das Entidades: A Igreja, o Sindicato e o Movimento Sem Terra

As políticas públicas das décadas de 60 e 70 para a Amazônia implicaram em mudanças profundas para a região. Os vultosos subsídios e incentivos fiscais concedidos pelo Estado às grandes empresas capitalistas, bem como a política de colonização, desenvolvida neste período, colocou em curso um novo modelo de ocupação da terra. No Sudeste paraense, particularmente, no eixo que compreende Marabá e Conceição do Araguaia, a grande propriedade assume a característica da estrutura fundiária local, ao mesmo tempo em que os conflitos se acirram. É neste quadro que entidades como a Igreja e os Sindicatos surgem como elementos aliados na construção da luta e resistência do campesinato amazônico.

2.3.1-A igreja e sua atuação na luta pela terra

A partir do Plano de Emergência da CNBB (1962) e do Plano Pastoral de Conjunto (1965), são traçados novos rumos para a Igreja. Mantém-se a postura anticomunista, porém rompe-se com a linha pastoral da Nova Cristandade, dando ênfase ao reformismo na prática religiosa⁸⁰. Desta forma, a necessidade de se repensar as práticas pastorais objetivava uma atuação que absorvesse as classes mais pobres, recuperando seus anseios, identidades, padrões culturais e, principalmente, tornando-se elemento de libertação (Iokói, 1997).

⁷⁹ Em janeiro de 1984, no município de Cascavel-PR, os trabalhadores sem-terra, reuniram suas principais lutas e fundaram o MST. Em 1985 com o seu primeiro congresso partiram para a formação de um movimento nacional. No Pará, a gênese e formação do MST ocorrem em 1989, com a ocupação da Fazenda Ingá no município de Conceição do Araguaia. Em 1999, parte da fazenda (10.650,4272 ha), com capacidade para assentar 75 famílias se torna assentamento através do decreto 92.632/66 (Ingá III, IV e V, com aproximadamente 8.000 ha é desapropriado, somente em 1993, para o assentamento de 120 famílias). O restante da fazenda, denominado posteriormente de assentamento Ingá II e III, são resultantes também da Fazenda Ingá.

⁸⁰ Desta forma a Igreja passava a ser entendida como “povo de Deus”.

Com a reunião de Medellín em 1968⁸¹, a tarefa da Igreja seria denunciar as injustiças sociais e ajudar os oprimidos na construção da luta revolucionária. É neste cenário que a Igreja da Libertação, no Brasil, inicia um trabalho pastoral com os movimentos camponeses. De acordo com Iokóí, esta ação pastoral da Igreja “criou e recriou a sua ação pastoral e política, modificando as relações dos camponeses com os diversos níveis da sociedade civil, sendo também modificada por esta experiência histórica” (1997:39).

Apesar de a Igreja apresentar-se dividida⁸² quanto ao seu papel na política do regime militar, a sua ala “progressista”, tendo como figura de destaque o bispo Dom Élder Câmara, pregava contra a violência do governo e com igual veemência, contra a injustiça social. Os missionários, bispos e padres que tomaram esta linha como elemento de sua atuação pastoral fizeram de suas igrejas e paróquias espaços de sociabilidade e discussão política. A reflexão evangélica voltada para as práticas políticas sociais fez com que a igreja se tornasse um espaço de crítica, em potencial, àquele regime de governo.

Esta sociabilidade, construída a partir das práticas religiosas, tem sua materialidade com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁸³, que se

⁸¹ O documento base, resultado da reunião de Medellín, “analisando os problemas do continente, destacou as carências socioeconômicas presentes, assim como a falta de evangelização para uma população que se expandia. Enfatizou as injustiças estruturais em relação à pessoa e a ausência de respeito aos direitos humanos, sendo este considerado o ponto fundamental do encontro (...). Concluiu-se, que a pobreza do latino-americano estava marcada pela dependência econômica e pelas injustiças institucionalizada que, para os participantes dos grupos de trabalho, se enquistavam nas estruturas econômicas, sociais e políticas dos vários países do continente”. (Iokóí, 1997:46)

⁸² Uma era a ala progressista, com destaque para a figura de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife. Um outro grupo era formado pela ala conservadora, os quais denunciavam a ameaça subversiva no Brasil e impertubavelmente apoiavam o regime militar. Por fim, a ala “moderada”, formada por bispos que procuravam evitar a tomada de qualquer posição pública sobre justiça sócio-econômica ou política. Os moderados tendiam se unir aos progressistas sempre que o clero era vítima de vexames ou torturas. (Skidmore: 1994)

⁸³ Thomas Skidmore (1994: 358-9) fala sobre o surgimento das Comunidades Eclesiais no Brasil, durante a década de 70, como uma estratégia de expansão da Igreja Católica frente a disseminação do protestantismo, do espiritismo e dos cultos afro-brasileiros: “A Segunda mudança interna na Igreja foi o rápido crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Estas são constituídas por células de estudos leigos cuja criação foi encorajada pela hierarquia eclesiástica a partir dos anos 60. Não possui estrutura definida e o agente pastoral é usualmente um padre ou uma freira. As comunidades se compõem em média de 15-25 pessoas, embora seu número possa chegar a 100-200 na zona rural. Começaram como grupos de estudos da Bíblia, com reuniões semanais. Outra razão da hierarquia para o lançamento das CEBs foi a desesperada escassez de padres seculares e religiosos.

desenvolveram no Brasil durante os anos de 1970-80. Este modelo de “expansão evangelizadora da Igreja Católica, possuía como característica fundamental o aumento da participação dos leigos na condução das atividades da “Comunidade Eclesial”, além da forte inclinação para a mobilização dos seus participantes para a ação social. Nas CEBs, a discussão partia da realidade social circundante, trazendo para as celebrações e discussões das pastorais os sofrimentos do povo, as injustiças sociais e, com isso, alternativas de mudanças. As CEBs foram, por excelência, locais de formação política e, acima de tudo, espaço de comunicação e sociabilidade.

A ligação da Igreja com a questão agrária torna-se mais intensa em 1975, quando da criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que passou a atuar junto às CEBs. Esta Comissão nasceu como um instrumento de participação mais ativa dentro da Pastoral ligada às injustiças sociais no campo. De acordo com Martins (1987), a CPT se detinha nas situações em que havia uma clara situação de injustiça, por sua vez, percebida pelos trabalhadores, levando-os a uma ação de resistência. A Comissão, antes de qualquer coisa, propusera-se a abrir e indicar alternativas de ação e participação, em favor dos trabalhadores, na solução dos conflitos.

A Igreja que vai atuar na Amazônia nos anos 60 é aquela da opção preferencial pelos pobres e da pastoral social. Sendo assim, a violenta expansão do capitalismo na Amazônia encontra pela frente uma Igreja comprometida com a dignidade do homem, e combativa na luta pela conquista dos direitos humanos.

“O Clero – em geral missionários e boa parte estrangeiros – quase sempre tomava o partido dos posseiros e dos pequenos agricultores que vinham sendo pressionados, muitas vezes com violência. Tanto as autoridades federais e estaduais quanto as locais – quando presentes – quase invariavelmente apoiavam os gráudos interessados em grandes projetos. O clero que nunca fizera política ficava cada vez mais indignado e convenciam os bispos de sua região de que estavam sendo praticadas graves injustiças sociais. Os bispos por sua vez elevavam a voz em tom radical, influenciando o clero de outros pontos do país. Radicalização paralela acontecia entre o clero do Nordeste onde a injustiça social vinha de uma estrutura econômica de séculos e que perpetuara as mais brutais desigualdades sócio-econômicas do Brasil. Os bispos do Nordeste, como os da Amazônia, denunciaram a totalidade do sistema econômico como injusto. Outro importante centro de oposição radical ao governo ficava em São Paulo, onde o arcebispo

recém nomeado (1970), Dom Paulo Evaristo Arns, denunciava a repressão que atingira ativistas da igreja, organizadores sindicais, estudantes e jornalistas com violência maior do que em qualquer lugar.”(Skidmore,1994:271)

No Sudeste do Pará, a importância da igreja é antiga e tem desempenhado um papel significativo na organização dos movimentos sociais na região. De acordo com Peixoto,

“De 1972 a 1975, a região foi o palco da guerrilha do Araguaia e passou por uma forte ação militar repressiva. Não havia clima para a organização dos trabalhadores em sindicatos. A simples realização de reuniões comunitárias em vilas rurais pobres já era um atentado à Doutrina de Segurança Nacional. Fechando-se todos os níveis de representatividade própria e não havendo nenhum ponto de apoio aos camponeses, a igreja assumiu o papel de suplência do sindicato e de socorro a uma população totalmente abandonada pelo Estado. Este é um dos aspectos que explicam a aproximação da Igreja, principalmente a partir de 1970, do afã camponês” (Peixoto, 1992: 147).

A importância da Igreja na região está associada à luta dos posseiros pelo acesso a terra na década de 70, e mais recentemente ao apoio ao MST, mesmo que indiretamente. Ao longo deste período, a Igreja vem contribuindo diretamente para a organização destes movimentos sociais junto a entidades como, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Partido dos Trabalhadores (PT), dentre outros.

Foi no seio desta Igreja, que apresenta como traço principal “a opção preferencial pelos pobres”, além de estimulada, na década de 70, pelos religiosos adeptos da Teologia da Libertação, que se construiu um campo amplo de luta e resistência junto ao campesinato. Está aí, também, o surgimento de lideranças camponesas que, posteriormente, encarregaram-se de construir um sindicalismo forte e representativo. Em certa medida, as CEBs garantiram refúgio e imunidade aos ativistas na luta pela terra durante o regime militar e construíram as bases junto às Ligas Camponesas e ao PCB do sindicalismo. Este nasceu da luta dos trabalhadores, diferentemente dos sindicatos criados no pós 1964 que auferiam sua legitimidade no Estado e nas Leis⁸⁴.

2.3.2 - Os Sindicatos

⁸⁴Ver Guerra (1988) e Leroy (1991).

Ao mesmo tempo em que as relações econômicas se modificavam na região e ganhavam características da economia moderna, através da introdução de relações capitalistas mais agressivas, os trabalhadores do campo, remanescentes do período “áureo” da borracha e da castanha, principalmente dos falidos projetos de colonização da década de 70, começam a se organizar nos seus diferentes segmentos sociais.

A criação da ULTAP (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará), em 1956, influenciada pela criação da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), contribuiu decisivamente para a criação dos primeiros sindicatos rurais no Estado do Pará⁸⁵. Na região sudeste, os primeiros sindicatos nasceram entre 1974 e 1980, no auge da expansão da fronteira amazônica e em pleno Regime Militar.

Nas décadas de 50 e 60, a organização dos trabalhadores em entidades de tipo sindical apresentava-se como um tema polêmico. Naquele momento, a organização sindical procurava objetivar sua ação por meio das reclamações trabalhistas, uma vez que elas não se opunham à luta pela terra. A criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), em 1963, deu-se nesse sentido, ou seja, como os assalariados rurais tinham acesso a terra, a CONTAG contemplava as suas reivindicações e formas de lutas.

Contudo, foi em 1965, com a criação do Sindicato do Trabalhador Rural, que se pôde perceber a necessidade de uma reformulação no enquadramento desses trabalhadores. Não era mais possível acoplar, numa mesma estrutura, interesses trabalhistas como salários, carteira assinada e previdência, interesses que se vinculavam à posse da terra. Os vários tipos de trabalhadores rurais uniam-se pelo assalariamento, separando-se dos posseiros e camponeses.

⁸⁵De acordo com Guerra (1988), ainda na década de 1950, a gênese da organização sindical no Pará se deu na região Nordeste do Estado, sob a influência notória da Prelazia de Bragança e do Movimento de Educação de Base – MEB, que estimulou na região bragantina a criação de numerosas associações de lavradores. Deve-se frisar que tal região vivera um processo de colonização oficial em fins do século XX, de 1880 a 1920. Assim, as reivindicações dos colonos são muito próximas das reivindicações de hoje, como crédito agrícola, insumos, acesso à terra, manutenção e abertura de estradas e outros.

Os sindicatos, que conquistaram a sua legitimidade através da luta dos trabalhadores, caíram na clandestinidade com o regime autoritário. A partir de então, os novos sindicatos, ou seja, aqueles que nasceram no período autoritário, teriam sua legitimidade garantida através do Estado e de suas leis. Neste ínterim, os sindicatos tornaram-se executores de iniciativas paternalistas dos governos, viabilizando tratamentos médico e dentário gratuitos, bolsas de estudos para alunos e garantia de aposentadoria para os trabalhadores rurais. No Pará, coube aos STRs do Sul e Sudeste do Pará, entre outros como o de Santarém, devolver ao movimento sindical paraense esta legitimidade através de suas lutas pela terra, integrando posseiros da fronteira amazônica, especialmente no período posterior à ditadura militar.

Para Hébette,

“Numa sociedade de migrantes arrancados de suas raízes sociais e de suas referências culturais, inclusive técnicas, e re-colocados numa área de fronteira desprovida de estruturas consolidadas pela ação cumulativa de gerações humanas, o sindicalismo dos trabalhadores rurais, em que pese sua fragilidade, mostrou-se apto a acolher e aperfeiçoar contribuições que a ele se ofereceram e a criar estruturar suas próprias estratégias de desenvolvimento. E o fez com vontade, pouco comum, de visar o interesse coletivo de sua categoria, substituindo em muitas oportunidades as instituições sociais instituídas e suprimindo suas insuficiências e omissões” (1988: 26).

Os primeiros sindicatos da região nasceram no cenário da colonização oficial ao longo da Rodovia Transamazônica. O STR de São João do Araguaia foi o primeiro a ser criado em 1974, seguido do STR de Itupiranga em 1979 e no início e final da década de 80 foram criados os STRs de Jacundá e Marabá, respectivamente.

De acordo com Hébette (1986:12), o sindicalismo na região Sudeste do Pará foi marcado pelo contexto da fronteira, tanto aquele criado pelo INCRA, como o resultante da acirrada disputa pela terra, desencadeada pelo processo migratório. “Essa luta dos migrantes pela terra constituiu-se como um campo de encontro de todos — clero, militantes sociais, políticos e advogados pesquisadores e militantes — que lutavam contra o regime militar” e que se encarregaram de forjar lideranças que devolveriam o princípio da legitimidade ao sindicalismo regional.

Na década de 1980, a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, por ocasião das ocupações dos castanhais, externalizou sua dimensão política e seu conteúdo ideológico, desafiando o poder hegemônico da oligarquia dos Tocantins. Assim, este sindicato tornou-se uma instância mediadora importante nas negociações com as instituições públicas, em particular com o INCRA.

Atualmente, o sindicalismo do campo paraense e, em particular, do Sudeste do Estado, tem papel fundamental na mobilização e organização da luta pela terra, apresentando-se como mediador nas negociações junto às instituições públicas. Grande parte das negociações entre poder público e trabalhadores rurais é encaminhada pelos diversos segmentos dos movimentos sociais e os STRs são presença marcante.

Observei que a presença do Sindicato Rural, nos Assentamentos Cristo Rei e Ubá, centra-se na figura das associações de produção e grande parte das questões que os aproxima são, também, questões referentes a este universo. De imediato, observei, também, que os encontros dos associados do sindicato, dentro do assentamento, reduziam-se unicamente às questões referentes ao universo da produção, completamente vazio de debate político, mas, a meu ver, tão importante para a garantia das conquistas.

Demorei um pouco para compreender que a luta pela abertura do ramal e pelo acesso ao transporte regular no assentamento extrapolavam o limite do econômico, mas garantiam a melhora das condições de vida, ou seja, uma boa estrada aumenta a possibilidade de escoamento da produção e permite, também, o deslocamento do doente para o hospital ou a facilidade da ida do menino à escola, por exemplo.

Entendi que o tempo era outro, diferente da luta pela conquista da terra, como por exemplo, no Assentamento Ubá. Após a chacina do castanhal Surubim (Ubá), ocorrida em 1985, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia teve papel fundamental, atuando na formação política dos trabalhadores ou orientando e discutindo com eles as estratégias para a conquista da terra. O mesmo ocorre com o Assentamento Cristo Rei, que possui uma relação estreitada com o Sindicato Rural de Itupiranga, atuando diretamente no processo de conquista da terra.

2. 3.3 - O MST e a Luta pela terra no Sudeste do Pará

Com o golpe militar de 64, os movimentos sociais com orientação agrária foram colocados na clandestinidade e duramente reprimidos, especialmente as Ligas Camponesas, movimento de maior repercussão política em torno da questão da terra no Brasil durante a década de 60. Contudo, no final da década de 70 e início de 80, estes movimentos reapareceram no cenário político brasileiro, com novas características e nova dinâmica de luta. A ocupação de terras públicas e privadas tornou-se a forma de ação mais contundente na luta pela conquista de frações do território. Assim, na última década do século XX, a sociedade brasileira foi surpreendida pela crescente espacialização e acirramento das lutas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra⁸⁶. Os trabalhadores, historicamente expropriados, retomaram o cenário político através das lutas populares.

A luta pela terra, intensificou-se em todo o país, apresentando diversas origens e desdobramentos. Na Amazônia, a expansão do capital através da liberação dos incentivos fiscais para a agropecuária colocou posseiros, índios e fazendeiros em pé de guerra. No Nordeste, a expansão do gado e das plantações de açúcar sobre as áreas ocupadas por foreiros e posseiros, também transformou a região num foco importante de luta. No Acre, a luta pela implantação das reservas extrativistas, as quais, por sua vez garantiriam não só a preservação da floresta, mas uma forma viável de reforma agrária na região tornou-se mais uma das vertentes da inquietação política no campo. No Paraguai, os brasileiros que migraram em busca de terra organizaram-se no movimento dos “brasiguaios”, lutando para serem repatriados e assentados em áreas rurais.

⁸⁶No Primeiro Encontro Nacional de Luta pela Terra (1985), em Cascavel-PR, decidiu-se pela conformação de um movimento social, o qual deveria constituir-se em um movimento “autônomo, não só de trabalhadores rurais, mas de todos aqueles que quisessem *lutar por terra, por Reforma Agrária e por mudanças sociais na sociedade brasileira*” (grifo nosso). Neste encontro apresentaram-se como objetivos do Movimento os seguintes pontos: 1 - Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; 2 - Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; 3 - Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; 4 - Organizar os trabalhadores rurais na base; 5 - Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; 6 - Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; 7 - Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

Surgiram, também, as organizações dos camponeses expropriados com a construção de barragens⁸⁷, uma vez que as hidrelétricas, em determinadas regiões, como foi o caso da Região Sul, vão apresentar-se como as principais responsáveis pela expropriação dos camponeses.

É em meio a essa diversidade de lutas localizadas que o Movimento Sem Terra⁸⁸ nasce e se expande rapidamente por todo o país. Originado na luta dos trabalhadores excluídos da terra e tendo como ação a ocupação de terras públicas ou privadas, os “Sem Terra” reivindicam do governo o direito a terra e, portanto, a implantação da Reforma Agrária. Esses sujeitos resultaram dos processos sociais e econômicos que deram origem e conformidade a essa identidade, produzindo um movimento com raízes em experiências diversas que, em um dado momento, entrecruzaram-se⁸⁹. A prática territorial do movimento tem no processo *ocupação*⁹⁰/ *acampamento*/ *assentamento* sua estrutura de luta.

De acordo com Fernandes, o processo de ocupação:

“(...) gera um lugar, um espaço político, pelo menos uma condição de transformação de suas realidades: o acampamento, que é a forma e a estrutura da materialização da realidade criada pela ação dos sujeitos. A terra cercada, não cumprindo com a sua função social, é um território insólito. Uma das funções da ocupação e do acampamento é denunciar o não cumprimento da função social da propriedade capitalista (...). Pela ocupação, o território insólito transforma-se em uma nova terra para viver uma nova comunidade. O acampamento é uma comunidade

⁸⁷ Os camponeses atingidos por barragem na região Nordeste e Sul do país estão organizado nacionalmente, nas Comissões Regionais dos Atingidos por Barragem (CRABs), o que dá origem ao Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

⁸⁸ A história da formação do MST resulta da somatória de vários acontecimentos por todo o país, em fins da década de 70. A exclusão social que atingiu um número elevado de trabalhadores neste período produziu ações que levariam estes trabalhadores à resistência e à ocupação de terras. Porém, é no Estado do Rio Grande do Sul que a luta pela terra vai assumir um caráter político nacional, em particular através do acampamento das famílias expulsas da Reserva Indígena de Nonoai em 1978. Esta luta ocasionou a desapropriação das fazendas Macali I e II e Brilhante em 1980. Neste mesmo período, trabalhadores catarinenses ocupavam a Fazenda Burro Branco, em Campo Erê, Santa Catarina. No Estado de São Paulo, em Andradina, foi ocupada a fazenda Primavera. Em ambos os casos tratava-se de fazendas improdutivas. Posteriormente o movimento se estendeu para várias regiões do País. Hoje o MST encontra-se organizado em quase todo o território nacional, ficando fora apenas os Estados do Amapá, Amazonas e o Acre.

⁸⁹ Sobre a gênese do MST, ver Medeiros (1989), Grzybowski (1987) e Fernandes (1996: 1999).

⁹⁰ A ocupação é o momento da luta em que os trabalhadores se conhecem, se aproximam um dos outros, se descobrem enquanto parceiros de uma mesma luta pela garantia da sua sobrevivência.

transitória, porém na maioria das vezes prolongada pelo enfrentamento e negociação. O acampamento é a expressão material do problema fundiário e a terra ocupada ou na beira da estrada é a representação da resistência, da persistência e das desigualdades, torna-se o lugar dos que não têm lugar (...). A forma de organização e a organicidade do acampamento são a espacialização do movimento. Essa organização é parte de um movimento social nacional (...). Na maior parte das vezes, a ocupação resulta em conquista da terra.” (Fernandes, 1997: 79).

O acampamento torna-se espaço, por excelência, de socialização política. Intensificam-se os gestos de solidariedade e união do grupo e a religião vai apresentar-se como elemento aglutinador. No assentamento emerge um novo modo de ver e conceber a terra, uma nova forma de produção vai transformar o território produzido pelo capitalismo.

A conquista de fração do território capitalista através do assentamento tem garantido a tão almejada autonomia e liberdade a estes trabalhadores. Liberdade de produzir e de se reproduzir, construindo suas relações orientadas pela sua cultura, quer seja através da relação de vizinhança, de parentesco ou de trabalho na roça. Claramente, colocam-se agora os referenciais de cidadania e questionamento da “ordem ou desordem⁹¹” constituída durante o regime autoritário. A luta pela terra assume, assim, a caminhada pela vida digna, pelo direito de participação e atuação direta na discussão política no seio da sociedade.

As transformações econômicas de fins da década de 60 e início de 70 privilegiaram o grande capital e proprietários de terra em detrimento da grande maioria dos trabalhadores. O processo de modernização pelo qual passou a agricultura do Sul do país resultou na impossibilidade da reprodução social de setores da produção de trabalho familiar. Aliado a isso, foram implementados Projetos de Colonização, públicos e privados, transferindo para áreas de fronteira populações excluídas da terra, de vários lugares do país⁹².

No início dos anos 80, a participação de posseiros, foreiros, rendeiros, parceiros e proprietários de terras, na luta pela terra no Pará, intensificou-se. Mas, a ela agregaram-se novos personagens, gerados a partir da construção

⁹¹Ver Reis Op. Cit.

de usinas hidrelétricas, da expropriação proporcionada pelo avanço dos grandes projetos, da exploração dos trabalhadores rurais e, particularmente, do processo de crescente desemprego nas grandes cidades. Foi nessa conjuntura que novas formas de luta surgiram e que a demanda por Reforma Agrária se acirrou.

Como resposta a estas transformações, os movimentos sociais se intensificaram e passaram a ter maior visibilidade política em todo o país. Dentre estes movimentos ocorreu a gênese e formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que por sua dimensão territorial e redimensionamento da luta pela terra, interessa-nos em particular.

Com a gênese do MST no Estado, em fins da década de 1980, incorpora-se à luta já existente na região um novo conjunto de ações através de um movimento social fortemente organizado. A luta dos excluídos (posseiros atraídos pela política de colonização, os atingidos por barragem, os índios e os desempregados nas periferias das principais cidades da região) começa a se estruturar num amplo debate entre o campo e a cidade. Ao mesmo tempo em que a intensificação do número de ocupações das fazendas — estradas e prédios públicos como INCRA e agências do Banco do Brasil nas principais cidades da região como Marabá e Parauapebas — levou ao conhecimento da cidade o acirramento de uma luta já há muito existente na região, ela despertou, também, em muitos trabalhadores da cidade o sonho de um dia retornar ou entrar para a terra.

Desde a ocupação da Fazenda Ingá (Conceição do Araguaia), em 1989, até o início de 2005, o MST veio se expandindo por todo o Estado do Pará, porém ainda é evidente sua maior atuação na região Sudeste. Hoje, o movimento reúne 13 assentamentos em todo o estado com um total geral de 2.767 famílias⁹³, 3 deles localizados na área metropolitana de Belém.

⁹²Frente à pressão que se intensificava, uma solução encontrada por parte dessa população, estimulada pela propaganda da política agrária dos militares, foi a migração para áreas de fronteira, em busca de novas terras nos projetos de colonização, quer oficiais ou privados.

⁹³De acordo com a secretaria Estadual do MST/PA os assentamentos ligados ao movimento são: Palmares (Parauapebas - 1995 - 517, famílias); 17 de abril (Eldorado dos Carajás - 1997, 687 famílias); Primeiro de Março (São João do Araguaia - 1995, 347 famílias), Chico Mendes I (Baião-2000, 44 famílias), Chico Mendes II (Pacajá - 200, 69 famílias), Onalício Barros (Parauapebas - 2000, 68 famílias), João Batista (Castanhal - 2000, 156 famílias), Mártires de Abril (Belém - 2001, 91 famílias), Cabanos (Eldorado dos Carajás - 1998, 90 famílias), Canudos

Quando da gênese do MST no Pará, final da década de 80 e início de 90⁹⁴, a região vive um novo momento fortemente marcado pela política de Assentamento do Ministério de desenvolvimento Agrário/MDA, que se encarregou de multiplicar os assentamentos de reforma agrária. No sudeste paraense, o número de assentamentos criados nesse período foi proporcional à intensificação da organização dos movimentos e grupos envolvidos na luta pela terra. Porém, até a primeira metade da década de 90, a criação de assentamentos na região estudada resultou, na maioria das vezes, de regularização de áreas ocupadas à revelia do Estado há aproximadamente duas, três décadas. Tanto o assentamento Cristo Rei, quanto o assentamento. Ubá (locus desta pesquisa), ocupados por posseiros em 1982 e 1984, respectivamente, são exemplo desta prática.

A oferta de emprego que, na década de 80 atraía para a região milhares de pessoas em busca de trabalho, esgota-se com a finalização da obras da CVRD e com o fechamento do garimpo. Este fato incentiva uma parcela crescente da população a ocupar as periferias das cidades vizinhas, especialmente Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás. A busca pelo trabalho nas fazendas vizinhas foi uma das saídas encontradas pelos trabalhadores, porém esta só conseguia absorver uma parte pequena dos desempregados.

A falta de emprego e o declínio de Serra Pelada contribuíram para aumentar as pressões sobre a produção dos antigos castanhais, bem como as manifestações em torno da luta pela terra. Assim, os migrantes atraídos pela “febre do ouro” e pela disponibilidade de empregos criados pela construção da usina de Tucuruí (1947) e Estrada de Ferro de Carajás (CFC), foram ocupar as periferias de Curionópolis (1988)⁹⁵, Eldorado de Carajás (1991), Parauapebas

(Eldorado dos Carajás - 1998, 61 famílias), Roseli Nunes (Castanhal - 2001, 80 famílias), Elisabeth Teixeira (Belém - 2002, 157 famílias), 26 de Março (Marabá - 199 - 400 famílias). Os assentamentos Ingá (1989 - Conceição do Araguaia) e o Rio Branco (1992 -Parauapebas) não aparecem na relação do MST/PA desde 2002.

⁹⁴O Estado do Pará é o único da União que possui duas superintendências do INCRA: a SR-01/z, e a SR/E-27, esta última criada em 17.10.1996. A SR/E-27 tem jurisdição sobre quase toda área correspondente à denominada mesorregião Sudeste do Pará, da qual excluem-se os municípios de Paragominas e Ulianópolis (microrregião de Paragominas). Integram ainda a SR/E-27 os municípios de Baião (microrregião de Cametá) e Pacajá (microrregião de Altamira).

⁹⁵O nome “Curionópolis” é referente ao antigo homem forte de Serra Pelada, Major Curió, Oficial do Exército (SNI) que assumiu o controle do garimpo com sua equipe de civis e militares

(1988) e Marabá (1913)⁹⁶, transformando-se em “sem ouro”, “sem terra” e “sem emprego”, segundo as denominações de Coelho (1997).

Nessa perspectiva, a expansão do capital na Amazônia e, em particular, no Sudeste do Pará, coloca-se, *a priori*, como causadora em potencial do processo de retomada e diversificação das lutas pela conquista e / ou reconquista de frações do território. Este momento vai colocar-se como marco na aceleração do processo histórico de concentração fundiária do país, bem como o processo de embates violentos e demais formas de enfrentamento e negociação para o acesso a terra.

Nesta “queda de braços” entre trabalhadores - sem terra e sem emprego - e latifundiários, aqueles construíram novas formas de organização. Em fins da década de 80, inicia-se, no Pará, uma nova fase da luta pela terra⁹⁷. Os conflitos que antes observados, basicamente, contra a exploração nos castanhais, no garimpo, nas frentes de trabalho criadas com o Programa de Integração Nacional (PIN) na década de 70, agora, visualiza através das ocupações, como forma de ensejar a efetivação do território camponês.

Neste capítulo, apresento o processo de construção da luta pela terra no Sudeste Paraense a partir da estruturação de grupos que expuseram suas demandas sociais. Enfatizou-se o conflito como característica marcante dessas

oriundos da repressão à Guerrilha do Araguaia. Elege-se, mais tarde, Deputado Federal pelo PDS paraense. Sua equipe que assumira a direção da COOGAR - Cooperativa do Garimpo de Serra Pelada, manteve-se no poder até 1986, quando uma revolta de garimpeiros incendiou a sede da Cooperativa e, junto, os arquivos. (Polícia Federal, apud Piquet, 1988)

⁹⁶Segundo Piquet (1988: 10 e 11), enquanto o garimpo é responsável pelo aparecimento de Curionópolis e Eldorado, Parauapebas surge em função do Projeto da CVRD. Esta constrói um núcleo urbano no interior de sua área de concessão, destinado à mão-de-obra diretamente vinculada ao projeto. O núcleo urbano de Curionópolis surgido em 1980 e aproximadamente a 10 km de Serra Pelada, cresceu como um grande acampamento em função do garimpo, uma vez que era proibida a entrada de famílias e mulheres na área da lavra. Esta por ser manual, chegou a envolver o trabalho de 80.000 homens, o que transformou este núcleo, localmente conhecido como 30 (Km 30) na maior cidade da área. Mas tarde, com o declínio do garimpo, houve permissão às famílias de se localizarem em Serra Pelada, o que provocou queda na população de Curionópolis. Eldorado, no entroncamento das PA-150 e PA-275, surge em 1981, resultado do loteamento realizado pelo proprietário das terras, antevendo o grande fluxo de população que seria atraída pelo garimpo. A população recenseada pelo IBGE em 1985 era de 4.160 habitantes; entretanto dados da SUCAM referentes a julho de 86 indicam uma população de 2.812 habitantes denotando o caráter ainda pouco consolidado deste núcleo. O núcleo urbano de Parauapebas foi projetado e construído pela CVRD com o objetivo precípuo de abrigar a população que, fatalmente, seria atraída pelas perspectivas de trabalho geradas pelo empreendimento industrial e pela instalação das empreiteiras envolvidas”.

⁹⁷Este processo fica mais bem explicitado em Fernandes (1996), quando trata da história de formação do Movimento Sem Terra no Estado de São Paulo.

ações, porém, hoje não mais absolutas. Constituíram-se, ao longo das experiências de luta, novos arranjos, novas estratégias que vêm se consolidando um novo perfil da luta pela terra na região, fortemente marcada pelas alianças e negociações. No próximo capítulo, apresento a trajetória social dos assentados, suas experiências de luta e organização interna. Buscou-se aqui entender a reprodução social dos camponeses, a partir dos elementos, família, produção, sociabilidade e política.

3

A TRAJETÓRIA SOCIAL DOS ASSENTADOS: CRISTO REI, UBÁ E RIO BRANCO.

Quando entremo na luta aqui no inicio de 1990, nos já tinha todo uma vida na terra, mas a terra foi ficando pequena. De la pra ca, ja passemos por muitos lugar, fazenda, passemos necessidade , mas acreditava que um dia a gente ia conseguir ter a terra do nosso sonho. O sindicato ajudou muito a gente a se organizar, a lutar pelos direito, por que antes a gente lutava sozinho e era mais difícil, quando me tornei associado do sindicato vi que eu não era sozinho, que tinha muita gente nessa luta. E conseguimos muita coisa de la pra ca. Mal ou bem a terra que a gente mora hoje e nossa, a gente sabe que vai ter que pagar por ela. A gente so necessita de condição pra organizar a vida e sustentar nossa família e a ate agora, ta dando pra viver. A gente vê esses peão de fazenda, luta tanto na lida e nunca tem nada, no assentamento a gente tem uma casa boa, come todo dia, as vez tem pouco, mas sempre tem. Muitos dos nossos filho tão estudando. (Seu Vicente, Assentamento Cristo Rei, Janeiro de 2005).

Viamo pro Ubá depois de muito sofrer, nos já não sabia mais aonde procurar trabalho. Passemos fome, porque a gente não tinha nada, a gente só tinha o dia e a noite e Deus pra nos ajudar. A luta foi muito difícil, morreu gente e ainda hoje a vida é dura , mas a gente sabe que tá em cima do que é nosso. A gente vivia de fazenda em fazenda de cidade em cidade, e nunca tinha nada. (Seu Jonas, Assentamento Ubá, Julho de 2005)

A trajetória social dos camponeses nos assentamentos Cristo Rei, Rio Branco e Ubá, em linhas gerais, aproxima-se da trajetória dos milhares de beneficiários de Projetos de Reforma Agrária e sem terras na região. Trata-se de duas gerações – a segunda e a terceira - de migrantes que chegaram à Amazônia Oriental durante e depois do auge do extrativismo vegetal e apresentaram nos seus históricos de vida diversas entradas e saídas da terra. Posteriormente, somaram-se a eles os colonos, integrantes do Projeto de Colonização⁹⁸ do INCRA e trabalhadores dirigidos para os canteiros de obras (principalmente Parauapebas, Tucuruí), além da grande massa de “homens” que chegaram à região no início de 1980 com a febre do ouro de Serra Pelada⁹⁹.

Em meio a essa diversidade de gente, a apreensão das suas características particulares (origens, culturas, desejos, sonhos) reunidas, permitem-nos, de certa forma, entender parte desse universo camponês que vem se conformando na região. O estudo *in loco* de realidades paralelas, mas de diferentes assentamentos rurais no Sudeste do Pará, permite-nos apreender um painel exemplar da diversidade da experiência camponesa mais ampla na região.

De modo geral, os assentamentos Cristo Rei (1982), Ubá (1986) e Rio Branco (1992) apresentam características estruturais comuns¹⁰⁰ ao universo camponês, porém, em virtude, principalmente, das suas vivências mais

⁹⁸ Os projetos de colonização oficial se iniciaram em 1970 e foram desenvolvidos principalmente nos Estados do Pará e Rondônia. Impuseram um novo sentido a ocupação tradicional da Amazônia, até então limitada aos vales dos rios. Sob os cuidados do recém criado INCRA, foi implantado no Pará, ao longo da rodovia Transamazônica três Projetos Integrados de Colonização (PIC): o PIC Marabá, o PIC Altamira e o PIC Itaituba. O módulo de lote era de 100 ha (500 m de frente na estrada por 2000 de fundo). De acordo com Hébette (2002,278), “os projetos foram realizados com grande pressa e muita improvisação; colonos foram convidados no Nordeste no Sul, por meio de uma propaganda ufanista, transportados , até de avião, para a Amazônia, e instalados em condições muito precárias. Foram praticamente abandonados a si mesmos, sem apoio à saúde e sem assistência técnica, num ambiente totalmente alheio à sua tradição cultural”. Já os PICs desenvolvidos em Rondônia, apesar de apresentarem melhores condições (exemplo, Ouro Preto e Machadinho) que os desenvolvidos no Pará, a longo prazo mostrou-se um projeto, precipitado, mal planejado sem adequação as necessidades dos assentados e de gestão pelo órgãos governamentais.

⁹⁹ O garimpo de Serra Pelada inicia suas atividades em fins da década de 1970 e tem seu auge nos primeiros anos da década de 1980 (ver nota 50 e 51 cap II). Neste contexto, a “febre do ouro” leva aproximadamente 80.000 homens para a região.

¹⁰⁰ Refiro-me aqui aos elementos da produção camponesa, apontadas por Santos (1978).

diversas, emergem elementos privados que os particularizam. A ocupação da terra antecipada à criação do assentamento rural é elemento comum entre estes assentados, contudo, diferem entre si, com relação às estratégias e mecanismos de organização da luta para a entrada na terra.

O assentamento Cristo Rei (Castanhal Cristo Rei), assim como o assentamento Ubá (Castanhal Ubá), encontra-se nos limites da área delimitada no Sudeste do Pará como Polígono dos Castanhais e que foi, gradativamente, ocupada pelos posseiros em momentos diferentes¹⁰¹ do desenvolvimento da economia extrativa. Com a crise da economia da castanha e a abertura da Amazônia Oriental para a economia nacional e internacional, os castanhais desapareceram, dando lugar à pastagem como atividade intensamente desenvolvida na região. Neste momento, os trabalhadores ocuparam muitas destas áreas¹⁰², fazendo frente ao poder em construção destes grupos regionais, locais e até internacionais. Isto ocorre ao mesmo tempo em que se criam fortes mecanismos de controle da acomodação da terra na forma da sua apropriação privada.

As ocupações dos assentamentos Ubá e Cristo Rei, diferente da colonização dirigida, inserem-se nas denominadas, ocupações “não-dirigidas”, “espontâneas”, “induzidas”, ou “livres”. Independente do trabalho do INCRA, o migrante ocupou livremente as terras devolutas do Oeste do Maranhão, Norte de Goiás e Sudeste do Pará. Num primeiro momento, pouco se preocuparam com a propriedade jurídica da terra e, muito menos, com uma extensão de terra que excedesse suas necessidades imediatas. Desmataram apenas a área necessária para a produção que garantisse a sobrevivência. Porém, “muito rapidamente, tiveram que enfrentar a pressão de fazendeiros, grileiros, especuladores ávidos da terra e surgiram os conflitos que até hoje notabilizaram a região conhecida como Bico do Papagaio”. (Hébette, 2002:286).

O processo de luta pela conquista da terra nos assentamentos Ubá e Cristo Rei, (ocupação em antigas áreas de castanhal) difere-se na metodologia, nas estratégias e nos atores sociais envolvidos. O primeiro, desenvolve suas

¹⁰¹ Questão mais profundamente discutida no capítulo anterior.

¹⁰² Ver Tabela Conflito em área de castanhal Cap.2, p. 60.

estratégias de luta com o apoio da igreja católica e do STR de São João do Araguaia. Já o segundo só terá contatos estreitados com o STR e a Igreja Católica nos primeiros anos da década de 1990. Foram aproximadamente 10 anos entre a ocupação e o início das mobilizações para a conquista de infraestrutura que culminaria com a transformação destas áreas em Projetos de Assentamento.

Já o assentamento Rio Branco apresenta uma dinâmica de acesso a terra diferente dos assentamentos anteriores. Insere-se nas estratégias de ocupação por um movimento social fortemente organizado: o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Claramente, colocou-se na luta pelo acesso a terra que formou hoje o assentamento Rio Branco a luta pela terra como elemento central, mas tendo na sua órbita a luta pela conquista de direitos.

Antes de adentrarmos na trajetória social propriamente dita dos assentados, acredito ser importante fazer um breve relato dos respectivos municípios dos quais os assentamentos fazem parte. Penso que a formação destes municípios, bem como suas dinâmicas econômicas, política e social darão ao leitor pistas importantes para que se entenda, também, parte da história destes assentados e assentamentos.

3.1- Os Municípios: Itupiranga, São Domingos do Araguaia e Parauapebas

Itupiranga, São Domingos do Araguaia e Parauapebas¹⁰³ sofreram de forma direta ou indireta mudanças viscerais com as transformações fundiárias, sócio-econômicas e institucionais da década de 70¹⁰⁴. Diferentemente de Parauapebas, Itupiranga e São Domingos apresentam trajetória social muito anterior ao momento de abertura da Amazônia Oriental aos projetos de colonização. Porém, neste momento, tais municípios tiveram sua história institucional muito conturbada, ganhando e perdendo território.

Nos anos 1980, o município de São Domingos pertencia a São João do Araguaia, que incluía também os atuais municípios de Brejo Grande, Palestina, Bom Jesus do Tocantins, numa área do Pará muito próxima do atual Estado do Tocantins, estando separado da parte que correspondia ao estado de Goiás pelo Rio Araguaia.

Itupiranga, emancipado de Marabá em 1948, perdeu parte do seu território para a formação do município de Novo Repartimento em 1992, vila originária do antigo acampamento de obras da Rodovia Transamazônica, deslocada com a construção da hidrelétrica de Tucuruí. Em 1993, perdeu outra parte com a criação de Nova Ipixuna¹⁰⁵. Hoje, o município de Itupiranga limita-se com o Rio Tocantins, em parte do trecho que foi transformado em lago pela barragem de Tucuruí e é cortado pela rodovia Transamazônica.

Ainda na década de 70, o município de São João do Araguaia (município de onde se desmembrara São Domingos) foi a porta de entrada da rodovia Transamazônica no Estado do Pará. Com a abertura desta via de comunicação e a implantação do plano de colonização oficial executado pelo INCRA, fluxos

¹⁰³ No caso de Parauapebas, não podemos considerar a influência destas transformações num município já constituído, mas sim como núcleo de povoamento planejado pelo Governo Federal para desmembrar-se do município de Marabá. O novo município viria a atender as atividades de mineração e prospecção na Serra dos Carajás, iniciadas na década de 80.

¹⁰⁴ Ver organograma da fragmentação territorial do Sudeste do Pará no anexo II.

¹⁰⁵ Pequena Vila à margem direita do rio Tocantins, que viveu o seu apogeu nas décadas de 40 e 50 com o famoso garimpo de diamantes que tinha o seu nome. Também inundada pelo lago de Tucuruí e transferida para o local onde hoje está situada a sede do município.

migratórios penetraram, a partir de 1971, atingindo o município de Itupiranga, onde foi implantada uma agrovila¹⁰⁶.

Estes municípios apresentam fisionomia econômica e social recente, construída a partir da década de 70, em torno da agropecuária e da indústria madeireira, ambos levando à transformação progressiva da mata original dos castanhais em terra de agropecuária, e a substituição da base produtiva da economia que passou do extrativismo da castanha para a atividade madeireira, agrícola e pecuária. Hoje, a atividade madeireira está em franco declínio, por esgotamento da madeira nobre, permanecendo, ainda, com relativa importância no município de Itupiranga.

Fisicamente, Itupiranga e São Domingos caracterizavam-se por sua vegetação original de floresta densa com concentração de castanhais. Com base, precisamente, nesta característica ambiental, a exploração destes castanhais resultou, historicamente, na apropriação de grandes áreas de terras. Temos, com isso, a origem de uma importante oligarquia comercial e política regional cuja influência se estendeu a toda região¹⁰⁷. De acordo com Hébette¹⁰⁸, são precisamente estes latifúndios que, progressivamente, em nome do direito a terra e através de duras lutas, foram ocupados pelos integrantes dos grandes fluxos migratórios vindos, principalmente, do Nordeste do País e do Estado de Goiás.

Os municípios de São Domingos e Itupiranga viram as antigas áreas de castanhais serem transformadas em Projetos de Assentamento que foram ocupadas por migrantes atraídos, principalmente, para as imensas áreas de terras disponíveis nos latifúndios da castanha. Na década de 1980, os sem terra da época passaram a ocupar os castanhais, dentre eles, o Castanhal Ubá e Cristo Rei.

O quadro abaixo mostra as áreas de Castanhal transformadas em Projetos de Assentamento em fins de 1980 e de 1990.

Criação de Projetos de Assentamentos em antigos castanhais-Município de São Domingos do Araguaia-Para

¹⁰⁶ Agrovila, Castelo Branco. Ver Hébette (2002): Políticas públicas e acesso a terra no Estado do Pará. Relatório de pesquisa, julho de 2002.

¹⁰⁷ Ver Velho (1972) e Emmi (1987).

Nome	Área	Titulação	Destino
Ubá	4.289,60	Aforamento	PA 06/1997
Consulta	4.716,64	Aforamento	PA 1986
Sem nome		Tit. Definitivo	
Cuxiu I	1.750,12	Aforamento12/56	PA 04/1988
Cuxiu II	5.738,30	Aforamento11/59	PA 04/1988
S.Beneditol	3.140,81	Aforamento12/56	PA 1988
S.Baneditoll	2,700,00	Aforamento11/59	PA 1988
Boa Esperança	3.744,30	Aforamento12/56	PA 04/1988
Almescao	3.597,46	Aforamento05/60	
Oito Barracas	3.599,94	Aforamento10/60	PA 12/1988
Beth	3600,00	Aforamento	PA 01/1999
Água Fria	3600,00	Aforamento12/56	
Croá	1.564,64	Aforamento05/61	PA 12/1998
S.Raimundo	3600,00	Aforamento 11/66	PA 02/1999
Brasiespanha			
Belo Horizonte I	3.600,00	Aforamento06/06	PA 01/1999
Belo Horizonte II	2.168,22	Aforamento08/60	PA 01/1999

-Município de Itupiranga

Nome	Área	Titulação	Destino
Cast. Água da saúde	3.600	Aforamento 1956	PA 01/99 Eletronorte
Cast. Anajás	3.600	Aforamento 1957	
Cast. Bom futuro	3.600	Aforamento 1956	
Cast. Cajazeiras	3.600	Aforamento 1960	
Cast. Cristo Rei	3.600	Aforamento 1956	
Cast. Elias	3.600	Aforamento 1961	
Cast. Faz. Areiao	3.600	Aforamento 1956	
Cast. Faz. Jaboti	3.600	Aforamento 1963	

¹⁰⁸ Relatório CNP 2002.

Cast.	Faz.	3.600	Aforamento 1957	Pa 08/95 PA 08/95 PA 0 2/99
Palestina		3.600	Aforamento 1960	
Cast. Fortaleza I		3.600	Aforamento 1960	
Cast. Fortaleza II		3.600	Aforamento 1966	
Cast. La Estância		3.600		
Cast.	Novo		Aforamento 1959	
Horizonte		4356	Aforamento 1961	
Cast. Rainha		3.600	Aforamento 1956	
Cast.	S.	3.600	Aforamento 1960	
Sebastião		3.600	Aforamento 1961	
Cast. Santa Luzia			Aforamento 1956	
Cast. Urubu		2.700	Aforamento 1965	
Cast.	Volta	3.600	Aforamento 1963	
Redonda		3.600	Aforamento 1960	
Sem nome		2.178	Aforamento 1958	
Sem nome		3.600	Aforamento 1960	
Sem nome		3.600	Aforamento 1957	
Sem nome				

Fonte: INCRA- SIPRA/2002

Os castanhais sem data de destino (ato de criação) permanecem sem regularização.

Aos poucos, estas áreas (antigos castanhais) foram sendo transformadas em Projeto de assentamento, passando, então, a fazer parte das estatísticas de beneficiários da Reforma Agrária no Governo Fernando Henrique¹⁰⁹. A ocupação destas áreas data da década de 1980, quando os

¹⁰⁹ A segunda metade da década de 1990 é marcado pela criação de novas políticas agrárias. Destaca-se a criminalização das ocupações, implantação do banco da terra, extinção da assistência técnica e criação de um novo modelo de crédito agrícola para a agricultura camponesa. Conforme Fernandes (2003:12), os objetivos dessas políticas são diversos. Podem ser sistematizados na estratégia de desarticulação das relações entre as principais

migrantes atraídos na região pela expectativa criada pelo governo, de obter terra, voltaram seus olhos para a imensa disponibilidade de terras de latifúndios castanheiros, e passaram a ocupar os castanhais. Os assentamentos Ubá e Cristo Rei se inserem neste contexto.

Parauapebas, desmembrado de Marabá¹¹⁰, possui um histórico enquanto divisão administrativa do Estado, mais recente que os dois municípios anteriores, porém já nasce como peça fundamental no pacote das transformações pelas quais passa o Sudeste do Pará a partir da década de 70. Criado pela lei 5.443 de maio de 1988, o município de Parauapebas abrangia a mina de ferro de Carajás e os principais projetos da CVRD, tornando-se um dos municípios mais importantes da região Sudeste do Pará. A extração mineral é a sua principal atividade, com destaque na agricultura para a produção do arroz, milho e a mandioca.

Contudo, a atividade que mais se destaca depois da mineração é a pecuária de corte. Inicialmente, tinha por objetivo alojar a população que iria trabalhar na ferrovia (Estrada de Ferro de Carajás-EFC). Além disso, serviria, também, para a instalação das firmas contratadas pela CVRD. Apesar do controle da Companhia já nos seus primeiros anos de vida, Parauapebas viu-se diante de um crescimento desordenado, motivado pelo número crescente de migrantes que para lá se dirigiam em busca de trabalho.

É possível estabelecermos uma relação entre o tipo de atividade desenvolvida nestes municípios e a abertura das suas terras para a agricultura camponesa. Claramente isso se externaliza quando tomamos como base o número de assentamentos por município. Verificamos, por exemplo, que em Parauapebas, município com maior área de pastagem, o número de assentamentos rurais é um dos menores da região, perdendo apenas para

instituições envolvidas com o problema agrário, principalmente dos movimentos camponeses, sindicais, e na constituição de novos espaços de representação, por meio dos conselhos de desenvolvimento rural, em diferentes escalas geográficas. “Essas ações são formuladas e realizadas na produção do paradigma do capitalismo agrário”.

¹¹⁰ Este foi criado em 1913, desmembrado do município de São João do Araguaia. Devido à forte presença dos barracões para atender aos seringueiros, Marabá tornou-se o principal núcleo populacional da região, completamente voltado para economia extrativa. Na década de 80 e 90 o município de Marabá passou por um processo de crescimento acelerado levando ao seu desmembramento e a criação de novos municípios.

municípios mais novos como, Goianesia do Pará¹¹¹ que possui apenas 2 projetos de assentamentos. Tanto Itupiranga quanto São Domingos do Araguaia apresentam um número significativo de assentamentos rurais com data de criação da década de 1990. Nestes municípios, a criação destes assentamentos trata-se, principalmente, de regularização de áreas já ocupadas há quinze, vinte anos, diferente de Parauapebas, onde os assentamentos são ocupações recentes, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

São Domingos, Itupiranga e Parauapebas aglutinam 50 assentamentos, sendo que a maioria deles passou apenas por regularização fundiária, uma vez que se trata de ocupações antigas. Já os Projetos de assentamentos oriundos de ocupações recentes são representados por um número bastante pequeno, não só nestes municípios por mim estudado, como na região Sudeste do Pará como um todo. Vale destacar que hoje quase que 100% destes assentados apresentam algum tipo de relação com o Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O perfil fundiário destes municípios é resultado de uma dinâmica sócio-política, na qual os migrantes, posseiros, trabalhadores rurais e ocupantes tiveram um papel fundamental. O fim do trabalho, nos mais variados canteiros de obras da região, intensificou a pressão pela terra de trabalho, uma vez que sem alternativa de emprego, moradia, estes trabalhadores acalantaram a esperança de sobrevivência no sonho da conquista da terra.

O número de assentamentos criados no Pará e em particular no Sudeste paraense (área de atuação da SR(27) aproximadamente 400 assentamentos), nos últimos 30 anos explicita, por um lado, a pressão exercida pela massa de trabalhadores sem terra e, por outro, a concentração fundiária que se consolidou ao longo deste mesmo período, expropriando, mesmo que temporariamente, um número muito grande de trabalhadores do campo.

Aos poucos os posseiros foram se organizando e dando uma nova feição à luta pela terra no Sudeste paraense. Aquelas ocupações individuais realizadas por pequenos grupos de famílias, geralmente parentes, eram muito

¹¹¹ Ver em anexo lista de assentamentos rurais SR(27), discriminado por município .

comuns até a primeira década da segunda metade do século XX. Iniciou-se, com isso, um outro formato de ocupação.

O assentamento Cristo Rei é um exemplo daquele modelo, onde a organização político/sindical se deu posteriormente à ocupação da terra.

“ Fiquemo muito tempo, até começar a entender como fazer a luta. A gente vivia cada um no seu lote, tocando o seu trabalho, a vida. Apesar das coisas ser difícil a gente entendia que tava bom por que a gente tava na terra. Sofremo muito pra começar a ver que a gente tinha que lutar junto. Foi ai que já no inicio de 1990, 91, 92, 93, começamo a nos organizar. Era muito tempo que a gente tava naquelas terras e nada acontecia, muitos morria de malária, as crianças morria antes da gente chegar na estrada. A estrada nunca tava boa, como até hoje a gente vem lutando pra arrumar a estrada. Muita gente não agüentou, vendeu o lote, trocou, toda semana tinha gente nova no área e assim era muito difícil pra nós se organizar. Mas de passo em passo vemos que não podia ficar lá sem fazer nada. (...) Nos só fomo entender o que era agricultura familiar, nos anos 90,91 e 92, foi aí que ficou claro o que era agricultura familiar, o que era assentamento e as entidades foram se despertando pra isso. Fomo entrando na luta, antes de 1995, nós tivemos várias vezes vem Belém, no Grito da Terra Brasil, também fizemo algumas ocupações no BASA, e a liberação do FNO veio no final de 1995, e aqui no Sudeste do Pará foi financiado mais de dois mil créditos. De maneira, que foram as mobilizações que a gente fez e depois, a gente acabou sofrendo com as mobilizações. Por que nos fizemos as mobilizações para ser liberado crédito, mas quem elaborou crédito naquela época era a EMATER. Como o governo federais e Estaduais não tinha interesse de organizar a agricultura familiar, eles botavam pra EMATER, elaborar os créditos, mas não dava a infraestrutura para as EMATERES fazer o ocupamento técnico. Muita gente pegou FNO e deixou muita gente em situação ruim até hoje. Em 1996 com a política do movimento sindical mais bem badalada e com o apoio das fundações CPT, organizamo a FETAGRE regional, criou um escritório em Marabá, de maneira que a gente vem desenvolvendo um trabalho a partir daí do Sindicato. (Seu Vicente, Cristo Rei, janeiro 2005).

Nesta fala, seu Vicente, enfatiza a importância da organização política para a construção da luta na terra. A aproximação com o Sindicato e/ou com a CPT teria, objetivamente, imprimido um novo ritmo à organização destes trabalhadores, permitindo um novo espaço de sociabilidade no assentamento através da organização política, assim como a materialização de conquistas, como créditos, assistência técnica e outros.

O contato com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, suas reuniões tanto no assentamento quanto em Itupiranga, aproximou estes trabalhadores

antes completamente voltados para seus lotes. Além disso, a perspectiva da construção de uma vila e a possibilidade de melhoria da estrada que liga o assentamento a sede do município de Itupiranga, além dos créditos, colocou estes trabalhadores em permanente contato e discussão.

Já o Assentados Ubá e Rio Branco constroem a luta pela terra articulados aos movimentos sociais que se construíram na região ao longo da segunda metade do século XX. O primeiro organizado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, e o segundo, organizado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Na Fala de Dona Maria, a construção da luta pela terra se confunde com a construção da sua formação política.

“Trabalhava como empregada doméstica em Parauapebas quando soube do MST. Me dissero que o MST tava inscrevendo quem quisesse ir pra terra. Pensei que era bom, meu marido disse pra eu tirar isso da cabeça. Muito dias dormi pensando como era ter uma vida diferente na roça, poder criar os filhos sem depender dos outro. No outro dia fui lá na Secretaria e perguntei como era. Me dissero que era duro que a gente ia ter que esperar até consegui a terra. E podia demorar muito e que a gente ia ter que morar um tempo embaixo da lona, mas que a gente ia conseguir a terra. Quando começou o acampamento larguei o emprego e fui pra lá, fui sozinha, sofri muito meu marido não acreditava e dizia que eu tava doida, como as criança ia ficar sozinha, e como a gente ia viver sem o dinheiro do meu trabalho. Quando chegava Lá amarrava a minha rede ouvia as reunião e pensava meu Deus será que tá certo eu aqui? Eles lá e eu aqui. Só as conversa me fez ficar, todo mundo acreditava que a gente ia conseguir a terra e já pensava no crédito pra prantacao. Passamo 6, 7 meses, dormindo um monte de rede embaixo da lona. Fui entendendo que a terra é de quem precisa dela pra trabalhar, que a gente não ia pegar nada de ninguém e achei legítimo continuar. Hoje to aqui na minha terrinha, foi a melhor coisa que fiz”. (Maria, Rio Branco, Julho, 2005)

Pudemos observar que, no caso dos assentados no assentamento Rio Branco, a consciência da luta, a formação política se cria e solidifica ao mesmo tempo em que a terra vai sendo conquistada. Assim, com a conquista da terra uma nova etapa da luta se apresenta, onde os sujeitos envolvidos conhecem passo a passo, suas metodologias, suas estratégias e objetivos. Porém, sei que este processo não se dá de forma assim tão linear, acampamento/ formação política, assentamento/consolidação da formação política, mas

entendo que a luta se constrói num processo contínuo de construção, desconstrução e reconstrução das mais diversas atividades.

3.2 - A Territorialização da Luta pela Terra¹¹²

3.2.1 - Assentamento Cristo Rei

A ocupação da área hoje denominada Assentamento Cristo Rei, situada a 29 km de Itupiranga, data da década de 80, precisamente 1982, quando um grupo de 29 famílias se instalou no Castanhal Cristo Rei. Trata-se de um aforamento de castanha com licença de ocupação do INCRA concedida ao Sr. Alcides Vieira da Costa, natural de Uberlândia. Até outubro de 1984, os posseiros puderam fazer suas roças, construir seus sítios, sem que ninguém aparecesse para reivindicar a posse daquela terra. Naquele momento a organização dos lotes era irregular e correspondia, diretamente, à possibilidade de cultivo de cada família, ou seja, o limite da terra era a capacidade de produção de cada família. A partir daí se instalaria o conflito.

“Foi um tempo difícil mas era bom, não tinha ninguém para dizer que a terra não era nossa, não tinha nada posto de saúde , escola, transporte, como hoje ainda é precário, mas se vivia feliz na certeza que nos tinha conseguido conquistar um pedaço de chão. Apareceu na área um tal de Raimundão ‘fiscal’ que tentou expulsar os ocupantes e matou um rapaz que no dizer dos assentados pioneiros, não tinha nada a ver com o conflito; numa troca de tiros, esse Raimundo foi morto o que ocasionou a prisão (...), de 4 posseiros da área pela polícia civil de Marabá que justificou sua vinda no Cristo Rei sob o pretexto de uma denúncia de plantio de maconha” (PDA - Cristo Rei, Marabá,2000 – Janeiro de 2005).

Tal fato parece não ter intimidado os posseiros que continuaram na área. Em 1985, técnicos do GETAT fizeram uma visita ao antigo castanhal e encontraram, em meio ao conflito, uma ocupação ainda mais intensa. Eram aproximadamente 92 famílias distribuídas, 52 na área do título de aforamento e 45 (25/09 a 27/10/1985) na área remanescente. Desta viagem de aproximadamente 45 dias, sugere o GETAT em seu relatório de viagem:

- a- Imediata fiscalização do trabalho topográfico de demarcação do TA, tanto por medida econômica (os piques estão abertos e não há despesas maiores com peões etc, caso não seja efetuada antes das chuvas, só poderá sê-lo no segundo semestre do ano que vem) como para ratificar se for necessário (trata-se de um litígio) e, até

¹¹² Ver mapa de localização dos assentamentos nos anexos III e IV.

para facilitar o reconhecimento do TA como elemento de entendimento com o proprietário;

- b- Efetuar a inscrição e, conseqüentemente, a seleção dos ocupantes, para exclusão dos que não têm direito e acomodação dos demais;
- c- Convidar o proprietário para tomar conhecimento da situação e comprometê-lo na solução;
- d- De igual modo, convidar a comissão dos posseiros, para comprometê-los, também, na busca da solução;
- e- Manter técnico agrícola na área para manutenção do clima calmo atual, agindo imediatamente junto aos vários problemas, que ocorrem a todo instante, para evitar o reinício da tensão antes existente.

Efetivamente, a vistoria feita pelo GETAT pouco ou nada contribuiu para que se dissolvesse o impasse no Castanhal Cristo Rei, uma vez que nenhuma das resoluções apontadas pelos técnicos foram implementadas. Não ocorreu a demarcação dos lotes ou conquista de infra-estrutura. Assim, a ocupação foi se reestruturando, e a garantia das posses fez-se em meio à pobreza, malária, falta de estrada, posto de saúde, escola e outros, ou seja, ausência total do Estado. Em meio a isso tudo, muitos posseiros migraram novamente em busca de nova terra de trabalho. Os que lá permaneceram, lutaram contra os capangas e jagunços do foreiro, contra a fome, o isolamento no período de chuvas, quando a Transamazônica tornou-se intrafegável.

“Depois da saída do GETAT se acreditava que eles ia voltar pra demarcar e cada um poder trabalhar direitinho no que é seu. Esperamo, esperamo, mas eles nunca viero, quando vinha alguém era pra dizer que tinhamo que sair que a terra tinha dono, que o foreiro tinha direito e que não adiantava insistir. Entrava ano e saia ano e nada. Já no final de 1980, 1988, 1989, começamo a nos organizar e procurar por crédito. Nesse momento muita gente já tinha ido embora, trocado o lote, vendido, e ai já era quatro fazenda no meio da gente.” (Seu Manoel, Cristo Rei, Janeiro de 2005)

Ao longo da década de 80, o antigo castanhal Cristo Rei passou por diversas transformações, principalmente com relação aos seus ocupantes. A dificuldade de locomoção da área até a sede do município foi o principal vilão, fazendo com que muitas famílias colocassem novamente o pé na estrada¹¹³.

¹¹³ No momento de minha visita ao PA janeiro de 2005 a principal estrada de acesso ao PA não havia sido concluída fazendo com que o transporte mais utilizado pelos assentados fosse a moto e/ou o lombo dos animais.

Isso fez com que ocorresse uma rotatividade, muito grande, de ocupantes nos lotes. Muitas vezes, tratava-se de famílias que buscavam um lote através de um conhecido, parente, ou amigo que já vivia no local. Outras vezes, a rotatividade na terra resultava da ação do fazendeiro, em sua corrida pelo aumento da propriedade.

“Os colonos foram vendendo pros fazendeiros. Os colonos têm a posse e vendem pro fazendeiro e o fazendeiro vai comprando, comprando. E quando eles se espantam o fazendeiro tinha entrado na área. Quando o INCRA foi cortar os lotes, os fazendeiros já estavam lá, pois os posseiros tinham vendido. Agora o INCRA fala até hoje que os lotes vão ser resgatados porque o governo pagou por esses lotes. O INCRA diz que vai resgatar por que diz que não vai pagar lote pra fazendeiro. Graças a Deus nos nunca entramos em choque”. (Vicente, dirigente do Sindicato de Itupiranga e Presidente do Assentamento Cristo Rei - Julho de 2005).

Até o início de 1990, a rotatividade de pessoas que compravam, vendiam, trocavam o lote era muito intensa. Isto contribuiu decisivamente para que fazendeiros se instalassem na área. As condições de abandono em que viviam os posseiros ocupantes do antigo castanhal, tornavam o lote um objeto de fácil negociação. Porém, o caminho de saída da terra por estes trabalhadores não é o mesmo caminho que os leva até a cidade. Buscava-se uma nova área para ocupar, quase sempre um pouco mais próximo da *beira*¹¹⁴.

Além disso, soube em visita à Superintendência (SR/27) de Marabá que, no início da década de 1990, o INCRA loteou parte do castanhal Cristo Rei, no intuito de regularizar as ocupações ali existentes. Porém, tal ação se limitou apenas ao corte dos lotes não mantendo um controle efetivo da sua ocupação.

“O INCRA cortava os lotes e deixava, e deixava os lotes lá mesmo sem ter família credenciada para ocupar esse lote. No período de 1991, 1992, até 1993, tinha muito projeto de assentamento que o INCRA

¹¹⁴ Magalhães (1994: 451,152), no texto “As grandes Hidrelétricas e a população camponesa”, apresenta o termo *beira* em oposição a *centro*, para designar o espaço de morada (*beira*) e espaço de organização da roça (*centro*). A *beira* é a *beira* da estrada da Rodovia Transamazônica e de seus ramais de interligação. Os posseiros, em sua maioria, ocupavam as terras devolutas, geralmente aquelas mais próximas aos castanhais, ou seja, no interior da mata, no “centro”, geralmente às proximidades dos igarapés. Mesmo aqueles camponeses que moravam na beira botavam sua roça no centro. “Deste modo, a *beira*, - o povoado - e o *centro* - a mata, os igarapés, a roça, os castanhais - funcionavam como espaços sociais complementares entre si, cuja articulação diz respeito não somente às condições sociais de produção, mas igualmente a uma determinada elaboração cultural sobre a realidade. O povoado, a beira, era o lugar da efervescência social: o lugar do lazer, da celebração religiosa e do comércio por excelência. O centro era principalmente o dadivoso, onde se encontravam os castanhais, onde se caçava, fazia a roça, etc”.

cortava quase todo e ficava a metade sem gente. Por que não tinha gente para ocupar, o pessoal tinha medo de ir e por que era área difícil também. Todo os nossos assentamentos que foram criados, ele tá a 70 Km, e a partir daí é que tá nossos projetos de assentamento. Então os agricultores não iam, primeiro por que não tinham como ficar na terra, não tinha estrada e a malária era muito pesada na época” (Raimundo, atual presidente do STR de Itupiranga – Julho 2005).

A existência dos fazendeiros acompanhou quase que integralmente a historia dos posseiros até a transformação da área ocupada em assentamento. Aqueles que se instalaram ainda na década de 80, o fizeram sob as mais diferentes negociações. Soube em campo que posseiros receberam dinheiro em troca do lote para retornarem a sua terra natal, enquanto outros receberam casebres na periferia de Itupiranga e Marabá. Já na década de 1990, acabaram se apropriando de lotes destinados para os ditos “beneficiados da reforma agrária”. Hoje, dos 100 lotes demarcados pelo INCRA, 47 deles estão nas mãos de 4 fazendeiros.

A relação com os fazendeiros locais, à primeira vista amigável, aos poucos vai se revelando no mínimo inquietante para muitos dos assentados. Ouvi, por exemplo, que não era justo o governo pagar pelos lotes que havia ficado com os fazendeiros, principalmente, porque muitos filhos de assentados quando contraíam matrimônio, mesmo com a terra já escassa, tinham que permanecer na terra dos pais, ou migrarem, para sobreviverem de outras atividades nas periferias das cidades da região.

Seu Manoel Neves explicita bem a inquietação dos assentados com relação à presença do fazendeiro dentro do assentamento.

“Hoje é bem diferente, tem muita gente procurando terra, se bem que a gente entende que tem muita gente que faz besteira, que vende, passa para outro, mas nós tem trabalhado num processo em todos os assentamentos de Itupiranga bastante claro pros agricultores, nós tem feito campanha pra não vender lote, e não deixar o fazendeiro entrar e acumular compra de lote, porque é ruim pra gente , por que nos lutou, criamos o projeto de assentamento, e depois retornar novamente outra fazenda, isso não é muito bom pra gente.” (Itupiranga, julho 2005).

Nesta fala seu Manoel externaliza, elementos da relação entre os assentados e o fazendeiro, que sem um contato mais estreitado do pesquisador com estes sujeitos seria difícil de se perceber. Estas coisas são normalmente ditas em

conversas mais íntimas, na medida em que sua difusão aberta pode gerar uma certa tensão no interior do assentamento.

Vejamos que, na visão de Manoel Neves, a venda de lotes de posseiros a fazendeiros é considerada como “besteira”, já que enfraquece a unidade dos moradores do assentamento. Na sede do Sindicato, tal situação é colocada de forma menos fechada ou tímida, mas claramente se vê que não é uma questão muito simples de lidar. O abandono da vida no “centro” em troca do instalar-se à “beira”, pode representar, também, o distanciamento da vida camponesa, na medida em que se desfaz o significado da família enquanto valor simbólico associado à reprodução deste grupo social.

Desde a vistoria para se estabelecer o “limite de respeito”, em 1996, na antiga área de posse Cristo Rei, o INCRA vem afirmando que tais fazendeiros não poderão ficar na área, mas decorridos 10 anos estes permanecem lá. Isto sugere que o “centro” vem se afirmando, desde o processo de ocupação, como o núcleo preferencial de socialização da população local.

A dificuldade dos assentados em lidar com a presença de fazendeiros no interior do assentamento, a meu ver, repousa na relação paternalista estabelecida entre ambos. A troca de favores, as relações clientelísticas de muitos assentados para com os fazendeiros impedem a emergência de denúncias públicas quanto à sua penetração em núcleos de posse. Ouvi e observei atividades desenvolvidas no assentamento que reuniam tanto os fazendeiros quanto os camponeses. Destaca-se aqui a “arrumação do ramal”, no dizer dos assentados, nos empréstimos de animais para o transporte de mercadorias até a beira (Transamazônica), na compra do produto no pé, por ocasião de uma necessidade de um assentado, dentre outros.

A distância entre fazendeiros e os assentados tornou-se mais explícita para estes sujeitos com a vistoria realizada pelo INCRA, no momento em que antecedeu a criação do Projeto de assentamento. Atividades, como as sucessivas reuniões realizadas com os ocupantes da área (fazendeiros e posseiros), com a presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itupiranga, Comissão Pastoral da Terra e outros, aguçou um alerta para a proporção da área sob o controle dos fazendeiros e, com isso, surgiu uma série de questionamentos, por eles diversas vezes apresentados: a gradativa

diminuição do lote¹¹⁵ e a insuficiência da terra para os filhos que constituíam família, que acabavam por transformar o núcleo familiar em família extensa¹¹⁶, na medida que não havia terra para que o recém-casado pudesse prover os seus sem depender da sua família nuclear.

No processo de transformação da área em assentamento rural, o INCRA acordou com os posseiros que o corte dos lotes seria com base no limite de respeito, porém este não poderia exceder 90 ha. Isto gerou certo conflito no local por parte daqueles que se encontravam com área superior a essa metragem. Grande parte dos assentados respeita o tamanho (90 ha) dos lotes estabelecidos pelo INCRA, exatamente aqueles que possuíam área igual ou inferior a esta medida. Já outros acabaram extrapolando o limite estabelecido, alegando que, enquanto houver fazenda dentro do assentamento, o INCRA não teria como fazer valer tal decisão.

Anteriormente à criação do assentamento, a principal atividade desenvolvida pelos posseiros era a lavoura temporária, mais conhecida como lavoura branca, combinada com a criação de gado. Essa atividade fortemente presente no assentamento deve-se, principalmente, à existência de grandes extensões de áreas de pastagens nos lotes. Muitos deles chegam a apresentar 60 a 70% da sua área total coberta por capim. Isto, por sua vez, foi o principal atrativo para que muitos fazendeiros locais e de fora investissem na compra/negociação destas áreas.

Os primeiros contatos dos posseiros do Cristo Rei com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itupiranga aconteceram em 1985. Porém, essa aproximação se deu, de forma lenta e gradual, somente no início de 90, quando os laços haviam se estreitado de fato. Isto se torna mais evidente em 1998, quando a Associação dos Produtores Agrícolas da Comunidade Cristo Rei – APACRI, criada em 1995, filiou-se ao STR de Itupiranga, assumindo a representatividade do sindicato no Cristo Rei. Ao mesmo tempo as reivindicações por crédito e infra-estrutura (saúde e educação, crédito agrícola

¹¹⁵ Falar dos tamanhos dos lotes desde os PIC até os assentamentos atuais.

¹¹⁶ A família nuclear corresponde a conjunto básico consanguíneo composto por pais e filhos. A família extensa compreende o núcleo consanguíneo, parentes de graus mais afastados e agregados.

etc.) foram conduzindo a área para sua transformação em Projeto de Assentamento, o que veio a acontecer somente em 1999.

Após a criação do assentamento, as primeiras transformações se externalizaram através da construção de uma vila, “três casas”, com uma área de 5 ha, situada no centro do assentamento, além da reforma de duas escolas construídas pela prefeitura. Ambas são anteriores ao assentamento e estão localizadas uma, na estrada de entrada do assentamento, no lote de seu Zacarias, e outra, na Vila. O assentamento conta, também, com o trabalho de um agente de saúde que visita as famílias uma vez por mês. Além disso, estão presentes no assentamento duas igrejas, uma católica e outra pentecostal, e um campo de futebol construído após a organização da vila.

Apesar de 20 assentados estarem construindo casas na vila, beneficiados com o crédito habitação, a maioria dos trabalhadores mora no lote em suas antigas casas, vindo à vila apenas nos finais de semana ou em ocasiões festivas.

A via de acesso ao assentamento continua sendo o principal problema enfrentado pelos assentados que não conseguem escoar a produção ou até mesmo chegar à sede do município. No fim de 2004, foi iniciada a recuperação da estrada com recursos do INCRA, porém o período de chuvas não havia permitido a conclusão da obra em fevereiro de 2005, quando estive em campo. Ainda hoje, as vias de acesso para o assentamento são muito precárias. A situação se agrava no período chuvoso, quando a Transamazônica torna quase impossível o tráfego na rodovia. Seu Raimundo, que possui um lote no assentamento, fala das dificuldades do passado, apontando que não estão distantes do presente.

“Lembro bemzinho de termo ficado muitos dias sem ter como sair da área, até que resolvemos tomar uma providência. Acordemo com a comunidade e resolvemos arrumar o ramal. Todos participaro: criança, velho, jovem, todo mundo. Joguemos casca de coco na estrada. Com o tempo o peso dos animais ia acomodando a casca do coco e ai resolvemo o problema por um tempo. Mas aí veio a chuva e fiquemo de novo isolado. Isso foi assim até pouco tempo. E nós ainda tamo lutando pra arrumar a estrada, por exemplo, o acesso não tá bom por que ainda não foi feita a cabeceira da ponte e quando chove a gente não pode passar.” (Raimundo - Presidente do STRs de Itupiranga –Janeiro de 2005).

O sentido de cooperação se externaliza nos assentamentos por ocasião da realização de atividades direcionadas para a garantia do bem comum, tais como, abertura de estrada, construção da igreja ou da escola, capina do campo, onde os jovens e adultos se socializavam com a realização da tradicional pelada, geralmente, aos sábados à tarde.

O sistema de uso da terra está organizado sob três bases: domínio da casa, domínio da lavoura, permanente e temporária, extrativismo e domínio da pecuária. O domínio da lavoura e domínio da casa de morada se encontram próximos um do outro, chegando a confundirem-se, uma vez que a lavoura/roça ocupa, praticamente, o que seria o quintal. Além dessas atividades nesta área, estão também as criações, avicultura e piscicultura. Por fim, destaca-se o domínio da pecuária.

Em visita ao assentamento, observei que nos lotes com até 10 cabeças de gado, as atividades da unidade doméstica se voltam quase que exclusivamente para a produção agrícola e o gado é apenas um complemento. Porém, conforme o lote vai apresentando um número maior do rebanho, as suas relações com a produção agrícola vão se modificando. Observei, por exemplo, que, onde havia um maior número de gado, a lavoura branca era extremamente restrita, dando lugar para a lavoura permanente, ao mesmo tempo em que aqui o extrativismo era quase inexistente. Nos lotes onde predominava a produção agrícola em detrimento da criação do gado, a combinação da produção estava centrada na lavoura branca e no extrativismo.

O domínio da casa é marcado pela presença de árvores frutíferas e medicinais voltadas para o consumo familiar. Já o domínio da lavoura é representado pela cultura da roça, geralmente consórcio de culturas anuais de arroz, milho, feijão, além de banana e mandioca. De toda a produção, metade é armazenada para o consumo doméstico durante o ano e a outra parte é comercializada. A pequena plantação de feijão é toda destinada para o consumo doméstico. O milho produzido em consórcio com o arroz é reservado para o consumo das criações. Parte do sistema de produção de aves, suínos e piscicultura se concentram no domínio da casa. Em grande parte dos lotes, a pecuária ocupa a maior parte da área produtiva, além de utilizar a maior parte dos recursos disponíveis na unidade familiar.

“O que predomina lá é o gado, porque primeiramente nos vivia sem estrada como até hoje nos continua sem estrada. O gado caminha, o gado vai e faz a estrada pra gente andar. Agora o legume outra criação não faz estrada. O gado é um incentivo, ele nada vai por dentro do atoleiro”. (Seu Raimundo, Cristo Rei, Julho 2005)

Seu Vicente, Presidente da Associação Cristo Rei, defende que a intensa presença do gado no assentamento é resultante da necessidade dos assentados de resolverem problemas mais imediatos, como transporte e vias de acesso, além do aproveitamento da área da pastagem já existente no assentamento. Portanto, não se trataria de estratégia baseada no modelo de desenvolvimento predominante na região que vê no gado a possibilidade de maior rentabilidade, progresso, desenvolvimento, mas sim de uma estratégia de sobrevivência face às dificuldades vividas pelos assentados.

Pude observar no assentamento que, apesar da pecuária estar presente em aproximadamente 100% dos lotes, isto não implicaria em uma mentalidade, por parte dos assentados, de virem a se tornar fazendeiros, grande proprietários de terras, mas constituiria tal atividade garantia de um futuro sem escassez e precariedade de vida. Em determinadas situações, percebi que criar gado é visto no assentamento como sinônimo de camponês, trabalhador, zeloso, cuidadoso com o lote e a família, ao mesmo tempo em que, centrar-se apenas no trabalho da roça significaria o risco da escassez de alimentos.

3.2.2 - Assentamento Ubá

A primeira ocupação da área conhecida, hoje, como Assentamento Ubá, data do ano de 1984 e se localiza a 14 Km de São João do Araguaia, 17 Km de São Domingos do Araguaia e 37 Km de Marabá. No início da década de 80, o Castanhal Ubá pertencia ao foreiro Edmundo Vergolino¹¹⁷ e contava, neste período, com 18 moradores que combinavam a atividade da roça com o extrativismo. A colheita da castanha era vendida ao foreiro no sistema de aviamento. Em 1984, o líder religioso da Vila Diamante¹¹⁸ organizou uma ocupação na área do castanhal. Lá fizeram suas roças em meio ao conflito com o gerente e capangas do castanhal. Naquele mesmo ano, foram despejados através de uma ação judicial. No ano seguinte, sob intenso conflito, o castanhal foi novamente ocupado.

“Estrategicamente, o proprietário convocou os invasores para uma reunião na sede da fazenda. O motivo era que a área seria desapropriada e que precisava saber o nome das pessoas que haviam invadido a área para que lhes fossem distribuídos os lotes. Assim fizeram a lista contendo o nome de todos os invasores. A lista foi enviada para os pistoleiros do famoso Sebastião Teresona com a ordem de “limpar” a área. Depois de 5 dias 8 pessoas foram assassinadas”. (PDA, p.3 UBÁ, Marabá - 2000)

Os trabalhadores que continuaram na área permaneceram sob a mira dos jagunços que, aos poucos tentavam intimidá-los através de diferentes ações, ora, destruição das plantações, matanças dos animais domésticos, ora ameaça pessoal, declarada que se cumpriu com a Chacina de Ubá. Nos autos do tribunal da terra, a chacina de Ubá é descrita da seguinte forma:

“No dia 13 de junho o Sr. Edmundo Vergolino acompanhado do famoso Sebastião da Teresona junto com mais Valdir, o goiano e mais outros pistoleiros, participaram da Chacina do Castanhal Surubim. Foram até a área e lá (UBÁ) assassinaram dois lavradores que estavam à margem da Transamazônica, depois entraram dentro da mata e chacinaram mais três. Nós recebemos comunicação por telefone de São Domingos, das famílias, e nos colocamos até a área. Os posseiros que foram assassinados às margens da Transamazônica logo foram

¹¹⁷ As terras, com total de 6.811 ha, estavam aforadas em nome de José de Mendonça Vergolino que além de explorar castanha, criava gado. Com a morte de Vergolino, a terra ficou abandonada, uma vez que os “herdeiros” não viviam na região.

¹¹⁸ A Vila Diamantina reúne toda infra-estrutura (escola, posto de saúde, delegacia e outros) que atende o assentamento Ubá.

enterrados. Os outros três que estavam na mata, nós fomos descobrir os corpos deles através dos urubus. A gente via onde tinha um urubu a gente ia e descobria, e entre estes três corpos da mata tinha uma moça, Francisca, casada, tava o marido lá, que tava grávida.” (Depoimento de Paulo Tarso Pinheiro, advogado de posseiro – Relatório do tribunal da terra, p 3-4).

Seguido o massacre, o INCRA se junta ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia, para organizar as famílias nos lotes. Após um levantamento feito pelo sindicato em 1986, 22 famílias foram cadastradas e passaram a ocupar esses lotes em caráter definitivo, mas aguardando a tramitação junto ao Estado. A partir de então, o sindicato ocupa mais diretamente a área e põe-se em curso toda uma estratégia de luta pela efetivação da terra ocupada pelos posseiros.

Em 1988, enquanto avançavam as negociações para a desapropriação do antigo castanhal junto ao INCRA, o foreiro vendeu a área para a Companhia Siderúrgica do Pará (COSIPAR). Esta, por ser uma área em litígio, estaria impedida de qualquer negociação. Contudo a companhia recebeu o título expedido pelo Estado sob a alegação de que a COSIPAR comprou o castanhal para desenvolver ali um projeto de extração madeireira e reflorestamento. O governador Jader Barbalho, via Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, mandou fixar placas no local com a inscrição do projeto. Durante dois anos houve reincidentes ocupações na área sem que a COSIPAR tomasse qualquer providência. O confronto com os posseiros viria a acontecer com a entrada das madeiras e carvoarias, empresas terceirizadas, responsáveis pela produção de carvão vegetal¹¹⁹ que alimentaria os fornos desta empresa.

¹¹⁹ A implantação da COSIPAR na região está diretamente ligada à implantação de um parque industrial sidero-metalúrgico nos municípios de Marabá e Tucuruí. Objetivamente a implantação da COSIPAR significou a utilização da floresta como recurso energético a ser usado como insumo no beneficiamento primário dos minérios de ferro, quartzo e manganês, acelerando ainda mais o processo de desmatamento que já vinha ocorrendo a passos largos na Amazônia. Até 1987 esse desmatamento embora acelerado não pode ser imputado à produção de carvão para fins industriais. Porém, com a implantação destas empresas um novo impulso seria dado ao desmatamento a partir deste período. Além da COSIPAR, foi implantada no município de Tucuruí a siderúrgica Camargo Correa Metais - CCM, que além do desmatamento promovido gerou graves problemas sociais materializados no aumento do registro de doenças respiratórias em virtude dos gases poluentes e atração dos trabalhadores locais para a produção do carvão, diminuindo com isso a produção para a sobrevivência, além dos conflitos rurais que se desenvolveram nas áreas de implantação de tais companhias, como no caso da COSIPAR. Ver Relatório de pesquisa n. 14, Agricultura e Siderurgia numa região de fronteira:

Neste mesmo ano (1988), após uma semana de ocupação da sede do INCRA em Marabá, os posseiros conseguiram que o antigo castanhal fosse desapropriado. Teve início a partir daí um processo de organização dos posseiros dentro da área que culminaria com a criação do assentamento em 1997. Este, por sua vez, ficou marcado na história da luta pela terra na região pela violência da sua ocupação e intensa organização política. Até a criação do assentamento, os posseiros viviam basicamente da atividade agrícola como lavoura temporária, pequenas criações (aves, suínos) e da tímida atividade extrativista.

Com a criação do assentamento foram assentadas 90 famílias que já conheciam muito bem a dinâmica do lugar, pois já viviam ali há aproximadamente 13 anos. Com relação a sua origem, mais de 50% dos assentados são oriundos do Maranhão e Pará, seguidos do Tocantins, com um número bastante significativo, Minas Gerais e, em número menor, Ceará e Piauí.

O assentamento possui quatro escolas de Ensino Fundamental (construídas com auxílio da prefeitura, no final da década de 80), funcionando com alunos de 1ª a 4ª séries. Os demais estudantes precisam se deslocar até o município de São João do Araguaia. O assentamento conta ainda com um prédio para ser usado como posto de saúde que, em virtude da ausência de médicos ou enfermeiros, encontra-se fechado desde a sua construção, e energia elétrica trifásica em parte das casas na vila.

A maior parte do assentamento está coberta por pastagens, o que muito rapidamente torna a terra escassa para a agricultura, empurrando o camponês para a cultura da pecuária. Além disso, a existência de grandes áreas de pastos nos lotes alimenta a cobiça dos fazendeiros locais que utilizam as mais diversas estratégias para entrarem no assentamento. Hoje, existem no assentamento duas fazendas: uma de propriedade do Sr. Luciano (14 lotes), que também é proprietário de uma serraria em São Domingos do Araguaia e outra sob o domínio do Fazendeiro Neto, que reúne oito lotes.

os pequenos produtores em face de implantação do pólo siderúrgico na Amazônia Oriental brasileira. IDESP/PA, 1988.

Em sua maioria, a Associação e os assentados só ficam sabendo da entrada do fazendeiro quando a cerca começa a atravessar seus lotes. Tudo é feito no mais absoluto silêncio, tanto por parte do que está comprando, quando por parte do que vende. A forte organização política do assentamento, através do Sindicato Rural articulado à FETAGRI regional e à associação dos produtores de Ubá, tem atuado no sentido de diminuir estas práticas no assentamento. Nos últimos dois anos, foram feitas várias tentativas de venda de lotes para fazendeiros sem sucesso. Os associados, através do Sindicato, têm acionado a acessória jurídica da SPDDH e CPT que, junto ao INCRA, tem conseguido coibir estas práticas.

No mesmo ano de criação do assentamento, os assentados fundaram a Associação Assentamento Ubá, que conta, hoje, com 76 associados. Essa associação está ligada ao STR de São João através da Cooperativa – COOCAT (Cooperativa Camponesa Araguaia Tocantins) que atua diretamente com os projetos desenvolvidos dentro dos assentamentos. A origem dos assentados no projeto de Assentamento Ubá é muito parecida com os dos demais assentamentos da região. Lá, os maranhenses representam 34%, seguidos dos assentados do Pará, com 21% e do Tocantins, com 20%. Em número menor, aparecem os mineiros, os cearenses e os piauienses.

O sistema de produção do assentamento gira, principalmente, em torno da lavoura branca, através da produção do milho, arroz feijão e mandioca. Parte destes produtos destina-se ao consumo da família ao longo do ano. Outra parte vai para a venda nos municípios vizinhos. No sistema de culturas anuais, arroz, mandioca e milho representam 95%, sendo que o arroz é o principal produto produzido pelas famílias. O cultivo de culturas perenes como o cupuaçu, café, laranja, mamão, caju, coco e outros, está em processo de implantação e corresponde a 5% das atividades produtivas do PA. Estas estão localizadas próximo às moradias, dando início à formação dos sítios.

A criação de suínos, aves e gados está presente em quase 100% dos estabelecimentos, porém, em menor quantidade, não concorrendo de forma alguma com a preeminência da atividade agrícola do PA. As pequenas criações como galinhas, patos e suínos são utilizados, na maioria das vezes, para o consumo familiar. Já o gado é criado solto de forma extensiva, utilizado

para a produção do leite e para o corte. O extrativismo, atividade fortemente desenvolvida nos lotes, vem diminuindo consideravelmente após a criação do PA, dando lugar à lavoura permanente através dos projetos com financiamento agrícola.

3.2.3 - Assentamento Rio Branco

Nos primeiros anos da década de 1990, o movimento de ação e repressão contra os trabalhadores sem terra se acirra em âmbito nacional. No Pará, a prisão de 7 lideranças acusadas de serem remanescentes da Guerrilha do Araguaia¹²⁰ leva o Movimento Sem Terra a repensar suas estratégias de atuação. A partir de então Poe-se em curso a formação, espacialização e territorialização do Movimento Sem Terra no Pará, que sai do Sul do Estado e vem se concentrar no Sudeste paraense. Soma-se a este as experiências históricas dos posseiros, negando-se a expropriação e a proletarização, além das lutas diárias contra o desemprego nas periferias de Parauapebas, Marabá, Curionópolis e Eldorado dos Carajás.

Em julho de 1992, o MST ocupou a fazenda Rio Branco, completamente voltado para ocupação de terras em Parauapebas, resultado de uma discussão interna, no sentido de pressionar as instituições públicas e, em particular, a CVRD, de se posicionar diante da “saga” dos sem terra na região. A primeira luta vitoriosa do movimento de acordo com a avaliação do MST/PA ocorreu:

“(…) No dia 15 de julho de 1992, cerca de 800 famílias de trabalhadores rurais organizadas politicamente pelo MST/PA ocuparam a parte sul da Fazenda Rio Branco I, com extensão total de 12.000 ha (doze mil hectares) e que compunha o complexo Fazendas Reunidas Rio Branco, correspondendo a mais de um terço da área total do complexo, no qual foi a primeira ocupação coletiva de terras promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Estado do Pará. Na tarde do dia 16 de julho de 1992, após um único dia de ocupação as 800 famílias de trabalhadores rurais foram violentamente expulsas da

¹²⁰ O núcleo guerrilheiro do Araguaia começou a se estabelecer em 1967, com o deslocamento para a região de um pequeno grupo de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Desse grupo inicial participaram, Maurício Grabois, deputado do PC do B; Ângelo Arroio, operário metalúrgico; Osvaldo Orlando Costa, engenheiro e jogador de basquete; João Carlos Haas Sobrinho, médico; Elza Monerat, funcionária pública e antiga militante do PC do B. O grupo instalou-se na região após a conquista da posse de pequenos lotes de terra e garimpo, como vendedores ambulantes ou pequenos comerciantes. Consta nos processos da justiça militar que o objetivo da guerrilha visava organizar e incorporar os camponeses no processo de transformação social brasileiro formando o embrião de um exército popular a fim de conquistar o poder pela luta armada.

área ocupada, por um grupo de 20 pistoleiros auxiliados por um pequeno contingente do Quarto Batalhão da Polícia Militar.” (Relatório do SPDDH, “Uma necessária retrospectiva dos fatos”, 1997: 02) ¹²¹

Após a desocupação da fazenda, os trabalhadores sem terra marcharam para Marabá, onde montaram acampamento na sede do INCRA. Decorridos sete meses de negociação, finalmente, a fazenda foi vistoriada. Tendo sido constatada improdutiva, iniciou-se o processo judicial de desapropriação do imóvel para fins de reforma agrária, o que foi concluído em 1993.

Das 800 famílias acampadas na Sede do INCRA em Marabá/Pa, apenas 238 foram beneficiadas pela criação do assentamento Rio Branco. Os demais acampados, além de outros trabalhadores sem terra que viriam a se juntar a este grupo, constituiriam, a partir de então, um novo processo de espacialização e territorialização¹²² da luta na região, que daria origem ao Assentamento Palmares em 1995.

A conquista da Fazenda Rio Branco foi considerada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra como a primeira vitória do movimento no Estado, apesar da conquista do assentamento INGÁ em 1990. Todavia, as dificuldades nas negociações junto ao INCRA, para a aquisição de infra-estrutura

¹²¹ Anterior à conquista do assentamento Rio Branco pelo MST o movimento havia participado da organização da luta pela conquista do assentamento Ingá. Em Conceição do Araguaia, a história de luta pela Fazenda Ingá começa em 1989- com a chegada de 7 lideranças do Movimento Sem Terra do Maranhão que se estabelecem no Sudeste do Pará, com o objetivo desenvolver um processo de formação e discussão política com posseiros e entidades envolvidos na luta pela terra. Estas discussões aconteciam basicamente no interior da Igreja Católica, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e contava com o apoio de determinadas lideranças políticas locais, sobretudo vereadores do PMDB. Desta organização nasce o Assentamento Ingá em 1990. Contudo, apenas uma parte da fazenda Ingá (10.650,4272 ha), com capacidade para assentar 75 famílias, foi desapropriada neste momento. O restante da fazenda, denominado posteriormente de assentamento Ingá II e III, resultantes da Fazenda Ingá III, IV e V, com aproximadamente 8.000 ha foi apropriado somente em 1993, para o assentamento de 120 famílias. Todavia, de acordo com relatos recolhidos em campo, esta primeira experiência não poderia ser considerada como um exemplo a ser seguido pelo MST, uma vez que muitos problemas inviabilizaram a real fixação do homem à terra. Tais problemas, ainda segundo os informantes, resultaram das dificuldades enfrentadas no processo de construção da luta cotidiana do assentamento. A ausência de infra-estrutura básica e a pouca experiência do Movimento Sem Terra na organização do processo de luta na região seriam apontados como elementos decisivos.

¹²² A forma de organização e a organicidade do acampamento são a espacialidade do Movimento Sem Terra. Já a territorialização é gestada no processo de ocupação efetiva da terra no assentamento. Ver Fernandes (1997).

dificultaram, sobremaneira, a organização e o desenvolvimento do assentamento.

“O assentamento Rio Branco não conseguiu avançar muito no início em função das dificuldades que o governo tem colocado, de permanecer com resistência, de não dar assistência na abertura de Estradas, na assistência técnica, crédito para as famílias, o que deixou o assentamento um bom período sem desenvolvimento. Agora, com a criação dos outros assentamentos que somaria um número maior de assentados, tem se ampliado a pressão social no sentido de garantir infra-estrutura de estrada, escola, crédito e assistência técnica e começa a desenvolver os projetos dos assentamentos.” (Carlos Guedes, Advogado do MST– Marabá, julho de 1999).

Distante 80 Km de Parauapebas, 200 de Marabá, onde está localizada a sede da Superintendência do INCRA e a secretaria estadual do MST, as dificuldades no início da criação do assentamento rural pareciam maiores que as conquistas. Em visita ao local, em janeiro de 2000, observei que a estreita estrada de piçarra que dava acesso ao assentamento, mais parecia um caminho, face às dificuldades de acesso dos assentados até Parauapebas e cidades mais próximas.

Além da demora na conquista do assentamento (oito meses acampados), foram aproximadamente 5 anos após a entrada na terra até a conquista de infra-estrutura como crédito habitacional, equipamentos agrícolas, maquinário para a produção da farinha, produto intensamente produzido por estes trabalhadores. A conquista de infra-estrutura nos assentamentos na década de 1990, ligados ao MST, coincide com a organização dos trabalhadores no período posterior ao Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em abril de 1996¹²³. Ao mesmo tempo, a pressão da sociedade civil e órgãos ligados à defesa dos direitos humanos, apresentando-se, de uma certa forma, em fiscais dos encaminhamentos dados a partir de então na questão agrária no Pará e no campo brasileiro.

Em 1999, quando visitei pela primeira vez o assentamento, percebi certo alvoroço em virtude da implantação dos equipamentos conquistados pelos assentados, tais como maquinário para instalação da casa de farinha, pocilga e aviário. Porém, nada os faziam esquecer as dificuldades vividas há quase uma

¹²³ Ver Macedo(2001).

década. A todo o momento, fazia-se referência ao abandono em que viveram nos anos iniciais à criação do assentamento. Tinham claro que a vinda daqueles equipamentos estava diretamente relacionada ao fato político criado pelo massacre de Eldorado dos Carajás e, não necessariamente, como construção de uma nova forma de conceber a relação com os camponeses naquela região da Amazônia. Grande parte dos equipamentos disponíveis no assentamento para os camponeses tornou-se ocioso em pouco tempo, uma vez que a eletrificação rural, parte essencial para a implantação de projetos como a fábrica de farinha, indústria de laticínios, nunca chegou ao assentamento.

Em trabalho de campo realizado em julho de 1999, soubemos que o assentamento Rio Branco havia se distanciado do processo cotidiano de luta do MST (participação nos acampamentos em processo de negociação, ocupação de prédios públicos, como, por exemplo, do INCRA e de agências bancárias, especialmente as do Banco do Brasil). Dentre as muitas questões apontadas pelos dirigentes locais do movimento e dos próprios assentados, as dificuldades iniciais para o processo produtivo teriam se apresentado como os principais responsáveis pelo isolamento do assentamento. O contato com os dirigentes regionais do MST acontecia muito espaçadamente, além de que a distância e a dificuldade de transporte acabaram por afastar os assentados das atividades desenvolvidas pelo movimento na região.

Cinco anos após, de volta ao assentamento, observei que a estrada continuava em péssimas condições, os projetos resultantes dos primeiros créditos agrícolas (criação de aves, suínos e lavoura permanente, principalmente, fruticultura) apresentavam características de abandono e a organização política parecia caminhar a passos lentos.

Encontrei no assentamento duas associações, ambas independentes da COMASP (Cooperativa que presta serviço ao MST) e uma terceira em processo de formação. Duas delas resultaram de rachas após o processo eleitoral para a associação. Estas associações estão ligadas à Cooperativa de Parauapebas e através dela garantiram um espaço na feira da cidade, que acontece aos sábados, para que os Assentados do Rio Branco vendam seus produtos. Trata-se, principalmente, de produtos mais resistentes ao tempo

como cupuaçu, banana, mandioca, abóbora, manga e outros. Hoje, a lavoura temporária é a principal atividade desenvolvida no PA, com uma boa produção de arroz, mandioca e milho, quase 100% voltados para o consumo doméstico.

De acordo com seu Chico, presidente de uma das associações existentes no assentamento, no passado, este produzia prioritariamente verduras, porém as péssimas condições da estrada, dos transportes e a falta de assistência acabaram por desestimular o assentado para o cultivo deste produto.

Atualmente, a maioria dos assentados está associada ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Parauapebas. Este mantém contato com o MST, por ocasião dos eventos que reúnem a diversidade de assentados da região em torno de uma pauta unificada.

3.3 - A Reprodução Social dos Camponeses: família, produção, sociabilidade e política

Abordarei aqui a realidade dos camponeses assentados segundo a perspectiva de sua organização, estabelecendo uma articulação mais próxima entre família *versus* produção¹²⁴, sociabilidade *versus* política. Entendo que a família é a base da reprodução social destes grupos, portanto o elemento fundamental para se compreender suas relações dentro e fora dela, assim como, suas estratégias e formas peculiares de socialização e de organização política.

O estudo da unidade camponesa apresenta certa tradição acadêmica. Chayanov (1974) destaca o caráter familiar da unidade de trabalho. A unidade doméstica seria, a um só tempo, unidade de produção e de consumo. Isto implicaria, por sua vez, num cálculo econômico nesse tipo de unidade que apresenta como objetivo chegar a uma relação de equilíbrio entre os bens necessários para satisfazer o consumo familiar e o esforço que isso requer. Tal análise nos ajuda compreender um conjunto de fenômenos, entre eles, a organização e estrutura das famílias camponesas, tendo em vista a reprodução da família inserida numa sociedade capitalista. Contudo, ao **economicizar** a unidade doméstica, Chayanov nos tira de certa forma a perspectiva de um olhar mais totalizante sobre este grupo social.

Santos (1978), em seu livro “Os colonos do Vinho”, discute o trabalho de colonos no Sul do Brasil. Neste estudo, destaca a importância da força de trabalho da família no processo de reprodução da unidade camponesa. Para o autor, a força de trabalho empregada nestas unidades camponesas representa “um trabalho útil e concreto segundo o momento e a necessidade” (p. 33) destes mesmos grupos. Da mesma forma, a força de trabalho teria valor de uso, uma vez que seria orientada para a transformação de objetos de acordo com a capacidade de trabalho de cada membro da família.

¹²⁴ Chayanov (1974), em seu estudo sobre a economia camponesa, apontou a relação entre o tamanho da família e a relação entre os que trabalham e os que não trabalham, visando determinar a intensidade da força de trabalho na unidade de produção para verificar relação entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho.

Nesta perspectiva, vislumbra-se um processo de cooperação, construindo-se no seio da unidade doméstica que teria ressonância de forma mais ampla no grupo social como um todo. Produz-se para garantir a necessidade (sobrevivência) e trabalha-se de acordo com a capacidade. Tal análise aponta os elementos da produção camponesa: a força de trabalho familiar, as práticas de ajuda mútua; o trabalho acessório; a força de trabalho assalariado; a socialização do camponês; a propriedade da terra; a propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho, como elementos estruturantes do modo de vida camponês.

Numa outra direção, podemos destacar autores que analisam a família camponesa em sua dimensão cultural. Entre eles, Woortmam (1990) preocupado em compreender o universo camponês a partir da percepção do universo simbólico das famílias camponesas, remete-nos a uma “ética camponesa constitutiva de uma ordem moral”. Nesta análise, a família é vista como um “valor”, não cabendo ao camponês a preocupação exclusiva com os bens materiais produzidos por ela, mas sim engajado na produção da família como valor, como uma modalidade produtiva detentora de uma lógica particular. No centro das categorias culturais do universo camponês estaria o trabalho, a família e a liberdade.

Neste trabalho, optamos por tentar compreender como a relação família/produção implicava na organização das famílias assentadas e, por sua vez, na própria organização dos assentamentos sem perder de vista elementos como sociabilidade e política. Os elementos da produção camponesa nos permitem entender parte deste universo, porque expõem a família na construção de sua reprodução social. A produção camponesa explicita elementos da cultura e da sociabilidade expressa no ideário camponês.

Cultura é aqui pensada como a manipulação simbólica de conteúdos abstratos¹²⁵ partilhados coletivamente. O significado da posse da terra, as representações acerca do trabalho agrícola e da vivência comunitária, por exemplo, são conteúdos simbólicos que se associam às alianças políticas no assentamento, à dinâmica das associações produtivas e às trocas de favores ou conflitos entre assentados e fazendeiros.

Observamos que, na situação atual com relação à realização do trabalho nos assentamentos, predomina a opção familiar, ou seja, a força de trabalho utilizada no lote se limita ao trabalho da família em detrimento da produção coletiva, coletivização do lote com a produção conjunta por um grupo de famílias. Porém, são muito recorrentes situações em que se realizam atividades em comum no assentamento. Essas atividades variam desde a doação de trabalho na lavoura de um camponês que adoeceu ou teve algum doente na família até a limpeza do ramal, ou mesmo “correr numa emergência com alguém doente até a rua”. Como na fala de seu Raimundo, morador do assentamento Cristo Rei.

“Nós acostumamos roçar o caminho, o ramal de dentro do assentamento até quase próximo da estrada, quando o fazendeiro tomava parte. O fazendeiro não roça mas o gado come e ficava melhor a estrada, e como nós carregava gente na rede pra cidade nós continuava roçando o caminho. E quando alguém não podia trabalhar, ficava doente, nós sempre fazia mutirão na roça dele, pra capinar, pra colher, pra derrubar. Em outros assentamentos já ouvi falar disso, agora sei que era mais no nosso. A gente não gosta de vê pessoas sofrendo por que é ruim, por que um cabra ter e o outro não ter, então nós fazia um mutirão pra ajudar. E aí vai criança, mulher, véio, todo mundo que puder ajudar.” (Julho de 2005)

“(...) agora na produção dos legumes nos trabalhamos ajudando um e outro, quando a gente passa na produção e que vê que falta cobrir a alface de alguém e que vai estragar com a chuva nós cuida, pro companheiro não perder. Na feira também, quando alguém não pode ir, a gente leva o produto e vende e trás o trocado pra ele. (Maria Pé Ligeiro, assentamento Rio Branco - Janeiro de 2005)

Tanto na fala de seu Raimundo quanto na fala de D. Maria, a sobrevivência da família aparece como elemento fundamental das relações que se constituem dentro do assentamento. A família trabalha junto no roçado, no ramal, na roça do necessitado. O ramal possibilita que o doente chegue à cidade, escoar a produção, que garante a produção e reprodução da vida, da unidade camponesa. Assim, a produção camponesa gira em torno da reprodução da própria família, seja ela nuclear ou extensa.

“Este ano vamo trabalhar com força por que tenho um filho que casar. Tamo lutando pra sair tudo bem, pra construir um barraco pra ele. Esse ano ele botou roça, quando dá, as vezes todo mundo de casa [família]

¹²⁵ Sobre isto ver Durham (1980).

vai ajudar, às vez até domingo” (Zé Raimundo, Assentamento Ubá, Julho de 2005).

Observamos que, apesar dos filhos já em idade adulta trabalharem com o pai na lavoura, é o pai quem decide o que plantar, em que projeto entrar, mesmo que sob protesto velado. Percebi tal conflito por ocasião da disponibilidade do banco em oferecer crédito para a compra de gado. Na maioria das vezes, os mais velhos resistem, ou tomam tais projetos como secundários no âmbito da organização produtiva da família. Já, os mais jovens, quando possuem o poder de decidir sobre a atividade produtiva da unidade doméstica o fazem tendo o gado como primeira opção e as outras opções como (lavouras permanente ou temporária) secundárias.

Este tipo de atitude com relação à organização da produção na unidade doméstica se diferencia um pouco no Assentamento Rio Branco. Ali, a procura por projetos de financiamentos para a criação de gado não recebe a mesma atenção que nos dois assentamentos anteriores e as decisões da unidade doméstica são discutidas pelos membros da família, com ênfase naqueles que dispõem sua força de trabalho para a produção. De modo geral, o pai, ou o chefe da família¹²⁶ se apresenta como o núcleo dela e o centro das decisões internas e externas, concernentes à organização do assentamento, participação na cooperativa, associação e filiação no sindicato.

Observando o trato com os lotes (denominação utilizada pelos assentados tanto do assentamento Cristo Rei, Ubá e Rio Branco), verifiquei que o chefe da família se encarrega pela busca de financiamento agrícola, o que é feito nos próprios assentamentos através das associações e Sindicatos Rurais. A organização familiar vincula-se diretamente à (re)produção da vida material e social. Logo, é no interior das relações familiares que, também, (re)produz-se o modo de vida camponês.

No assentamento Rio Branco, predominam as famílias nucleares, formadas pelo casal e os filhos, diferentemente dos assentamentos Ubá e Cristo Rei, onde o número de famílias extensas é bastante significativo. Naquele, foram raras as famílias extensas encontradas. Tive a oportunidade de conhecer uma unidade doméstica que, após a morte do chefe da família, teve

¹²⁶ Há um numero significativo de mulheres como chefe de família nos três assentamentos.

dificuldades em desenvolver, sozinha, as atividades no lote, uma vez que seus filhos eram ainda pequenos. A solução foi convidar um irmão que vivia como assalariado, para ajudar a viúva a “tocar” o lote. Assim, a família extensa passou a viver numa mesma casa e a desenvolver as atividades da lavoura: dona Raimunda, três filhos pequenos, o irmão, a cunhada e os cinco sobrinhos.

De modo geral, a produção nos assentamentos é individual, caracterizada pelo vínculo social do trabalhador com a terra. Aqui, as famílias se envolvem nas mais diversas atividades dentro do lote, desde o plantio, os cuidados com a lavoura no período que antecede a colheita, a colheita propriamente dita, o trabalho com o gado, além das atividades nas proximidades da casa. Destacam-se, neste espaço, o cuidado com a criação doméstica e a produção de leguminosas à “beira da casa”.

É no processo de reprodução social destes sujeitos no contato com a terra, (relativo à produção econômica da unidade camponesa) que se constrói o sentido dessa relação: trabalhador/terra. Aqui “a terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família e a terra é condição para o desenvolvimento da família e da liberdade” (Simonetti, 1999: 172). É na terra que se realiza o trabalho. Mas é o trabalho que constrói a família enquanto valor.

No processo de produção da unidade camponesa, terra, família e trabalho, tecem e retecem a vida, que transcende o limite da casa ou do lote. Vislumbra-se, a partir disso, outros elementos que considero constitutivos porque recorrentes no processo de reprodução dos grupos aqui estudados como sociabilidade e política. Observemos algumas apreciações de assentados a cerca de temas como o trabalho agrícola, a posse e a luta pelo acesso a terra. As dimensões de sociabilidade e política destas concepções saltam aos nossos olhos.

“A terra pra nós é a vida. A vida por que sem a terra nós ia morar na cidade, vivendo Deus lá sabe como. Eu mesmo sai da roça e fui pra cidade. Sai da cidade e voltei pra roça, por que é a minha vida. Tudo que nós planta , nós sabe pra onde vai, vai para o nosso sustento, pros nossos filhos crescerem. Lá as vezes nós dependia dos outros pra viver, até chegamo a pedir, que é uma humilhação pra gente com saúde podendo trabalhar. Na terra nós podemos decidir o que vamo plantar, sabemo como fazer. Chega a hora de plantar lá vamo plantar.

Chega a hora de colher, vai criança, velho, depende da necessidade. O ano todo tamo no roçado. Às vez vai no roçado, volta pra casa, cuida das criação, se for necessário volta pra roca e só sai de lá quando o sol vai embora.” (Maria Doralice, Rio Branco, janeiro 2005)

“A luta pela terra é uma luta lícita. Um direito do homem que sempre viveu na terra é ter terra pra trabalhar. Tinha muito medo de um dia ter que ir pra cidade e lá ficar desempregado sem ter como sustentar a minha família. Dói ver um pai de família sem ter o que dá pra um filho comer, e a terra dá, nunca falta comida. Às vezes não pra comprar um produto da taberna, mas o de comer sempre tem. A maior riqueza é ver a produção. No tempo do milho é canjica, é mingau, é fartura e é a terra que dá. (Seu Chico, Assentamento Ubá, julho de 2005).

“A maior vantagem do agricultor, é ver o resultado do nosso trabalho, e isso a gente vê quando tá na terra, por isso entramos na luta pela terra. Hoje lutamos pra conseguir financiamento, e aos poucos tamo conseguindo”. (Raimundo, assentamento Cristo Rei, Janeiro 2005).

Nos relatos acima, uma série de questões se explicita, acentuando um olhar mais estreitado das relações constituídas no interior das unidades domésticas e dos assentamentos. Verifica-se que a relação com a terra tem o trabalho como princípio orientador. Não é a terra, em si, que se constitui como elemento fundamental para a vida destes sujeitos, mas o trabalho que a terra pode possibilitar, bem como a realização das necessidades da família através dela. Assim, lutar pela terra, é lutar pela manutenção da família e do modo de vida camponês.

Para grande parte dos assentados, a luta pela terra percorreu a sua trajetória pessoal de vida. As dificuldades quando a terra dos pais se tornou escassa ou as dificuldades enfrentadas como assalariados (peões) nas fazendas por onde passaram, ressoam na história de vida pessoal destes trabalhadores, imprimindo a eles um ritmo singular na luta pela terra.

Na terra conquistada, o trabalho assume outra perspectiva, não do cativo, mas da liberdade, tão bem explicitado nas falas de Raimundo, seu Chico e Maria Doralice. Liberdade no sentido de haver autonomia de escolha quanto à dinâmica do trabalho (de acordo com as necessidades do momento), de ser ela partilhada, envolvendo parte ou todo o grupo familiar, em momentos específicos (como na colheita) e do camponês depender somente de si, tanto para o sustento familiar como para a obtenção de financiamentos, sem desconsiderar a vivência coletiva no assentamento rural.

Nesta direção destaca Martins (1989: 21-22),

“(...) o rompimento dos vínculos de dependência (...) ao libertar o trabalhador, libertou o trabalho e revelou o significado da propriedade. É uma certa noção de trabalho que organiza as novas concepções da vida, do eu e do outro, do nós, do movimento, das relações sociais, os novos valores, o projeto. A nova cultura está centrada no trabalho (e suas dificuldades) e não na propriedade, na liberdade de quem trabalha e na condenação do cativo, na concepção de direitos produzidos pelo trabalho. Com a crise da dominação pessoal, ocorreu uma restituição do trabalho a quem trabalha. Embora uma ficção, ela se mantém pela marginalização e exclusão dos expulsos e despejados. Nos movimentos sociais dos últimos anos a condenação da propriedade, que excede as necessidades de quem a tem, deriva da privação de trabalho que ela impõe aos que dela precisam para trabalhar. Poração que parece como pração do direito à vida”.

O sentido da luta pela terra para estes trabalhadores está exatamente na possibilidade de garantir a libertação das garras do patrão: possibilidade de vir a passar necessidade, por ocasião do desemprego. A garantia da terra nega por completo esta “prisão” (a do desemprego), impondo um novo ritmo à vida: é a sobrevivência garantida. Além disso, a noção de tempo no assentamento é diferente da noção de tempo vivido por muitos dos moradores das cidades na região.

No discurso de assentados que buscaram trabalho nas cidades próximas dos assentamentos estudados, os trabalhadores urbanos são apresentados como prisioneiros do tempo, escravos do trabalho, numa sociedade que não os reconhece como parte integrante. Esta visão refere-se à dinâmica do trabalho urbano regulado pelo relógio¹²⁷, pelo cartão de ponto, pela presença do patrão ou do fiscal da empresa a supervisionar as atividades dos empregados, de modo a otimizar o tempo de trabalho.

Está claro que esta percepção do tempo de trabalho de empregados assalariados, no contexto urbano, em muito se distancia da noção de tempo de trabalho na roça, tempo autônomo, regido pelas necessidades e pela dinâmica do trabalho familiar e, algumas vezes comunitário, quer seja na produção

¹²⁷ Segundo Paul Lafargue (1990) o papel exercido pelo relógio da fábrica (elemento fundamental na sociedade industrial) não somente se materializou na sujeição do trabalhador às “agrupas do trabalho”, como afirmava este autor, mas também instituiu uma nova organização do tempo que os trabalhadores dispunham, estabelecendo noções como “tempo livre”, por exemplo, além de práticas socialmente reconhecidas como o lazer, que na concepção fordista, por exemplo, consistia na prática de atividades moralmente edificantes, disciplinadoras e socialmente construtivas para a sociedade, incentivadas pelas grandes empresas e pelo Estado.

agrícola (na ajuda prestada aos vizinhos no cuidado com a lavoura), quer seja na manutenção/construção da infra-estrutura do assentamento (ramal, sedes das associações, escolas, campo de futebol, dentre outros).

Esta percepção específica de tempo de trabalho está ligada ao cotidiano sócio-político do assentado. O trabalho constitui a principal forma de socialização no interior do assentamento, de troca, de aprendizado, de solidariedade. É o trabalho que aproxima e/ou distancia homens e mulheres, idosos e crianças, parentes e não-parentes, na troca de experiências (passagem pela cidade, a expropriação da terra, as entradas e saídas da terra), na busca conjunta de financiamento, nos mutirões e nos momentos de celebração coletiva.

A inserção destes trabalhadores na luta pelo acesso a terra permitiu a construção dos espaços de socialização política. Nos momentos de enfrentamento, vislumbra-se a construção da identidade social sendo lapidada na identificação dos diferentes e dos iguais, na semelhança das necessidades e das reivindicações e na construção das novas representações sociais e culturais.

“Aos poucos percebemos a importância do sindicato, a importância da associação. Se eu vou sozinho no banco quem sabe o gerente nem me recebe, quando vou com... através da associação da cooperativa, nós somos respeitado. Lá no INCRA, quando fazemos o acampamento, vai todo mundo é o MST, é o STRs, é a Igreja, a CPT, nós resolvemos mais rápido. Até algum tempo a gente nem conseguia entender como as coisas funcionava lá no INCRA, agora já tá ficando claro as coisas. Vamo lá, perguntamos, queremos saber, e isso a gente só aprende na luta. E a luta é todo dia, ela não acaba. Acaba a luta pela terra, vem a luta do crédito, da infra-estrutura e assim, a gente vive”. (Seu Vicente, Cristo Rei, Janeiro 2005).

Percebe-se que o espaço de socialização política se alarga por ocasião da conquista da terra. Faz-se e refaz-se a cada momento de luta pela reprodução social destes sujeitos. A fala de seu Vicente expõe a luta, fazendo-se no cotidiano do assentamento. Diferente das áreas de posse que sem o reconhecimento jurídico estão impossibilitados de serem beneficiados pelos mais diversos programas de crédito, ou se recebem o crédito, não conseguem o acompanhamento técnico necessário.

“As antigas áreas de posse ta aí, não conseguimos financiar os agricultores, muito pouco inclusive. As maiores áreas aqui faz parte da Transamazônica. Não é do meu tempo, quando cheguei aqui a Transamazônica já era (...) mas também foi sem acompanhamento técnico de maneira que não deu certo. Na verdade o crédito é necessário, mas é necessário que tenha uma assistência técnica, e isso tá claro pra nós, que tenha pesquisa para desenvolver o solo. (...) nessas áreas não regularizada o contato com o sindicato é muito pouco, uns 10 a 15%. As regiões que têm mais contato com o sindicato, que é criada pelo assentamento, as outras regiões do município não estão nem aí pra esse contato”. (Vicente, Cristo Rei, Janeiro de 2005)

Esta clareza com relação aos direitos e às possibilidades de reivindicação apresentou-se, objetivamente, demarcada nos três assentamentos onde se realizou esta pesquisa. Por vezes, observei certo descrédito por parte do trabalhador com relação à efetivação de determinados programas governamentais direcionados para o campesinato, porém, mesmo nestas situações, percebi a convicção do poder na luta por direitos que emana do próprio grupo. Exatamente porque sabem a dificuldade de se garantirem conquistas, é que acreditam que a luta pela terra seja muito mais do que a luta pela garantia do domínio, da legalização da propriedade.

“A garantia da terra é muito mais do que a garantia do pedaço de chão, mas é principalmente a garantia de continuar vivendo na terra. E só podemos continuar vivendo se a luta for cotidiana, dia a dia. Hoje se conquista o crédito, amanhã o ramal. E assim a gente, com a certeza de que tem que lutar sempre. Não existe a conquista da terra simplesmente, mas a luta para poder sobreviver da terra”. (Francisco, Presidente da Associação do Assentamento Rio Branco - Janeiro de 2005)

Neste universo onde se forja consciência de grupo, a partir das dificuldades e da necessidade de garantir direitos, a luta pela terra constrói a terra de trabalho, que se sobrepõe à terra de negócio¹²⁸. Por conseguinte, consideram “ilegítimo, e também iníquo, injusto o que é legal, que é a possibilidade de alguém possuir mais terra do que pode trabalhar, de açambarcar, cercar um território, não utilizá-lo nem deixar que outros utilizem” (Simonetti,1999:174). Repousa aí o sentido político da luta pela terra e, por conseguinte, a construção da identidade política.

¹²⁸ Ver Martins (1991).

A forte presença do Sindicato de Trabalhadores Rurais nos assentamentos aqui apresentados, assim como sua organização política através da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, além das Associações de Produção expõem muito claramente a forma como estes trabalhadores se organizam para garantir direitos. Além disso, existem estratégias desenvolvidas nestes assentamentos através de alianças e negociações que permitem a unificação dos trabalhadores em ações onde o conjunto destes se vê refletido. A luta pela terra não se constrói a partir de fatos isolados, mas de ações integradas que unificam projetos particulares e possibilitam a realidade de poder viver na e da terra.

4

A DIFERENCIAÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS: CRISTO REI, RIO BRANCO E UBÁ

Pretendo apresentar neste capítulo alguns elementos importantes para a discussão da diferenciação social do campesinato no âmbito do debate da Geografia Agrária, bem como refletir sobre os novos desdobramentos e reflexões ensejados por esta temática. Na década de 70, este debate aparece, principalmente, nos estudos sobre modernização da agricultura. Já na década de 90, o tema passará a ser enfocado através da categoria agricultura familiar que ganha espaço na academia, apresentada sob a égide do pretenso consenso que reuniria intelectuais, trabalhadores rurais e instituições (Neves, 1995).

Tanto naquela análise quanto nesta, o campesinato é visto sob a perspectiva de sua tragédia social. Para os estudiosos¹²⁹ da modernização da agricultura, a penetração acelerada do capitalismo no campo se encarregaria de seu trágico fim através do processo de expropriação do campesinato e sua conseqüente proletarianização.

Já para os adeptos da agricultura familiar, a crescente inserção do trabalhador rural no mercado se encarregaria de produzir um novo sujeito, o próspero agricultor familiar em oposição ao campesinato. Observa-se que, tanto na primeira abordagem quanto na segunda, vislumbra-se um processo de homogeneização da relação com a terra e a diferenciação social é entendida como processo de transição da forma tradicional de uso da terra para o formato capitalista.

Em linhas gerais, essas abordagens apresentam a temática da diferenciação social sob a orientação teórica marxista explicitada, principalmente, nos textos clássicos de Lênin (1980) e Kaustky (1982), ambos publicados em 1899.

Em “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” de Lênin e “A Questão Agrária”, de Kaustky, os camponeses são mencionados como sujeitos fatalmente condenados à diferenciação e, conseqüentemente, à eliminação social, embora que sob processos diferentes. Em outras palavras, o

¹²⁹ Ver Queiroz (1979), Graziano (1981), Abramovay (1992), Caio Pardo Jr (1979) e outros.

desenvolvimento do capitalismo no campo significaria o desaparecimento das formas tradicionais de relação com a terra.

Para Lênin, a desestruturação do campesinato estaria na crescente diferenciação interna, ou seja, os camponeses ao tentarem produzir para o mercado inevitavelmente sucumbiriam às condições impostas pelos bancos vindos a perderem suas terras tornando-se proletários. Já para Kautsky, o desaparecimento do campesinato resultaria da sua incapacidade em resistir à concorrência das grandes empresas. Deixando de lado, por hora, a tragédia social de destruição do campesinato, aqui não se pode perder de vista dois elementos importantes: o recorte histórico no qual se inscrevem estas obras, e a possibilidade do debate que elas suscitam ainda hoje.

Kautsky escreve sua grande obra no contexto de construção do Partido Social Democrata Russo. De modo geral, seu principal esforço está na tentativa de demonstrar a superioridade da grande exploração capitalista sobre a propriedade familiar e, portanto, a inutilidade de se procurar frear de qualquer maneira o movimento inelutável que o capitalismo promove de expropriação camponesa.

A manutenção camponesa, para este autor, não seria sinônimo de persistência, mas de superexploração. Seu debate centra-se na relação entre agricultura e indústria, no intuito de demonstrar a superioridade técnica e econômica da grande exploração sobre a pequena. Em outras palavras, o desaparecimento do campesinato resultaria da sua incapacidade em incorporar as técnicas organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, por conseguinte, da incapacidade de resistir à concorrência das grandes empresas.

Para Lênin, a ênfase na diferenciação social do campesinato presente em seus escritos está em mostrar a heterogeneidade do mundo rural. Daí, a sua atenção ao processo de diferenciação interna do campesinato no acelerado processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Neste processo de diferenciação, a aceleração da pobreza, resultante da separação entre produtores e suas condições imediatas de trabalho e o crescimento do mercado seriam processos simultâneos e indissociáveis que gerariam, por sua vez, classes sociais antagônicas no campo: camponeses aburguesados ou capitalistas, de um lado, e proletários ou semiproletários de outro.

As obras de Kaustky e Lênin são fundamentais ainda hoje para se compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Elas apontam claramente para a destruição do campesinato no processo de diferenciação, negando, por sua vez, a possibilidade de sobrevivência deste sujeito sob o comando do mercado. Isto não significa dizer que com este não se relacione o camponês de alguma forma. Porém, sua realização se fundamenta na satisfação das necessidades familiares, diferente, portanto do que ocorre na produção capitalista onde o objetivo sempre é a obtenção do lucro médio.

Pude observar através do trabalho de campo que a garantia das necessidades é a força motriz que dinamiza a vida destes sujeitos. A produção, nas suas diferentes etapas (plantio, colheita, comercialização), apresenta-se diretamente relacionada à satisfação dessas necessidades e, portanto, parte fundamental no processo de reprodução deste grupo social, porém não único. Ao ser interpelada sobre a vida no assentamento, Maria Pé Ligeiro, remete-nos a estas questões:

“A vida aqui tá muito difícil, nós produzimos pouco, tudo é muito difícil, por que a gente luta com muita dificuldade. Cê vê a estrada não presta, a gente não tem como entrar e sair do assentamento. É muito difícil ir fazer uma compra, vender uma coisa. Aqui não temos condição de manter nosso filho na escola, por exemplo, o menino, a menina termina o primário e aí não tem como continuar. Isso é muito ruim, por que fica sem dar continuidade aos estudo. Botar o filho na cidade é mais difícil por que a gente não tem como manter e não temo como liberar a pouca mão-de-obra que a gente tem. Mas se melhorasse isso ficaria muito bom, por que a gente tem tudo, tudo a terra dá diferente da cidade. O que nos precisa aqui a gente tem, o pouco que a gente tem é suficiente, a gente come, compra um remedinho, e vamo levando” (Assentamento Rio Branco, Janeiro de 2005).

Apesar da satisfação apresentada por dona Maria, sobre a vida no assentamento, particularmente com relação à garantia das necessidades da unidade familiar, não podemos perder de vista seu descontentamento relacionado à ausência de infra-estruturas no assentamento veementemente exposto em sua fala. A melhoria do acesso ao assentamento, assim como a possibilidade de colocar o filho na escola para cursar o Ensino Médio (técnico agrícola), significa a melhoria da vida, tão cara aos camponeses desta região¹³⁰

¹³⁰ Para compreender a situação dos posseiros no contexto da expansão do capital na Amazônia, ver, Refkalefski (1992); Oliveira (1996) Martins (1980,1991, 1993,) ; Hébette (2004, vol.I) e outros.

e que, em nenhum momento, constitui-se em oposição à vida camponesa. Assim, tanto a formação na Escola Técnica Agrícola para os filhos e/ou a venda de parte da produção no mercado da cidade coloca-se aqui como parte do processo de reprodução social da unidade camponesa. Ao mesmo tempo, a alusão feita à vida boa de assentado (apesar das dificuldades) em oposição à vida de necessidade vivida na cidade nos remete ao desejo de permanecer na terra e gerar a partir dela a reprodução social do modo de vida camponês, pautada na reprodução da família camponesa.

Na perspectiva de dona Maria, o escoamento da produção não tem relação com a busca pelo lucro ou objetivo de auferir renda, mas com a aquisição de produtos não produzidos pela família. Neste sentido, estas melhorias reivindicadas por ela teriam a finalidade, também, de garantir as necessidades, a sobrevivência. Nesta mesma direção, orienta-se a fala de seu Anísio Silva.

“Depois de muita andança dum lado pro outro, sempre assim, para cá, pra ali, sempre como agregado. O nosso pedaço de terra me devolveu a vida, uniu a minha família, num só lugar. Produzimos de tudo nessa terra, a macaxeira, a mandioca, o milho. Esse ano plantamo feijão, foi uma colheita muito boa. Não precisamos ir na rua comprar feijão, quase todo assentado teve boa colheita, quem não teve conseguiu um com o outro. (...) Agora nos sonhamo com um posto de saúde, um transporte direito, uma visita de um médico, escola pros nosso filho. Assim era um paraíso...”. (Assentamento Ubá, Julho de 2005).

Seu Anísio também faz alusão à vida no assentamento como uma vida boa, apesar das dificuldades e da falta de posto médico, de escola para as crianças continuarem os estudos, enfim, infra-estrutura de serviços públicos, de um modo geral. Porém, vislumbra-se um novo elemento, quando a vida boa do assentamento aparece em oposição à migração a que estava sujeito. Desta forma, a conquista da terra recompõe os laços familiares, de vizinhança, permitindo a reinvenção da vida camponesa.

Numa outra perspectiva, os problemas referentes à vida no assentamento apontados tanto por dona Maria quanto por seu Aluísio seriam concebidos como frutos da superexploração tal qual apontada por Kautsky, ou resultado da aceleração da pobreza em virtude da expropriação e conseqüente proletarização, como nas palavras de Lênin.

Neves (1988: 220) salienta que este debate originário do século XIX, materializado no pensamento de Lênin e Kaustky¹³¹, costura ainda hoje as reflexões sobre o campesinato. Contudo, “em virtude das reificações embutidas na análise e das suposições políticas e ideológicas assumidas como pressupostos teóricos”, o estudo da diferenciação sócio-econômica do campesinato tem se constituído numa questão problemática. Submetidos a este quadro referencial, estes autores centram suas análises na expressa correlação entre a expansão da economia mercantil, a penetração do sistema capitalista e a diferenciação social do campesinato. Assim,

“Ora a diferenciação sócio-econômica é tomada como forma de classificação de um processo geral, englobando sub-processos que conduzem a concentração e a expropriação dos meios de produção por segmentos do campesinato. Ora ele é tomado como forma de rearranjo dos efeitos de processos externos, objetos centrais da análise, mas também concebida como única resposta possível a estes fatores. Ora ela é compreendida como forma de expressão da diversidade de atualização de unidades familiares de produção sob o impacto da intensificação da economia mercantil”. (Neves, 1988:223) (Grifos Meus)

Nesta perspectiva de análise, entrevê-se apenas uma única direção do processo, alicerçada em bases universalizantes e homogeneizadoras, delimitando a desagregação do campesinato e a emergência de classe. “O capitalismo passa a ser entendido apenas por uma de suas dimensões estruturais: acumulação ou concentração dos meios de produção e expropriação ou formação de trabalhadores livres” (Idem, 224).

Além disso, aponta Neves (1988: 224), a análise centrada em aspectos gerais e externos, incorre em impasses teóricos que levam ao empobrecimento deste instrumental analítico, amordaçando a reflexão a modelos pré-fabricados e que pouco contribuem para o entendimento destes sujeitos na sociedade atual. Aqui a análise do campesinato torna-se residual, “(...) Seja porque é agente passivo, seja porque tende a desaparecer, seja porque sua existência é comprovada pela nominação de categorias e estratos”.

Ainda nesta abordagem, em decorrência do reducionismo econômico expresso sob a correlação/expansão da economia mercantil e desagregação

¹³¹ Nesta direção destaca-se o trabalho de Garaziano da Silva (1996) e Abramovay (1992). Para estes autores, todas as relações de produção que não se adequam ao desenvolvimento

do campesinato, elimina-se a possibilidade de pensar a diferenciação sócio-econômica em outras formas que não redundem em decomposição e emergência de novas classes sociais.

Em contraposição a autora afirma que,

“A análise de situações concretas supõe outros referenciais que possam dar conta das relações sociais, das práticas dos diversos agentes, da interferência de outros fatores — políticos ideológicos e culturais —, do jogo de forças e das representações sociais que atribuem especificidades a serem destacadas e que apontam para formas diversas de realização de princípios e tendências elaboradas a nível teórico” (Neves, 1988: 225).

Desta forma, se por um lado o debate marxista do século XIX nos apresenta determinadas pistas para pensarmos a existência dos camponeses na sociedade contemporânea, por outro, na medida em que seu comprometimento político e ideológico nos turva a visão, apresenta-se de forma reificada, “universalizando tendências ou se comprometendo com uma análise idealista” (Neves, 1988:221).

No artigo “Diferenciação sócio-econômica do campesinato”, Neves (1988) reflete sobre as limitações do estudo da diferenciação socioeconômica do campesinato feitas à luz do instrumental teórico marxista, bem como enseja novas perspectivas de estudo para o tema através de críticas pontuais. Sua análise rompe com o sentido unilinear da realidade camponesa e aponta a diferenciação social não como efeito de processos externos, mas como parte do processo de reprodução, construído a partir da dinâmica interna dos próprios grupos sociais em sua luta pela participação política ou pela ampliação do controle de fatores econômicos ou políticos.

Neste sentido, é reiterada a importância de atentarmos para a diversidade de processos e de situações em que a diferenciação sócio-econômica do campesinato pode se dar sem perder de vista seus condicionantes estruturantes.

“O que se coloca sempre aqui na nossa discussão é que o trabalhador rural, ele tem que produzir, garantir a sobrevivência. Quando dá pra comprar uma coisinha a gente compra, uma tv, um rádio, uma moto que facilita o transporte. Isso é muito importante, a gente precisa

tecnológico, sinônimo de progresso na sociedade capitalista, estariam fadadas ao desaparecimento.

trabalhar, é isso que engrandece o homem. Mas se nós não tiver organizado a gente não consegue nem trabalhar. A APAU (Associação dos produtores Agrícolas de Ubá) tem como principal atividade lutar pra trazer melhoria pras família assentada. É a nossa força, é a nossa união que nos faz forte. Por que são muita as dificuldade. Mesmo pra quem tem uma cabecinha de gado, ficaria muito difícil sem a associação”(Maria de Jesus,Ubá, julho d 2005).

“A nossa vida mudou com a chegada do strs, nós tamo mais forte, a gente sabe onde ir, como fazer. Nunca vamo sozinho ao banco, por que muitos foram e nem foram recebidos pelos gerente. A gente acabava esperando uma manhã, um dia, por que é um dia de serviço que a gente perde, a roca fica abandonada e pra que, pra nada. Explicavo umas coisa e a gente saia de lá com a cabeça embaralhada, não sabia se era bom ou não o empréstimo, se a gente ia conseguir pagar. Agora a gente conversa uns com os outro, a gente vai pra reunião do sindicato e pergunta. É verdade que a gente paga uma mensalidadezinha pro sindicato, mas acaba sendo válida” (Joaquim, Assentamento Cristo Rei, Julho de 2005).

Percebe-se que a produção das famílias e, por conseguinte, a organização econômica dos assentados, é resultado da organização política. Assim, como trabalho e família estão diretamente relacionados, política e trabalho também, na medida em que um acaba possibilitando o outro na sua forma particular de se fazer.

Em outras palavras, o trabalho e sua produção material, não produziria em si a diferenciação social do campesinato, mas sua particularização. Ou seja, ao mesmo tempo em que o trabalho garante uma organização social específica, qual seja a família camponesa, esta última engendra uma compreensão do trabalho sob um formato particular. Assim, mesmo em situação adversa vivida pelo camponês por ocasião do assalariamento, num determinado período do ano, tal atividade pode se configurar numa situação potencial de reprodução camponesa¹³².

Garcia (1989), em seu texto “O Sul: caminho do roçado – estratégias de reprodução camponesa e transformação social”, analisa as condições de reprodução do campesinato do agreste nordestino através da relação que estes trabalhadores mantêm com o mercado de trabalhos industrial e agrícola.

¹³² Uns números significativos de estudos vêm demonstrando que o assalariamento temporário de camponeses tem se apresentado como estratégia para a sua manutenção . Destacam-se os estudos de Garcia (1983,1989), Magalhães (2000) e outros.

Trata especificamente da trajetória dos trabalhadores que migraram para o sul e lá se tornaram assalariados.

Futuramente, de volta à sua unidade de produção, este campesinato investe seus ganhos na melhoria de sua lavoura ou na aquisição de novas terras, diferenciando-se dos trabalhadores que permaneceram na terra e lá combinaram a produção agrícola doméstica ao trabalho alugado ou às diárias, como forma de melhoria e garantia da sua sobrevivência.

Através destas situações típicas, o autor observa que esta diferenciação não significa, necessariamente, transformação do trabalhador, quer seja daquele de retorno do sul, ou daquele que permaneceu na sua unidade de produção em um novo sujeito na estratificação social. O que poderia ser analisado apressadamente como excludente foi visto aqui como uma combinação que garantiu o equilíbrio e a reprodução social deste campesinato¹³³. Nas palavras do autor,

“(...) Tomar a presença crescente de trabalhadores pagos em dinheiro na diária ou por tarefa realizada em todos os tipos de explorações agrícolas, por desenvolvimento capitalista, não especifica nada, não proporciona o conhecimento das determinações desse processo”. (Garcia, 1989: 267)

Tanto as diárias quanto o trabalho alugado, práticas recorrentes na região por ele estudada, representam as atividades que combinadas com a produção doméstica garantem a reprodução satisfatória deste grupo social, sem transformar a força de trabalho em mercadoria,¹³⁴ uma vez que,

“O alugado no norte está sempre articulado com a produção agrícola própria, não só para o auto consumo como também para a venda. Tentar reproduzir a situação de produtor agrícola é condição *sine qua non* para permitir a reprodução da unidade doméstica mesmo dos que vivem do alugado, pois esta forma não garante a subsistência doméstica o ano todo”. (idem, 269)

¹³³ Ver Woortmann (1985: 25).

¹³⁴ Uma vez que, na área estudada, as condições para que isto se realize não se efetivam plenamente quer seja por que “o vendedor da força de trabalho seja livre de sua pessoa, juridicamente igual ao capitalista que a adquire” e/ou “o detentor da força de trabalho não possa vender o produto de seu trabalho, mas se veja forçado a vender a sua força de trabalho” (Garcia, 1989:267-268).

Já com relação à acumulação oriunda dos salários dos membros da família no sul, salienta o autor,

“(...) O deslocamento para o sul proporciona então condições de vida e de trabalho opostas ao Norte, às custas de um aumento da auto exploração do esforço dos membros da unidade domestica consegue-se acumular recursos para reproduzir ou conseguir a condição de liberto no norte”. (ibidem, 270)

Observa-se claramente no texto que entre estes sujeitos a diferenciação é inegável. Contudo, isto não significa dizer que este processo desemboque em produção capitalista. Pelo contrário, observa-se que a acumulação dos agricultores é exatamente a referência constante à auto-exploração do trabalho doméstico, confrontada com o consumo socialmente necessário, que direcionam e conduzem as estratégias de sobrevivência e de reprodução destes sujeitos. Tanto a combinação entre alugado e produção doméstica, quanto o acúmulo de salário no Sul por membros da família para investirem na produção familiar colocam-se como estratégia de reprodução camponesa, e não como parte do processo de desintegração deste grupo social como querem pensar determinados teóricos.

Em “Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores”, Garcia (1983) estuda o trabalho familiar realizado por pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira de Pernambuco. Seu maior interesse é entender a estrutura interna do funcionamento e do movimento da economia do pequeno produtor. Aqui o tema da diferenciação social novamente é abordado, tratado não como elemento de desagregação do campesinato, mas como relações sociais constitutivas da própria classe¹³⁵.

Com a expansão da criação de gado nessa região e o aumento da área para a formação do pasto, as terras que antes eram dispensadas para o roçado dos pequenos produtores passam a concorrer com a pastagem, dificultando sobremaneira o desenvolvimento do trabalho familiar. O ciclo

¹³⁵ Contudo, defende o autor, no entendimento deste processo é fundamental “o conhecimento das diferentes formas de dominação a que está submetido”. No caso dos trabalhadores analisados por Garcia, as formas de dominação não estariam concentradas num único grupo social dominante, mas “dispersas pelas diferentes situações de trabalho” em que se encontram. Já o trabalhador marginal a *Plantation* escaparia da dominação total e personalizada, mas sua autonomia esbarraria numa “dominação dispersa nas mais variadas atividades das quais sobrevive”(Garcia, 1989:234).

roçado/mato/roçado/mato é alterado profundamente, subvertendo o papel que a criação ocupava na lógica dos pequenos produtores, antes subordinada e complementar ao roçado, agora a negação do roçado. Isto, por sua vez, conduziria a unidade doméstica à “precisão constante, edificando as bases para uma “desacumulação camponesa” (Garcia, 1989:220).

Neste contexto de terra escassa, cansada, mais distantes de casa, menos férteis, preço mais alto pela área arrendada, os trabalhadores já não conseguem suprir as necessidades familiares apenas com o produto do roçado, tendo que fazer uso de outras atividades como o negócio e o alugado. Além disso, os primogênitos ao contraírem matrimônio, devem buscar outras formas de obter a sua subsistência, muitas vezes transformando-se em não camponeses.

Para o autor,

“Todas estas formas postas em prática pelos pequenos produtores para lutar contra o processo de expropriação de que são objetos acentua que este processo está longe de ser linear e implicar numa liquidação da pequena produção na área. Fica claro, no entanto, que a diminuição das terras de trabalho implica na deteriorização das condições de existência dos pequenos produtores como um todo, e que boa parte dos pequenos produtores dessa área esteja forçada a buscar novas formas de vida. O que precisa ser ressaltado é que a terra própria, mesmo diminuta em tamanho, cumpre um papel fundamental neste processo, e desfazer-se dela está longe de ser a melhor alternativa e mesmo a alternativa dominante” (Garcia, 1989: 226).

O trabalho de Garcia apresenta-se como um exercício de relativização da utilização do trabalho pago nas propriedades camponesas (assalariamento temporário), na medida em que demonstra sua importância para a reprodução da mesma. Demarca-se, nesta reflexão, a ambigüidade que o negócio ou o alugado podem suscitar nas propriedades camponesas nordestinas, negando, por sua vez, uma única direção para este processo. Isto se dá pela desintegração desses trabalhadores e a sua conseqüente diluição na estratificação social.

Seu grande mérito, a meu ver, está exatamente na negação de um esquema classificatório, apontando estes trabalhadores pela sua maior ou menor inserção na economia de mercado. Além disso, sua atenção às regras

de parentesco e organização familiar do trabalho nos permite enxergar, nestas relações sociais, questões para além do processo econômico-produtivo e parte da reprodução social destes sujeitos.

No Estado do Pará, são poucos, mas significativos os trabalhos acerca desta temática. Jacky Picard (1994) se debruça sobre este tema ao estudar os camponeses do Projeto de Assentamento Rio Vermelho (antigo castanhal desapropriado pelo MIRAD em 1988)¹³⁶, localizado a 70 Km, sul de Marabá. De imediato, o autor observa que as diferentes formas (ocupação dirigida, oficial, como nos pics, ao longo da Transamazônica e ocupações espontâneas, como no caso da PA 150, entre Marabá e Eldorado) e momentos de ocupação das colônias agrícolas na região teriam papel fundamental no processo de diferenciação interna entre os camponeses locais.

Picard constatou, por exemplo, que nas ocupações ao longo da rodovia transamazônica “entre o fundo do travessão e a beira da estrada, as diferenças de êxito são importantes mais graduais”(280), pouco semelhante à “oposição radical, particularmente visível na região de Marabá”. Verificou também que, tanto o mundo dos fazendeiros instalados sob a tutela do estado e beneficiados pelos incentivos fiscais, quanto o mundo dos posseiros, também, instalados nos antigos castanhais, na maioria das vezes através de ações conflituosas, é menos homogêneo do que parece a primeira vista.

Neste estudo¹³⁷, Picard (1994:279), objetiva verificar quais os liames de sujeição dos agricultores com relação aos “comerciantes da roça”, uma vez que, “o isolamento geográfico das terras ocupadas e da ausência de capital da maioria dos posseiros constitui-se condições favoráveis ao surgimento no meio deles de uma categoria de comerciantes”. Estes por sua vez, demarcariam o perfil da diferenciação interna no assentamento.

Para o autor,

¹³⁶ "Em 1988, o Ministério de Reforma Agrária e do Desenvolvimento (MIRAD) adquiriu 61 castanhais (235 011 há no total), na área conhecida como polígono dos castanhais, a fim de assentar agricultores sem terra". Destes, 42 deles já eram ocupados por posseiros, restando apenas 19 castanhais, correspondendo a uma área de aproximadamente 70 a 75.000 há. São cerca de 1500 famílias que se instalaram, nos castanhais restantes, "castanhais nativos, preservados, sem ocupação camponesa ou com reduzida ocupação" PICARD(1994:279).

¹³⁷ Parte dos 19 castanhais ocupados em 1988.

“As categorias de posseiros, pequenos colonos, ou agricultura familiar, cobrem uma realidade menos homogênea que o uso delas pode supor. Se no caso estudado, a presença desde o princípio da ocupação, de comerciantes ou de agricultores mais capitalizados, contribua para acelerar a diferenciação sócio-econômica entre estes simples produtores, em quase todas as colônias agrícolas incluindo aquelas onde os sindicalistas conseguiram impedir o acesso a terra de colonos mais capitalizados, pequenos comerciantes surgem do meio dos agricultores” (Picard, 1994: 284).

Neste texto, o principal esforço do autor está em apontar os condicionantes dessa relação e pergunta-se: por que mesmo depois de alguns colonos constituírem suas próprias reservas continuam comprometendo partes significativas das suas colheitas junto ao comerciante da roça? Para ele, trata-se de relações “cativas e paternalistas” construídas em decorrências das circunstâncias nas quais se inscreve o processo de ocupação de terra na região.

Picard refere-se a estas áreas como “Ilhas de isolamento”, distribuídas por entre as fazendas, sob a acentuada impressão de se estar “fora do mundo”, “esquecido”, oferecendo apenas um “modelo de êxito social único encarnado pelo fazendeiro”. Lá, tanto os comerciantes, quanto os colonos estariam cativos. Porém, esta relação estaria articulada através de dois tipos de transações idênticas (mercantis), mas de naturezas fundamentalmente diferentes: “de um lado transações cativas, submetidas às relações de mercado nacional internacional. De outro, o valor dos produtos trocados determinado por uma das partes: o comerciante paternalista” (1994:293).

De acordo com o autor, a diferenciação sócio-econômica dos colonos no P.A., Rio Vermelho/PA, constitui-se sob um modo de exploração original, diferente do capitalismo, mas a ele articulado. A ausência do Estado (inexistência de equipamentos de saúde, educação), bem como as condições de isolamento, permitiriam, nas áreas de colonização mais recentes, condições favoráveis para a reprodução do modo de exploração paternalista¹³⁸.

Para Picard, (1994: 290)

¹³⁸ A ocupação de terras no SE do PA, por habitantes da periferia das cidades, fez-se sem a menor garantia social, ou seja, acesso aos serviços públicos emergenciais (saúde e educação). “Nessas ilhas de povoamento, isoladas, relações de dependência paternalistas estabelecem-se entre os mais desprovidos e os que dispõem de um pequeno capital ou de um meio de transporte” (Hébette, 2002: 298).

“Os comerciantes dispõem de uma relação de força favorável construída no isolamento da colônia, e que se traduzia pela obrigação, de fato, de pagar suas dívidas em espécie e no momento da colheita, relação de força que lhes permitia capturar uma certa quantidade de arroz e isto a preços abaixo daqueles vigentes em Marabá ou mesmo abaixo dos oferecidos pelos atravessadores, os quais não moravam na colônia”.

Nessa relação, o freguês teria que merecer o favor pelo “comportamento digno das esperanças do seu protetor”, ao mesmo tempo em que “o comerciante tem que lhe trazer socorro em caso de necessidade”. De outro modo, ele apareceria como “mau patrão” (1994:291, grifo nosso). Neste sentido, todos são agricultores, alguns mais “fortes” e outros mais “fracos”. Não raramente, o lucro do comerciante e o adiantamento de mercadorias eram considerados pelo colono como ajuda, assim como fazer parte do círculo de amizade do comerciante representa um diferencial, status, dentro do assentamento.

Pude observar nos assentamentos estudados que apesar da presença marcante do fazendeiro, na maioria das vezes, comerciante dentro do assentamento, não se fazia referência paternalista a ele. Estava claramente colocado nas relações entre os assentados e o fazendeiro papéis típicos da sociedade capitalista. Os fazendeiros que dispunham de mercadorias para vender e os assentados consumidores.

“Se a gente não tiver como pagar a gente não vai até a cidade, aqui e dinheiro na mão, se não for ele não vai dizer deixa pra pagar depois. Quando é o carro da associação tudo bem a gente se arranja, mas quando não tem conversa. É por isso que temo que nos manter firme organizado. Aqui ninguém vai ajudar nós pequeno. Grande só se alia com grande e pequeno tem que se alia com pequeno” (Manoel. C.O. Assentamento Ubá, julho de 2005).

Mais recentemente, no texto “Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica”, Jean Hébert *et alii* (2002) estuda o papel desempenhado pela vizinhança e a organização profissional camponesa na reprodução social destes sujeitos. A interrogação central desta análise está em entender a importância da simbiose entre estrutura familiar e de vilarejo na reprodução sócio-territorial destes camponeses. Pergunta-se, então, ao autor, de que modo migrantes oriundos de lugares e trajetórias de vida tão diversas podem (re)construir, em lugares distantes e diferentes, “raízes

culturais, solidariedades familiares e de vizinhança” essenciais para sua reprodução social? (Hébette (2002: 181).

Aqui, o tema da diferenciação social não é elemento central, porém aparece de forma transversal, apontando que as relações construídas a partir da interação destas estruturas geram poder, prestígio e mesmo vantagens econômicas para determinados integrantes do grupo.

“Muito freqüentemente, o apoio da família não somente leva um de seus membros à direção sindical, mas sobretudo lhe dá condições de trabalho e de prestígio, assumindo, em sua ausência, as tarefas que lhe caberiam no estabelecimento familiar; algumas vezes criando para ele uma minicorte, elemento importante para o seu sucesso”. (Hébette, 2002: 198)

Outrossim, a comunidade familiar e a comunidade de vizinhança estariam presentes “em praticamente todas as dimensões e em todos os níveis de vida da organização rural”, (Hébette, 2002: 198) desde a cultura até a ação política propriamente dita, a estrutura fundiária local. É exatamente na comunidade familiar que se constroem os conflitos e as competições, porém não necessariamente prejudiciais no plano social, “pois eles favorecem as alternâncias de lideranças e rompem as continuidades esterelizantes de comando”, (idem). O sindicato é peça chave deste processo, complementa a ação aglutinadora da família e da vizinhança.

Os dados de Picard e Hébette apontam para a permanência do campesinato na região Sudeste do Pará sem, contudo, negar a diferenciação social. Porém, o primeiro limita-se a uma abordagem econômica, enquanto que o segundo, aproximando-se de Neves (1985), parte de outros elementos para compreender este processo. As estruturas de vizinhança e organização profissional – sindicatos, estudados por Hébette, apontaram que os condicionantes da diferenciação sócio-econômica na região, não passam, necessariamente, pela reflexão única e exclusiva do processo produtivo, mas pelas principais artérias que compõem este modo de vida: relação de vizinhança/sociabilidade, a produção camponesa/trabalho e organização

política. O prestígio político pode ser peça fundamental para as associações e dissociações cotidianas dentro destas comunidades¹³⁹.

Gerard Roy (2002), em seu artigo “Agricultura familiar nas frentes de colonização da Transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicas”, analisa um estudo realizado por pesquisadores agrônomos (LASAT/EMBRAPA) acerca da viabilidade dos projetos agrícolas desenvolvidos nas frentes de colonização. Ainda que de forma tangencial, o autor apresenta o tema da diferenciação social sob a crítica dirigida àqueles pesquisadores que apresentam, de forma valorativa, as razões dessa diferenciação. Para estes pesquisadores, a diferença entre um produtor e outro, entendido meramente como “fracasso” ou “sucesso” econômico, é medida pela aproximação ou distanciamento de uma produção intensiva ou extensiva. Para O LASAT¹⁴⁰, os mais sucedidos são denominados de “criadores dinâmicos ou mutantes potenciais.” Já à EMBRAPA¹⁴¹ os designam de “Ilhas de Eficiência”.

Nestas análises, a diferenciação sócio-econômica é entendida,

“Independentemente da diversidade de uso do solo e dos sistemas de produção, a diferença entre os agricultores se evidencia em razão da maior ou menor capitalização da exploração agrícola praticada, do maior ou menor nível de conhecimento dos agricultores e de sua maior ou menor disponibilidade de bens indicadores de bem-estar e ou/ nível de vida” (ROY, 2002: 303).

Sobre esta concepção, Roy centra sua crítica,

“Uma análise que reconhece a existência de uma diferenciação entre esses produtores, mas os situa, uns em relação aos outros, em um *continuum* homogêneo, de tal modo que a diferença entre eles permanece sempre quantitativa e nunca qualitativa entre o produtor extensivo e o intensivo há simplesmente uma diferença de grau” (2002: 303).

¹³⁹ Utilizo o termo comunidade no seu sentido mais geral, tal como o propõe Tönnies (1995: 231-252), enquanto núcleo relações marcado pelo consenso, pela consangüinidade e por sentimentos recíprocos, comuns e associados.

¹⁴⁰ Os estudo do Lasat (Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins) na região de Marabá constata que a situação dos agricultores familiares presentes no interior das coletividades locais “estão presos em um movimento de reprodução familiar e de acumulação que se acompanha, em um tempo mais ou menos longo, do esgotamento da matéria-prima – a terra na sua substância floresta e pastagem”. (...) Nestas bases estabelece uma tipologia que estabelece um indicador da intensidade do desmatamento que distingue 3 momentos: floresta-roça, floresta-roça-pastagem e simplesmente pastagem (ROY, 300)

¹⁴¹ Seu campo de investigação centra-se na caracterização dos produtores conforme determinados indicadores de progresso e bem estar.

Evidencia-se o caráter classificatório desta análise, bem como o pressuposto de que estes agricultores compartilham “de um mesmo universo mercantil capitalista”, ou seja, “uma relação com o mundo material mediada pelo valor de troca¹⁴²”. Elementos como experiências, trajetórias de vida, origem do migrante são suprimidos face à opção pela caracterização dos produtores conforme determinados indicadores homogeneizantes de bem estar e progresso. Neste sentido, pergunta-se o autor, haveria homogeneidade entre os agricultores com relação a sua atividade de produção e com seu produto? (Roy, 2002: 318).

Através do estudo de dois camponeses, Alair e Zé Mimo, Roy constrói suas reflexões e formula suas críticas ao modelo analítico daqueles pesquisadores. Tanto “Alair, empresário familiar”, quanto “Zé Mimo, agricultor de auto reprodução familiar em relação ao mercado”, apresentam-se na classificação dos agrônomos como agricultores familiares bem sucedidos, porém com perspectivas de vida diferentes, não podendo situá-los numa mesma escala de valores.

Alair, originário do Sul, faria suas escolhas de acordo com “cálculos de rentabilidade comparada de diversos investimentos”, baseado numa “gestão capitalista do dinheiro”. Assim, investe na pastagem “sem passar pela etapa da roça”, ao mesmo tempo em que, “avalia que é mais vantajoso criar vacas leiteiras do que gado de corte” verifica a diferença de raças e calcula a vantagem de produzir a sua própria ração. A família, por sua vez, pertenceria à esfera do privado, impedida de interferir nos rumos do seu empreendimento econômico (Roy, 2002:311).

Já Zé Mimo, originário do Nordeste, orientaria sua produção para reprodução familiar. Assim, “todo trabalho é para realização do projeto da família”, faz a roça e forma o pasto lançando mão do trabalho familiar, “economiza a terra (a mata) para assegurar o sustento da família”, “Não permite que os filhos trabalhem fora”, junta as economias com a venda de uns bezerros e “dá um grande passo comprando um lote de 10 alqueires de mata

¹⁴² A partir desta concepção resultariam as políticas de intervenção para os intensivos, construída sobre o argumento da elevação da renda bruta, ou do produto bruto, pela mera combinação de dinheiro e tecnologia.

para um filho casado e um de cinco para o genro e a filha que moravam com ele” (2002:315).

Seu contato com o mercado é para adquirir o estrito necessário para a sobrevivência da família, garantindo o que não consegue produzir no próprio lote. Desta forma, o dinheiro adquirido é utilizado em parte para a garantia das despesas domésticas, rancho (roupas, alimentos, instrumentos de trabalho e etc.), enquanto, outra parte destina-se aos gastos com a produção, sementes e arames. De fato, a parte maior é destinada para a compra do gado, “planejado como reserva para as eventuais necessidades da família”, bem como “garantia de suas necessidades de consumo na velhice, como uma espécie de aposentadoria” (Roy, 2002: 316).

Para o autor, a trajetória de Alair,

“(…) Permite ver claramente que sua produção é mediada pelo valor de troca e que os seus produtos são intercambiáveis, em razão da sua equivalência com um valor comum, o dinheiro ou o valor de troca” (idem, 2002: 311)

Enquanto que Zé Mimo apresentaria uma maneira de produzir baseada essencialmente,

“ (...) Na fertilidade natural da terra existente como natureza-floresta e na força física do trabalho familiar em cooperação: os investimentos em bens produtivos e em instrumento de trabalho são reduzidos ao mínimo e as despesas em dinheiro, quando ocorrem são feitas para acompanhar o trabalho da natureza física e humana. Esse agricultor-criador reúne bens que tem valor no mercado, mas o resultado de sua venda não retorna à produção: ele é destinado a compra da casa da família, a compra de terra para os filhos e, mais a longo prazo, à segurança da velhice do agricultor” (ibidem, 2002: 317).

Para Roy, Alair e Zé Mimo apresentam uma diferença com relação à atividade de produção e aos seus produtos que corresponde à “histórias familiares diversas, vividas em meios econômicos e sociais também diversos”, por isso que, colocados na mesma frente de colonização agiriam de formas diferentes. De um lado, existem produtores do tipo de Alair, “pessoa jurídica, indivíduo determinado pela troca, igual e livre, artífice das organizações democráticas”. De outro, há o Zé Mimo, “pessoa viva (não jurídica), matriz das relações paternalistas e clientelistas” (2002: 325).

Observamos que Roy expõe Alair como negociador “astuto” na lida com as regras de mercado, a ponto de apresentá-lo como um “empresário familiar”. Ao mesmo tempo, Zé Mimo é apresentado como alguém cujo objetivo é permanecer na vida camponesa e proporcionar a cada um de seus filhos as condições de fazê-los, relacionando-se com o mercado no limite das circunstâncias.

Ao centrar sua análise no processo de acumulação material destes camponeses, Roy estabelece a economia como artéria central de sua reflexão, situando-os nas diferentes escalas de relação com o mercado, embora se proponha pensá-los para além dos dados quantitativos. Em certo momento de sua reflexão sinaliza para o destino trágico de Zé Mimo, mediante a perda da terra, apontando que no limite da comparação entre estes dois agricultores, “Alair representa uma minoria que avança conquistando terras, enquanto Zé Mimo representa uma minoria ameaçada de exclusão dessas mesmas terras” (Roy, 2002: 324).

Sua principal crítica direcionada aos pesquisadores agrônomos (que acomodam os agricultores num mesmo projeto de desenvolvimento), ganharia maior força explicativa se sua reflexão aproveitasse outros dados, *abundantemente presentes em seu texto*¹⁴³, e não mantivesse o processo produtivo como elemento condicionante para se pensar a diferenciação sócio-econômica. Nesses termos, Roy não conseguiu escapar da armadilha da classificação economicista, reafirmando a posição hierárquica ocupada por estes agricultores na escala de desenvolvimento proposto pela sociedade de mercado.

Na Geografia¹⁴⁴, a introdução do tema diferenciação social, aparece com a incorporação definitiva da vertente social, principalmente ligada ao debate em

¹⁴³ Ao mesmo tempo em que o autor centraliza sua atenção as relações mercantis desenvolvidas por Alair, deixa escapar outros elementos que confere uma relação de vizinhança, aguçada no assentamento. Isto fica evidente nas seguintes passagens “(...) começa a recolher e transportar para Marabá, o leite dos pequenos produtores vizinhos(...)”. “(...) Participa do projeto com mais 25 famílias”. Enfim, vê na terra a possibilidade de deixar uma condição para os filhos. (2002: 310)

¹⁴⁴ Porém, vale ressaltar que as primeiras contribuições geográficas sobre agricultura estão, principalmente, nos trabalhos escritos por geógrafos franceses, preocupados em estudar a atividade agrícola presente na paisagem e distribuídas distintamente pela superfície da terra em razão dos condicionantes naturais, dos sistemas econômicos (sistemas de cultivo) e da população (hábitat, modo de vida). Até meados do século XX, os trabalhos geográficos sobre a

torno da modernização da agricultura. Aqui, reafirmou-se a tese clássica de desaparecimento do campesinato em decorrência da penetração do capitalismo no campo. A agricultura moderna, mecanizada, encarregar-se-ia de varrer do campo formas tradicionais de relações com a terra.

As reflexões que marcam os estudos da agricultura, nesse período, passam pelas novas formas de relações de trabalho, novas formas de produzir ligadas à lógica do sistema capitalista de mercado, numa relação dual entre agricultura versus indústria. Ganham espaço os estudos da agricultura no contexto da estrutura espacial brasileira e grande parte dos ramos de conhecimento, no país, voltam-se à temática da “modernização da agricultura”. As discussões se limitaram a “medir o processo de difusão das inovações no campo, buscando a medida quantitativa da modernização e definindo os fatores que contribuíram na sua adoção” (Ferreira, 2002: 275), principalmente as de ordem espacial, ligadas à localização das propriedades em relação aos centros urbanos. Outro enfoque “discutiu a modernização como consequência da expansão do sistema capitalista no campo, dando ênfase às questões econômicas e sociais”, centrado basicamente em temas como “êxodo rural”, “a questão da terra” (idem).

“(…) O desenvolvimento tecnológico, os conflitos sociais, a degradação social, as relações de trabalho no campo, a dualidade entre pequena e grande produção, a relação agricultura/indústria, o uso da terra em diferentes áreas, entre outros, direcionaram as reflexões em torno do processo”(2002: 209).

O conjunto das interpretações deste processo se explicita na Geografia através de três correntes teóricas. A teoria clássica aponta para o processo de generalização das relações de produção, especificamente capitalistas no interior da produção agrícola, materializada através da “destruição dos

agricultura podem ser enquadrados em 3 categorias de análise: “estudos econômicos, referentes à avaliação da produção e comercialização de produtos agrícolas, examinados nas formas de dados estatísticos; estudos ecológicos físicos, nos quais há condicionantes físicos: forma de terreno, clima, tipos de solo (...); estudos sobre as formas espaciais da agricultura, ou melhor, da paisagem, como resultado da ação humana”. Na passagem da década de 60 para a década de 70 (Ferreira: 237). Predomina a Geografia quantitativa, baseada no exercício e aplicação de técnica, porém começa a aparecer na década de 70, “preocupações motivadas pelas transformações que ocorriam na agricultura” naquele momento, visto como empreendimento econômico *stricto sensu*”. (Ferreira, 2002: 35).

camponeses” e da “modernização do latifúndio”. Aqui, o processo de diferenciação interna gerado pelas contradições típicas do processo de integração ao mercado capitalista, encarregar-se-ia de uma suposta reorganização social.

Esta, por sua vez, estaria baseada em duas classes sociais: os camponeses empobrecidos, em vias de proletarização e os camponeses abastados prestes a se tornarem capitalistas rurais. Além disso, apontam como inevitável a transformação do latifúndio em empresas capitalistas, e a extinção de toda e qualquer persistência de relações não capitalistas de produção no campo.

Outra corrente geográfica parte do princípio de que há uma penetração do capitalismo no campo e aponta que este processo geraria uma contínua separação na produção camponesa, o que se evidenciaria em três etapas:

“A primeira seria dada pela separação do camponês dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais (...) Estaria destruída a economia natural e o produtor tornar-se-ia produtor individual; a segunda etapa seria gerada pela introdução da economia de mercado e (...) A separação entre indústria rural e agricultura; e a terceira, seria dada pela separação do pequeno produtor mercantil, com sua conseqüente proletarização” (Oliveira, 1991: 45).

Nota-se que, tanto na primeira interpretação apresentada do campesinato, quanto na segunda, o avanço do capitalismo sobre o campo produziria o fatídico destino trágico destes sujeitos, seja porque se tornaram capitalistas rurais, seja em virtude de seu empobrecimento crescente e sua conseqüente proletarização. Porém, essa generalização progressiva do capitalismo na agricultura, apontada nestas interpretações, difere em seus fins.

Para os autores orientados pela teoria clássica, a persistência das relações não capitalistas de produção é entendida como resíduo em via de extinção e parte do avanço qualitativo do desenvolvimento das forças produtivas. Já a segunda defende que “uma reforma profunda das estruturas agrárias, principalmente por meio da divisão de terras, provocaria transformações que possibilitariam, através da luta camponesa democrática, a substituição do latifúndio pela propriedade camponesa ou capitalista (Oliveira, 1991:8-9). Neste processo, a manutenção da propriedade camponesa

apresenta existência incerta, diferindo da primeira, na qual o desaparecimento do campesinato seria inevitável.

Por fim, destaca-se a corrente teórica que procura entender o processo de transformação da agricultura sob ótica da expansão do capitalismo no campo. Estes autores entendem que as relações de produção não capitalistas resultam do processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Neste sentido, buscam explicações para a permanência e o aumento do campesinato na agricultura, cientes de que o próprio capital cria e recria relações não capitalistas de produção. Nas palavras de Martins, “O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão” (1981: 15-16).

Em conformidade com Martins, Oliveira (1991:11) afirma,

“É o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste, como querem as duas correntes anteriores”.

Sob a ótica da expansão do capitalismo no campo, a preocupação era entender a diversidade de feições que esse grupo adquiria ao longo desse processo e não apenas a constatação de evidências da diferenciação e sua posterior redefinição. Este entendimento deve-se à clareza de que o capitalismo se reproduz constantemente e, ao se reproduzir, reproduz também o processo de produção do capital. Assim, “não só redefine antigas relações subordinando-as à reprodução do capital”, como também “engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (Martins, 1996: 19).

Dessa forma, explica-se, não só a persistência, mas a reprodução do campesinato no seio da sociedade capitalista. Trata-se de uma exploração indireta, nem ligada a salário nem tão pouco à extração de mais valia. O que ocorre é a sujeição da renda da terra ao capital, através da transferência de produtos produzidos pelo camponês a preços inferiores ao gasto que ele teve na sua produção¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Ver Oliveira (1991).

Nesta linha, multiplicaram-se estudos preocupados em entender a criação e a recriação do campesinato no seio do desenvolvimento da sociedade capitalista. Na Universidade de São Paulo, destacam-se os estudos realizados por Martins (1981, 1986, 1989, 1996), Moura (1986) Oliveira (1981, 1982, 1986, 1988, 1991) e as teses orientadas por eles¹⁴⁶. Estes, por sua vez, afirmam que entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, o que só é possível articulado com relações sociais não capitalistas.

“Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais” (Oliveira, 1991: 11).

E continua,

“Portanto, a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil” (Oliveira, 2004:35)

Como instrumento analítico estes autores apontam que a possibilidade de entendimento das “desiguais formações territoriais e das regiões como totalidades concretas” só é possível a partir do princípio contraditório de que, ao mesmo tempo em que o capital se mundializou, mundializando o território capitalista, a terra se nacionalizou. Ou seja, através da compreensão da “espacialização contraditória do capital (produção / reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária”. (Oliveira, 2004:41). Assim, pode-se dizer que o campo estaria marcado pela territorialização do capital, bem como pelo monopólio capitalista do território.

Quando o capital se territorializa ocorre a territorialização monopolista do capital na agricultura que se caracteriza pela eliminação do camponês do campo, migrando para a cidade. “Neste caso a lógica especificamente

¹⁴⁶ Destacam-se aqui os trabalhos de Simonetti (2000), Marques (2001), Fernandes (1999, 2001) e muitos outros.

capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude”. Já no processo em que o capital monopoliza o território, “o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar”. (Oliveira,2004:42)

Sob esta orientação teórica, na década de 90, ganha espaço a discussão em torno das políticas públicas de assentamento, envolvendo a Reforma Agrária e, com isso, a busca da explicação para a manutenção do campesinato no seio da sociedade capitalista. Em outras palavras, “(...) A preocupação foi explicar a manutenção de grupos teoricamente fadados ao desaparecimento” (Ferreira, 2002: 307). Justifica-se assim, o grande interesse pela unidade de produção familiar, não como organizadora do espaço produtivo, mas como categoria social que engendrou formas de driblar o modelo capitalista. Estes estudiosos, adeptos do conceito de agricultura camponesa, seriam os principais interlocutores de um debate emergente na geografia agrária da década de 90: agricultura camponesa *versus* agricultura familiar.

Com os teóricos da agricultura familiar, a temática da diferenciação sócio-econômica ganha força sem, contudo, apresentar-se como questão desta abordagem. Evidencia-se aqui a oposição entre uma agricultura em integração ao mercado *versus* a agricultura de “subsistência”. No novo mundo rural¹⁴⁷, os problemas relacionados à questão da terra serão resolvidos pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, transformando gradualmente o camponês em agricultor familiar. Ou seja, nesse processo extraordinário, os trabalhadores sem terra metamorfoseiam-se em agricultores familiares, prontos para o mercado, em vias de se tornarem prósperos capitalistas. Além do que, transfere-se a questão agrária do espaço da questão política para “espaço do negócio político e econômico” (Cf. Fernandes, 2001).

¹⁴⁷ No novo mundo rural “ transfere-se a questão agrária do espaço das negociações políticas para o espaço do negócio político-econômico; ocupa o território do assentamento produzindo a idéia de empreendimento, desenvolve uma parcíssima linha de crédito, que intensifica a diferenciação social e acirra as desigualdades” (Fernandes, 2003: 13). Neste novo espaço, “ (...) a agricultura camponesa é metamorfoseada em a agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é coisa natural, na integração ao capital e ao mercado” (idem).

Dentro desta concepção, os elementos que se encarregariam de distanciar o agricultor familiar do camponês seriam: o processo gradual de integração daquele ao mercado, bem como o papel determinante do estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias (Cf.Lamarche (1993);Veiga,1991; Abramovay, 1992).

Neste processo, nega-se a condição primeira da produção camponesa que tem como limite a sobrevivência, e propõe-se sua substituição pela lógica da acumulação capitalista, tendo como limite o aumento da renda. De um lado, apresenta-se uma agricultura camponesa descapitalizada, com uma produção orientada pela subsistência e oriunda dos movimentos sociais. De outro, a agricultura familiar capitalizada apresentando uma outra dinâmica, produzindo com e para o mercado, envolta nas preocupações ambientais e dependentes do Estado.

Ainda nesta perspectiva de transformação do camponês em agricultor familiar, Lamarche (1993) afirma que o projeto de vida do produtor familiar seria um complemento do projeto da sociedade para os agricultores, tendo os diferentes graus de interação com o mercado como principal referência de transformação do camponês em agricultor familiar. Já o camponês imerso, supostamente, em uma agricultura de subsistência, seria facilmente eliminado sob a lógica da diferenciação social.

Para esta corrente teórica, o que está posto é o processo de diferenciação social condicionado pelo grau de inserção do trabalhador no mercado. Dentro desta perspectiva não há saída para o camponês: ou ele se transforma em agricultor familiar e se integra ao mercado ou se mantém como ele é e desaparece¹⁴⁸. Desse modo, a explicação da eliminação do campesinato sob a lógica da diferenciação social, na agricultura familiar, remete-nos, automaticamente, ao fim da questão agrária, ao fim dos conflitos sociais no campo, o camponês se tornou próspero capitalista. Assim, nega-se a importância da luta política do camponês alienando a persistência do trabalho familiar a sua inserção no mercado.

Fernandes (2001: 29) comenta,

¹⁴⁸ Ver Lamarche,1993.

“O mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses: posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários estão inseridos no mercado”.

Sabemos que, historicamente, o camponês esteve, de uma forma ou de outra, atrelado ao mercado, sendo, portanto impossível pensá-lo fora das relações típicas da sociedade capitalista. Contudo, vale destacar que esta relação não condiciona a sua organização. Isto fica claro, por exemplo, quando o camponês subverte a lógica capitalista, dando um outro sentido às atividades propostas, nos projetos de financiamento. Tais projetos se constituem sob a expectativa do aumento da renda do camponês, assim como a atuação da assistência técnica. A forma particular do assentado utilizar estes recursos de imediato já os remete para uma ótica que os diferenciam enquanto fracassados ou trabalhadores de sucesso¹⁴⁹.

“Vou entrar no projeto, quero trabalhar com a plantação de banana. Vou pegar um projeto (financiamento), em meu nome, mas vai trabalhar eu mais meus dois filho (casado) que vive no lote. Se a produção for boa, vamo tentar vender na feira de Parauapebas, se não a gente vende um pouco na beira da estrada, só pra comprar umas coisinhas. Queria entrar no projeto pra gado, mas peguei duas cabeças de meia. Vamo tentar negociar uma vaca pra gente ter leite pras crianças” (José Alcides, Assentamento Rio Branco, Julho de 2005).

“Tudo que nós produzimo é pro nosso consumo e um pouco que a gente leva pra cidade, mas já produzimo o bastante. Podia melhorar se a gente tivesse um a estrada melhor, pra levar a produção . Se melhorar eu quero comprar um pedaço de terra pro meu caçula que a terra já é pequena pra família que é grande. Ele já andou aí no movimento, vamo vê. Enquanto não tem outro jeito a gente continuar lutando aqui dentro e já tá muito bom, com saúde, tá tudo bom, porque assim a gente pode trabalhar”(Manoel de Jesus, Assentamento Ubá, Julho de 2005)

Observa-se que seu José faz referência aos projetos financiados pelo banco, a partir da perspectiva da garantia da necessidade. Por isso, o financiamento que pode parecer, aos olhos do capitalista da terra de valor insignificante, apresenta-se fundamental para a garantia da sobrevivência, não só da família nuclear como da família extensa, como exposto por seu José. Além disso, a organização da produção, destes sujeitos, não se limita à atividade ligada aos projetos de financiamentos, mas a uma diversidade de

¹⁴⁹ Sobre esta relação ver ROY (2002).

atividades que se associam e se complementam, tais como, criação de animais, cultivo de árvores frutíferas e outras.

Neste mesmo sentido, seu Manoel apresenta a necessidade de produzir mais, não para acumular, mas para juntar dinheiro e quem sabe comprar um pedaço de terra para que um de seus filhos possa continuar a se reproduzir enquanto camponês. Assim, o aumento da produção apresenta-se como mais uma estratégia de reprodução deste camponês em oposição à acumulação na perspectiva capitalista.

De modo geral, observa-se que as reflexões sobre o campesinato, feitas à luz da diferenciação social, privilegiaram única e exclusivamente a racionalidade econômica e, por isso limitaram-se ora ao estudo do processo de desintegração deste grupo social através da sua completa integração ao mercado, ora detiveram-se em refletir sobre a sua (camponeses) integração parcial ao mercado capitalista. Isto mesmo para justificar sua existência, apontando-o como sujeito de dentro do modelo de produção capitalista e não de fora.

Indiscutivelmente, esta temática na Geografia teve maior atenção nos estudos sobre a modernização no campo, sendo retomada agora no seio do embate entre agricultura camponesa *versus* agricultura familiar.

Nosso interesse em estudar o campesinato paraense a partir da reflexão da diferenciação social se distancia das análises economicistas, uma vez que essa perspectiva consegue explicar determinados elementos do modo de vida e da organização social destes grupos, mas se revela extremamente limitada para o entendimento de outros.

Entendemos que um estudo mais completo sobre o modo de vida camponês significa mergulhar na sua vida social como um todo e não apenas em sua dinâmica de produção (sua relação com a terra no sentido do que plantar, como plantar, por que plantar), mas nas relações que se constroem nas artérias da sua *reprodução social*. Este conceito é empregado aqui de acordo com a orientação de Pierre Bourdieu (1983: 15), que a define enquanto a ação dos indivíduos na vida social determinada pelos valores, normas e

princípios sociais que se ajustam à realidade objetiva da sociedade (suas relações de poder) e que, ao mesmo tempo, a atualiza.

Neste sentido, entendemos que pensar o camponês na perspectiva da diferenciação social é pensá-lo na sua diversidade, atenta aos seus aspectos político, econômico e cultural, isto é, *articulando seu modo de vida e de subsistência àquelas práticas sociais cujo significado é produzido a partir de uma manipulação simbólica* feita pelos próprios camponeses no seu cotidiano. Da mesma forma, tal manipulação viria se situar tanto no campo das relações econômicas e de poder, quanto no campo mais amplo da experiência cultural (valores, tradições, práticas coletivas)¹⁵⁰.

Isto é, dos seus valores, tradições, formas de associações, visões de mundo, identidades vivenciadas e reproduzidas ao longo de suas trajetórias de vida. Certamente não poderemos mergulhar completamente no universo destas questões, mas não podemos perdê-las de vistas. Trata-se de elementos só conhecidos se, como pesquisadores, nos permitirmos mergulhar no universo destes sujeitos, a fim de que possamos compreender os processos sociais que aí se fazem, desfazem-se e refazem-se na construção de suas próprias existências.

Neste sentido, penso que o conceito de *habitus*¹⁵¹ nos dá algumas pistas para entender a persistência dos camponeses no seio da sociedade capitalista, apresentando-se através de elementos outros que não os elementos que apontam para a exclusividade da interferência econômica na organização social e na vida, existência ou desaparecimento do campesinato na sociedade contemporânea.

Afirma Bourdieu (1989: 62),

¹⁵⁰ A obra “Senhores e Caçadores” de Edward Thompson (1987) ilustra muito bem esta perspectiva da experiência camponesa quando destaca a mudança do sentido de propriedade na Inglaterra do século XVIII, com a criação da *Lei Negra*, que proíbe o uso tradicional das terras comunais inseridas em bosques aristocráticos onde não mais vigorava o sistema de arrendamento enfiteutico. A proibição acabou por gerar uma reação camponesa identificada com uma espécie de “banditismo social”, marcado por incursões de caça, coleta de frutas e de peixes nos bosques por camponeses prejudicados pela lei, apresentados como “Negros”, pelo tingimento escuro do rosto que era empregado como disfarce. Temos aqui uma espécie de luta camponesa que se dá no subterrâneo das relações sociais, mas que tem seu solo no uso e no direito tradicional da terra nos bosques ingleses.

¹⁵¹ Ver Bourdieu (1989: 59-73)

“(...) O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (...) Indica a disposição incorporada, quase postural. (...) Espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço”.

E continua,

“(...) Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro” (1983: 15).

O *habitus* se apresenta então como social e individual; enquanto um processo de interiorização que implica sempre numa internalização da objetividade, de maneira subjetiva, que parte do campo, da ação individual, mas que é instituído socialmente. Em vários momentos desta pesquisa, identificamos a configuração de um *habitus* camponês no contexto em que fiz a pesquisa de campo. As escolhas individuais são estabelecidas a partir do parâmetro da vivência coletiva, internalizando sua objetividade e, ao mesmo tempo, interferindo nesta objetividade. Tal tem sido evidenciado neste trabalho (considerando a trajetória de assentados como seu Vicente, dona Maria Pé Ligeiro, dentre outros) em diversos momentos.

“Quando entramo no lote, cada um foi cuidar da vida, tocando a roça, umas cabeça de gado. A gente se encontrava no domingo na hora do culto, lá a gente ficava sabendo como tava a vida na área. Quando veio os projetos, era reunião do sindicato, era viagem pro banco, eram os grupos pra tirar o crédito. Tava todo mundo junto, lutando pela nossa melhoria. Nos conhecemo melhor também. Cada família produz no seu lote, mas tiramo o dinheirio junto lá no Banco. Fazemo a feira junto, e ai a gente empresta semente quando um não tem. A minha colheita de feijão não foi boa no ano passado, esse ano o técnico veio no período do plantio pra ver se a gente tava seguindo a orientação direitinho. Vamo ver acho que a colheita vai ser boa. (Seu Vicente, assentamento Cristo Rei, janeiro de 2006).

Observei ao longo do trabalho de campo que as escolhas individuais passaram, gradativamente, a ser orientadas pela vivência coletiva, contudo, sem perder de vista, valores e práticas produzidos individualmente. A fala de Dona Maria pé ligeiro explicita bem isso,

“Quando chegamo na terra, pensava em mudar de vida, educar meus fios e viver bem. Agora com a terra pensava em organizar a vida da minha família. Pensava que depois de tanto sofrimento tava na hora de mudar a vida. Pensava na minha família e na nossa necessidade, e sonhava com o dia em que não ia faltar comida e nem as coisa que a gente precisa. Vivemo muita dificuldade junto aqui na terra, faltava tudo, era muita gente desanimando, dava até vontade de desistir procurar outro rumo, sei lá, voltar pra terra alheia. Lá a gente ia ter comida. (...) Demorou mas as coisa comecaro a melhorar e a gente percebia que eu não podia melhorar sozinha, tinha que ser no coletivo, assim como a luta pela terra quando a gente dividia o óleo na colheu, dividia a o remédio no meio. Agora a gente sabe que o projeto não pode ser feito individualmente como a gente queria , o projeto tem que ser no grupo, um ajuda o outro e a gente cresce. Quando eu quero fazer uma coisa sozinha eu posso, a gente faz, mas a lavoura grande a gente tem que se organizar em grupo, assim é melhor”. (Assentamento Rio Branco, Janeiro de 2006)

Nesta direção Klass Woortmann (1987:12) nos convida a refletir sobre a existência de uma ética moral camponesa, orientada por um *habitus* tradicional que se contrapõe a uma ordem econômica. “Trata-se dos valores sociais, não do valor trabalho, tendência economicista que vê o campesinato como modo de produção com sua lógica própria ou como resultado de determinações impostas pela lógica do capital”.

No artigo “Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral¹⁵²”, Woortmann reflete sobre a sociedade camponesa a partir da sua *campesinidade* definida por ele como uma qualidade que se apresentaria comum a diferentes lugares e tempos. Estabelecendo um contraponto entre dois pólos, um mínimo e um máximo de campesinidade, os valores de uma ética camponesa se manifestariam em situações de crise, ou seja, numa possível liberação do homem da terra e sua factível proletarização.

Para este autor, relações mercantis e utilitaristas não negariam as concepções morais camponesas. Pelo contrário, determinadas situações agudizariam o apego à tradição e aos elementos do *habitus* camponês. “Pode-se surpreender a campesinidade na frente de expansão, refúgio face ao “cativeiro da besta fera” ou “lugar da terra de Deus”. Mas pode-se igualmente surpreendê-la em plena *plantation*¹⁵³”. Neste sentido, vislumbra-se

¹⁵² Ver Woortmann (1990).

¹⁵³ Referências respectivamente aos textos de (Velho: 1972) , (Taussing: 1983), (Wortmann, 1987: 16)

campesinidade em graus distintos de articulação, ambígua com a modernidade bem exemplificada no texto¹⁵⁴ através da figura do sitiante sergipano.

“(...) Como muitos outros da região, calculava as vantagens relativas entre investir os recursos na compra do gado, forma predominante de realizar a acumulação nessa área, e/ou aplicar o dinheiro em caderneta de poupança. (...). Este, como bem sabia o sitiante, se fazia a juros subsidiados e em correção abaixo da taxa de inflação. Embora analfabeto, revelava-se perfeitamente racional, nos termos de uma lógica empresarial. Em certo momento, considerou que seria necessário mandar benzer o gado, condição *sine qua non* para o sucesso de sua estratégia, (...)”. (Woortmann, 1987: 17) (Grifo Meu)

O que está em jogo aqui é a garantia do patrimônio e, por conseguinte, a garantia da honra do pai por vezes redefinindo a reprodução social do grupo, materializada pela ambigüidade da sua própria concretude. Isto é, tanto o negócio, quanto o assalariamento que poderiam se colocar de imediato como baixa campesinidade ou até mesmo negação da campesinidade, pode-se apresentar como possibilidade de garantia dela futuramente.

O negócio no sítio nordestino é percebido como a negação da moralidade, oposição ao trabalho, atividade ilegítima. Porém “se se opõem num plano, noutro se articulam, na medida em que é o meio para se chegar ao outro”, garantia da terra, liberdade constituinte da honra do pai (Woortmann, 1987: 41). Da mesma forma, o trabalho assalariado, longe de se opor ao modelo da família camponesa, pode ser usado para evitar a fissura deste modelo. Sobre a relação do camponês com o mercado, o autor destaca,

“A integração ao mercado (...) Não significa necessariamente uma baixa campesinidade. (...) Sua ordem social e, no entanto, de caráter mais holista do que individualista; para eles a terra não é mercadoria e sim patrimônio da família (...) Garantir a sua integridade é ponto de honra para as pessoas morais governadas pelo senso de honra. (...) Produzir então para o mercado, não significa, necessária modernidade no plano do valor. Produzir para o mercado não significa estar integrado ao mercado”. (idem)

Nota-se, claramente, o esforço teórico de Woortmann no sentido de relativizar e contextualizar estes elementos que transitam pelo universo camponês, possibilitando-nos uma compreensão mais acurada deste processo social. Se analisados apressadamente, parecem antagônicos e contraditórios,

¹⁵⁴ (Woortmann, 1987).

parte da transição na fabricação de um novo sujeito no campo às voltas com as relações mercantis num processo contínuo de desagregação de um modo de vida (camponês) e sua integração a um outro.

De certo modo, a relação mais aproximada com o mercado redimensionaria a reprodução social e o modo de vida destes sujeitos, porém não no sentido da sua destruição, mas como parte do próprio processo da construção e reconstrução da tradição camponesa. Assim, “transita-se pela ordem econômica para realizar, como fim, a ordem moral e, com ela, a campesinidade” (cf. Wortmann, 1987: 19).

Wortmann destaca ainda as categorias terra, família e trabalho, como comuns às sociedades camponesas em geral, porém explicitadas nas relações sociais camponesas de forma nucleante e relacional. Isto significa dizer que, estas categorias não têm sentido se pensadas de forma separada, uma vez que neste modelo de sociedade uma não existe sem a outra. Já nas culturas urbanas, estas categorias existem, mas não necessariamente interligadas, podendo apresentar-se separadas umas das outras. De um lado, um modelo relacional formado por “seres relacionais constituídos pela totalidade” e, de outro, um modelo formado por “seres individuais constituintes da totalidade”, “agregado de indivíduos em contrato” (Idem, 23).

O primeiro modelo estaria regulado por valores e princípios organizatórios centrais que se interpenetram (reciprocidade, honra e hierarquia) tal qual terra, família e trabalho, enquanto que, o segundo apresenta-se regido, primordialmente, por um contrato social. Porém, elementos de campesinidade podem surgir mesmo nos espaços onde a ordem econômica se sobrepõe à ordem moral. “É a mesma pessoa que se move em dois universos (...) É a interrupção estratégica do tempo da tradição, para restaurar a tradição e com ela, a continuidade em outro momento futuro¹⁵⁵” (Wortmann, 1987: 19).

¹⁵⁵ Vale destacar que adotamos neste trabalho uma perspectiva de tradição enquanto um dado sócio-cultural essencialmente dinâmico e mutável. Consideramos que, da mesma forma, a perspectiva de Wortmann está perfeitamente alinhada à discussão de Eric Hobsbawm (1997) acerca da constante reinvenção das tradições. Para ele, muitos dos símbolos tradicionais existentes nas sociedades modernas decorrem de invenções e instituição formal. A partir disto, em geral, estas “invenções” retratam a elaboração de novos valores e normas de comportamento tornados significativos pela repetição, indicando uma continuidade com o passado. Trata-se de um passado reelaborado para ser importante no presente e para ter uma ligação mais forte com este. Desse modo, duas forças importantes operariam na construção

Apesar de Wortmann não abordar diretamente a temática por nós estudada e centralizar sua atenção em outros aspectos da “sociedade camponesa” através do que ele chama de “*ordem moral ou campesinidade*”, o autor nos dá o mote para entendermos a diferenciação sócio econômica do campesinato nos moldes propostos por Neves (1985).

Esta autora destaca que estudar a diferenciação sócio-econômica do campesinato requer muito mais que dar conta da reprodução econômica deste grupo, compreendê-lo sob a interferência de outros fatores, como o político e o cultural. Neste sentido, Wortmann, nos abre um leque de possibilidades de análise para além dos direcionamentos universalizantes e homogeneizantes econômicos. Estes elementos poderiam conduzir a pesquisa para uma única direção. Temas como terra, liberdade, trabalho e família, bem como reciprocidade, hierarquia e honra, perpassam por todos os momentos as relações que se constroem em torno destes sujeitos, dando a marca particular de seu *ethos*¹⁵⁶ e sua dinâmica de reprodução social.

Pelo que pude perceber, nos Projetos de Assentamento por mim estudados, a diferenciação social não passa apenas pelo modo de conceber, organizar a produção e a força de trabalho, mas apresenta-se sob a articulação de vários fatores, imbricados com a vida desses sujeitos. As suas trajetórias de vida apresentam-se marcadas por elementos bem definidos que no processo de produção territorial do assentamento ganhando novos contornos, definindo e redefinindo a dinâmica de sua reprodução. É constante a referência à luta pela posse da terra nas mais diversas histórias e trajetórias de vida nos referidos assentamentos, assim como os hábitos alimentares, opção de produção, religiosidade, etc. Enfim, as relações sociais feitas e refeitas no encontro dessas trajetórias demarcam o perfil da diferenciação social destes sujeitos.

destas invenções: a re-leitura e re-interpretação do passado, bem como, a manutenção da vida social pela imutabilidade destes padrões simbólicos. Entretanto, não podemos pensar a criação das tradições como algo maquiavelicamente planejado e executado, já que a vida social não propicia esta previsibilidade dos sujeitos quanto à longa duração. No máximo, o que podemos justificar como condições propícias para a invenção de tradições são contextos adequados em que o apelo social indica uma “ruptura”, a partir da qual novos significados serão articulados, representados por práticas e rituais formalizados e requerentes de antigüidade.

¹⁵⁶ Empregado aqui no sentido de “estilo de vida”, configuração totalizante que define a integração social de um dado grupo ou povo, tal como propõe Ruth Benedict em sua obra “Padrões de Cultura”.

4.1 - A Diferenciação social no interior do campesinato paraense

A idéia de estudar a diferenciação sócio-econômica do campesinato a partir de três assentamentos na Amazônia Oriental (Sudeste do Pará) nos parece extremamente original, sobretudo pela inexistência de um debate acadêmico mais acurado sob este enfoque na região. Em linhas gerais, as estratégias de reprodução social dos assentados nos assentamentos rurais em estudo apresentam-se sob a reinvenção das tradições culturais presentes em suas trajetórias de vida. As redes de parentesco e de vizinhança se fazem e refazem no cotidiano do assentamento, costuradas sob o tripé da cultura, da produção e da organização política. Os espaços sociais do parentesco e da vizinhança se confundem num contínuo refazer-se.

“Já rodei por esse mundão e já fiz um pouco de tudo, fui peão, empregado em posto de gasolina, só não pedi na rua por que sempre pensei que um homem com saúde pedir é uma humilhação, mas foi por pouco. Trabalhei na construção de Parauapebas, e meus dois filho. É muito tempo, mas nunca esqueci da vida na terra. Meu pai, lá no Maranhão, botava a gente cedo pra roça, ia dois três ano na escola. Eu estudei até a alfabetização, sei assinar o meu nome, não passo vergonha, não, mas só isso. A gente plantava para comer, o milho, o arroz, o feijão, a macaxeira e a mandioca. Quando o milho da criação acabava a gente pedia pro compadre pra pagar na próxima safra. Era assim, na próxima safra a gente sempre pagava uma saca de arroz, uma saca de milho, ninguém nunca ficava devendo. A vida era difícil, mas a gente levava, diferente de hoje. A terra era pequena, e foi o Geraldo pra São Luiz e o José, depois eu saí pelo mundo, faz 23 anos que não volto em casa. O velho morreu, mas tenho parente lá (...). (...) Aqui já tenho uma família, minha nora, genro, meus neto, já tenho uma grande família. Meus compadre são como meu irmão, eles nos auxilia na necessidade, na precisão.” (Manoel .C. Oliveira, Assentamento Ubá, Janeiro de 1995).

Seu Manoel faz referência à humilhação da possibilidade de ter que pedir esmolas na cidade, ao mesmo tempo em que relembra da vida na terra de seus pais onde os laços marcantes de solidariedade e vizinhança permitiam que um empréstimo fosse pago na próxima safra. Claramente, coloca-se nesta fala o saudosismo com relação a sua terra natal, o sofrimento relacionado ao distanciamento do convívio familiar. Todavia, o espaço do assentamento possibilita a reconstrução destes laços de solidariedade e de vizinhança e reproduz um novo enraizar-se. Tal enraizamento é resultado das relações que

se construíram desde o período de luta pelo acesso à terra e sua diversidade de ações até o momento do assentamento propriamente dito. De certa forma, este estreitamento de relações estabelecido entre estes sujeitos no processo de construção de luta pela terra, bem como da luta na terra, permite um reencontro com o modo de vida camponês através do reencontro com elementos fundamentais para a reprodução deste grupo social: terra, trabalho familiar, solidariedade, liberdade e autonomia.

“Tá na terra é como tá no céu. Tá certo que a gente não tem muita coisa que precisa, mas hoje a gente pode dizer que tem terra e com o trabalho a gente vai arrumando a vidinha. Se um adoecer o outro vem e ajuda, a família ajuda, lá na cidade ninguém podia assinar o meu nome no ponto e se eu não assinasse eu não recebia o trocado no final do mês. Aqui se não tem o carne a gente passa, faz um bom feijão com arroz, isso a gente tem, a gente planta, não depende de ninguém. A gente sempre come uma caça, de alguém que dá. (Manoel, assentamento Ubá, janeiro 2006).

“Aqui é tudo maranhense, baiano, cearense, mineiro, mas a gente vive numa grande comunidade, a terra é o nosso bem maior, pra gente usar e tirar o nosso sustento, porque a terra é um presente de Deus, por mais que muitos venda, se muda, a terra fica: ela é um bem que a gente não pode levar. A terra era difícil pra trabalhar e aqui nos conseguimos essa graça. Aqui a gente conhece todo mundo, diferente da cidade que a gente não conhece o vizinho, não tem como emprestar as coisa numa necessidade”. Maria Pe Ligeiro, Rio Branco, janeiro de 2006).

Gestos de solidariedade se explicitam na fala acima, demarcando o perfil das relações que se constituem dentro do assentamento. Ao mesmo tempo em que a relação com a terra os aproxima, é através dela que estes sujeitos se realizam enquanto camponeses. As necessidades, econômicas e culturais promovem a socialização, a ajuda mútua e a organização política.

Em linhas gerais, as trajetórias destes sujeitos são muito parecidas. Um número pequeno dos assentados chegou à região ainda na década de 70, em busca de trabalho nas fazendas. Geralmente chegava mais de um membro de uma mesma família que se distribuíam pelas plantações de capim e derrubada da mata para a implantação da pecuária.

Já os assentados chegados na década de 1980 vieram em busca trabalho nos canteiros de obras, seguidos daqueles que saíram de seus Estados em busca de terra para trabalhar. Na década de 1990, os

trabalhadores que se dirigiram para o Sudeste do Pará, o fizeram, principalmente, com o objetivo de entrarem nos movimentos de luta pela terra, principalmente o MST, seguido daqueles que passaram pela região em busca de trabalho.

Assim, migração, trabalho urbano, trabalho nas fazendas, participação em diferentes ações de luta pela terra (acampamento, ocupação de instituições públicas, contato com o Sindicato de Trabalhadores Rurais) apresentam-se como elementos comuns à vida dos assentados por nós estudados. A migração representa a vida de perambulação experimentada por estes trabalhadores, o trabalho na fazenda, negação da liberdade e da autonomia tão cara a este grupo social, o trabalho urbano, o distanciamento, mas ao mesmo tempo a aproximação do modo de vida camponês. Refiro-me, aqui, à oposição apresentada por um número expressivo de assentados que haviam experimentado a vida na cidade. Quase a totalidade dos trabalhadores pesquisados afirmou que o tempo e a vivência na cidade os despertou e aguçou neles o desejo de retornar para a terra¹⁵⁷.

Sobre o trabalho na cidade:

“(...) A cidade é o último lugar pra onde quero ir, mas não teve jeito tive que viver um tempo não tinha como trabalhar e resolvi tentar a sorte. Assinei a carteira uma vez, mas aquilo num é vida, era como se fosse escravo(...)”. (Joaquim, Rio Branco, Quando)

“(...) Cresci ouvindo que a cidade era muita gente que a gente não tinha sossego, meu pai só ia a cidade pra receber o Funrural (...)” (José, Ubá, Quando)

“(...) Queria que meus filho pudesse estudar pra não ser qui nem a gente que sabe pouco, mas aqui não tem estudo, só na cidade(...)”(Maria José, Cristo Rei, Quando)

Sobre o trabalho assalariado:

“(...) Trabalhei em muita fazenda, nem tenho a conta, mas agora to mais feliz. Não quero que filho meu tenha que ir se empregar em fazenda(...)”(Manoel, Rio Branco, Quando).

“(...) O trabalho na fazenda era bom, tava lidando com a terra, mas eu não podia fazer o que eu queria, eu queria plantar mandioca, mas acabava plantando milho que era pra ajudar na comida do gado. Era assim(...)”(Francisco Silva, Ubá, Quando).

¹⁵⁷ Sobre esta questão Woortmann (op. Cit. 25), aponta que o afastamento do modo de vida camponês pode se apresentar como um elemento de reencontro que elementos da vida camponesa.

Sobre a organização política

“(...) Aqui quase todo pessoal é associado do sindicato. Todo mês a gente paga a mensalidade por que vai ter benefício pra gente (...)” (Benedito Albernáz, Ubá, Quando).

“(...) É com o sindicato que nos leva as nossa reivindicação pro INCRA e sempre a gente tem conseguido (...)” (Inácio, Cristo Rei, Quando).

“(...) Nós sem terra não pode esquecer que tem muito sem terra. A gente não pode esquecer que qualquer coisa que gente consigo é com luta, e o MST foi muito importante apesar dos problemas (...)” (Maria Oliveira, Rio Branco, Quando).

À medida que se multiplicam as experiências fora da terra, forja-se a organização política necessária para o acesso ou retorno a ela. Desde o momento de ocupação dos antigos castanhais, como é o caso dos assentamentos Cristo Rei (1982) e Ubá (1984), até a transformação destas áreas em assentamentos, estes trabalhadores se organizaram através do Sindicato de Trabalhadores Rurais.

O assentamento Ubá teve o acompanhamento do Sindicato de São João do Araguaia logo após a Chacina de Ubá. Já o assentamento Cristo Rei, chega ao início da década de 1990, sem qualquer ligação com o Sindicato ou qualquer organização de luta pela terra ou direitos. Já o assentamento Rio Branco (1992) é criado pelo MST na década de 1990, demarcando um novo momento no processo de construção de luta pela terra. É neste contexto que se inserem as mobilizações de antigas áreas de posse, exigindo do poder público infra-estrutura para a área. Isso culminaria na transformação do antigo castanhal Cristo Rei e do castanhal Ubá em Projetos de assentamento. De acordo com seu Vicente,

“Só no final de 91, 93, despertamo para a necessidade de lutarmos por infra-estrutura para área. Entendemo naquele momento que era preciso regularizar a terra pra garantir financiamento, apoio que a gente não tinha, nunca teve. Antes a gente recebia uma visita da Emater, mas não tinha continuidade. As áreas de posse tava aí, mas não conseguimos financiar os agricultor, muito pouco”(Assentamento Cristo Rei, Julho de 2005).

“Passamo 1980 todo brigando pra ter um pouco de condição na área, mas era muito difícil, entrava ano e saia ano e a gente sofrendo, com a malária, sem escola, com a dificuldade de transporte. Nunca cansemo de lutar e o Sindicato sempre lá com a gente em todo momento”. (D. Maria, Assentamento Ubá, julho de 2005)

A luta pela regularização da área (antigo castanhal-posse) era a estratégia, segundo seu Vicente, para a conquista de infra-estrutura para o assentamento. Tal perspectiva se coaduna com as políticas da União nesta área da Amazônia. Neste período se intensificaram as ações do Estado no sentido da transformação de antigas áreas de posse em Assentamentos.

Além disso, esta orientação da luta para a conquista de infra-estrutura nas áreas de posse da região, deve-se, em parte, à estratégia de luta organizada pelo MST, que tem sua formação no Sudeste paraense neste período. Nesse momento, o MST estava empenhado em ações de luta com a finalidade de conquistar infra-estrutura para o assentamento Rio Branco.

Vale destacar que, ao mesmo tempo em que o Movimento Sem Terra organizava as mais variadas atividades para viabilizar a negociação de infra-estrutura para o assentamento Rio Branco, os Sindicatos acirravam as mobilizações de luta pela conquista de infra-estrutura para as antigas áreas de posse que culminariam com a transformação de grande parte delas em assentamento¹⁵⁸.

Assim, as ações de luta construídas, neste período, reuniam reivindicações originárias das mais diversas organizações de luta pela terra e grupos sociais existentes no Sudeste paraense. Tais iniciativas demarcam um novo tempo na história de luta pela terra no Pará e na região por mim

¹⁵⁸ Segundo informações oficiais, (INCRA, 2002) de 1986 a 2002, foram criados pelo INCRA no Pará 432 assentamentos de reforma agrária, representando uma área total de 5.908.872,27 há. Destes 271 assentamentos sob a jurisdição da SR-27, (Marabá) e 89 assentamentos sob a jurisdição SR-01. A região Sudeste do Pará reúne 74,60% dos assentamentos criados no Pará. De acordo com relatório de Pesquisa “Políticas Públicas e acesso à terra no Estado do Pará”, foram identificadas no Pará pelo menos seis situações diversas, englobadas sob a denominação de assentamentos de reforma agrária: 1- Situações que não se enquadram no sentido de “Reforma Agrária” propriamente dita, tratando-se de simples reconhecimento de uma situação fundiária criada a mais de 150 anos atrás, antes da lei de terras de 1850 e regidas por práticas costumeiras, como é o caso das quatro áreas de remanescentes de quilombos do município de Oriximiná, representando um total de 157,819,25 ha ou, pois, de regularização fundiária, permitindo o acesso a alguns benefícios parciais do INCRA; 2 - Simples reconhecimento jurídico tardio, após vários anos, de situações criadas por ocupações espontâneas por posseiros; 3 - Áreas reivindicadas por sem terra com base na constituição, como terras improdutivas e, nessa condição, desapropriadas pelo INCRA, como tem acontecido mais recentemente; 4 - Simples regularização da situação das fazendas falidas ocupadas pelos trabalhadores; 5 - Trocas de terras privadas por terras devolutas ou da União na ocasião de deslocamento compulsório de populações, como no caso no caso da barragem de Tucuruí; 6 - Pequenas áreas do patrimônio de municípios, cedidas em convênios com o INCRA, na proximidade da cidade a trabalhadores sem terra com vistas a atividade hortícola ou piscícolas, como são os chamados casulos que, distribuídos em 06 municípios, ocupam uma área total de 1.401,84 hectares atendendo a pouco menos de 500 famílias.

estudada. Os anos que seguem o massacre de Eldorado dos Carajás coincidem com a intensificação da luta, assim como da intensificação da ação do Estado, quer seja através da disponibilidade por parte deste, de infraestrutura para os assentamentos como no caso do assentamento Rio Branco ou transformação de antigas áreas de posse em assentamentos.

Com a transformação dos posseiros em beneficiários de Projetos de Reforma Agrária, houve algumas modificações na base produtiva local. Principalmente, como resultado da dinâmica e metodologia utilizada pelos técnicos agrícolas e associações que tomam como carro chefe desse processo o aumento da renda dos camponeses.

Anterior a criação dos assentamentos, predominava nas áreas de Cristo Rei e Ubá, a lavoura temporária-roça associada ao extrativismo e em número bastante reduzido a criação do gado, a não ser nos lotes ocupados pelos fazendeiros. Além da intensificação da criação do gado, a lavoura permanente é a grande novidade do período pós-assentamento. Os sistemas de produção identificados são:

- Sistema 1 - lavoura temporária-roça, extrativismo, pequenas criações, aves, suínos.
- Sistema 2 - lavoura temporária-roça, lavoura permanente, extrativismo, pequenas criações, aves e suínos, pecuária até 10 cabeças.
- Sistema 3 - Lavoura temporária-roça, extrativismo, pecuária (10 a 50 cabeças de gado)
- Sistema 4 - pecuária e lavoura permanente

É possível encontrarmos os quatros sistemas de produção nos assentamentos aqui estudados. Porém, numa ordem hierárquica, destaca-se:

- Assentamento Cristo Rei: 1- sistema 2, sistema 3, sistema 4 e sistema 1;
- Assentamento Ubá: Sistema 2, sistema 1, sistema 3, sistema 4;
- Assentamento Rio Branco: sistema 1; sistema 2;...

Observamos que, nos assentamentos Cristo Rei e Ubá, o sistema de produção está imbricado na organização política e na relação de vizinhança. As decisões em torno do tipo de crédito, cultura e forma de organizar a produção

são discutidas nas assembléias dos sindicatos e das associações, tornando as relações dentro do PA preche de vínculos familiares e de vizinhança.

Tanto num assentamento quanto no outro, grupos de famílias fazem financiamento bancário grupal, mas não só isso, organizam, mesmo que em parte, a produção desta forma (Sistema 1 e 2). Contudo, a utilização do crédito não é vista de forma homogênea pelos assentados.

Em visita aos assentamentos, ouvi um número pequeno, mas significativo de assentados afirmando que:

“Tenho medo de projeto. Não quero conversa com banco, é melhor ser pequeno com liberdade do que ser grande preocupado com dívida. A gente sabe que é muito difícil tirar da roça pra paga o banco. É muito difícil. (Manoel, Cristo rei, janeiro de 2005)

Além disso, segundo os entrevistados, perdia-se muito tempo com a burocracia,

“(...) São muitas idas e vindas ao banco, muita data, continha pra fazer, no final a gente deve tá sempre devendo. Sei que o Luís recebeu crédito mas nunca conseguiu pegar tudo. Toda ida à cidade era uma desculpa, foi pegando um pedaço de dinheiro aqui outro pedaço de dinheiro acolá, e no final, na conta dele ainda tinha um dinheiro, mas quando chegou no banco já tava devendo. Com a plantação da mandioca não devo pra ninguém”. (Benedito -Assentamento Cristo Rei-janeiro de 2005).

“(...) Até pensei em tirar dinheiro no banco, mas vi logo que a coisa não é muito boa. Argumas pessoa se dero bem é verdade , mas a maioria é só reclamação, a gente paga pra tudo, quando vai pegar o dinheiro nunca é o tanto que o governo manda. Tem que pagar taxa disso taxa daquilo, no final é mais prejuízo.(...) Outra coisa é que não posso pegar o dinheiro pra produção que eu quiser, tenho sempre que aceitar o projeto do banco. Talvez mais pra tarde eu pegue, mas agora prefiro como ta. Meu filho que tem um lote aqui dentro andou pegando dinheiro. (Hélio Calixto da Silva, Assentamento Ubá, Janeiro de 2005).

Ao longo dessas conversas, descobri, na trajetória de vida destes assentados, alguns elementos que, talvez, dêem a pista para entender estes posicionamentos num universo que se apresenta em oposição a eles. Seu Benedito, 72 anos, oriundo do Piauí, mora no lote com a mulher e um filho solteiro. Migrou para o Pará ainda no período da colonização oficial e conheceu de perto a estrutura deste projeto. Segundo ele, conheceu poucos trabalhadores que prosperaram emprestando dinheiro do banco. Além disso, “sempre vivi da roça e já tô muito velho pra isso”.

Já seu Hélio afirmava não emprestar dinheiro do banco porque preferia trabalhar com as economias que tinha feito ao longo da vida com a ajuda de três filhos que moram em Palmas-Tocantins. Assim, já conseguiu comprar 5 vacas leiteiras e vender o leite para o fazendeiro vizinho.

Como seu Benedito e seu Calixto, existem outros assentados, porém em minoria. Trata-se, geralmente, de não sócios da associação ou sócios distantes da organização. Aproximadamente 100% dos associados possuem algum tipo de crédito agrícola, através do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF A ¹⁵⁹. No assentamento Cristo Rei, 18 famílias possuem PRONAF independente, o restante possui PRONAF grupal. Já no Assentamento Ubá, a maioria dos associados possui PRONAF grupal.

O Assentamento Rio Branco possui algumas particularidades com relação aos dois assentamentos anteriores. Desde o segundo ano de ocupação da terra (1993), a grande maioria dos assentados ligados à associação do assentamento teve acesso a crédito, na época PROCERA ¹⁶⁰.

Na sua maioria, os assentados se articularam em projetos grupais e uma minoria em projetos individuais. Porém, a ausência de infra-estrutura no assentamento, tais como eletrificação rural, melhoria da estrada (intrafegável no período de fevereiro a março), acabou por inviabilizar grande parte destes projetos. Em minha primeira visita ao assentamento, em 1998, alguns projetos grupais começavam a ser instalados, com a chegada de infra-estrutura, como por exemplo, casa de farinha, pocilga, aviário e outros.

Em minha última visita ao assentamento, em janeiro de 2005, verifiquei que grande parte desta infra-estrutura tornou-se ociosa, uma vez que a eletrificação rural essencial para a implantação destes projetos nunca chegou ao assentamento. Em meados da década de 1990, os assentados tentaram cultivar hortaliças, para atender a feira de Parauapebas, mas as dificuldades de transporte, bem como auxílio técnico fizeram com que os assentados vissem como inviável tal projeto.

¹⁵⁹ Além, de sua linha de crédito e investimento o PRONAF dispõe de infra-estrutura e serviços municipais, concedidos as Prefeituras, cujos municípios funcionam o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrário – MDA. Existe hoje no Pará 55 municípios habilitados a esta modalidade, sendo que em 45% destes há PAS implantados.

Hoje, grande parte dos assentados possui PRONAF A, para projetos de lavoura permanente (cupuaçu, café, cacau), alternativa encontrada para a viabilidade da comercialização da produção, uma vez que estes produtos são mais resistentes ao tempo. No passado, o PA produzia basicamente frutas, verduras e aves.

Os sistemas de produção demarcam claramente uma diferenciação social nos assentamentos, porém nada muito significativo. Esta se torna mais explícita se compararmos os sistemas 3 e 4 com relação aos sistemas 1 e 2. Esta diferenciação é bem menor no Assentamento Rio Branco, onde a maioria dos assentados se encontram nos dois primeiros sistemas e se ressalta mais no Assentamento Cristo Rei, no qual a pecuária é a atividade mais desenvolvida pelos assentados.

Contudo, sustentar esta análise apenas sob o enfoque dos sistemas de produção é perder de vista a diversidade de fatores em que a diferenciação social pode se dar. Observei, por exemplo, que a forma de organização para a conquista da terra, trajetórias de vida, bem como as escolhas pessoais e individuais fortemente marcadas pelos contatos, associações e dissociações com suas histórias de vida, apresentam-se como elementos fundamentais para se compreender o universo da diferenciação social dos assentamentos em estudo.

Observei também que a origem dos assentados e sua tradição agrícola interferem diretamente nas suas escolhas dentro do PA, porém, não de maneira totalizante. Em determinadas situações, a organização política e suas escolhas econômicas irão combinar-se às estratégias de produção ligadas à cultura agrícola anterior do assentado.

Com base nos sistemas de produção, verificamos que a diferenciação econômica apresenta-se mais visível no Assentamento Cristo Rei, ancorada na criação do gado e na lavoura permanente e menos explícita nos Assentamentos Ubá e Rio Branco, onde predominam os sistemas de produção 1 e 2. Os assentados pouco se diferem economicamente uns dos outros a não ser pela escolha, tipo de crédito que pode ser grupal ou individual.

¹⁶⁰ PROCERA era um recurso destinado pelo Governo Federal para o custeio da produção. A partir de 1995 era liberado para cada família uma vez por ano.

Visivelmente, nestes dois assentamentos, a diferenciação está ancorada nos aspectos políticos e organizacionais, materializada nas relações construídas em torno das lideranças sindicais e do presidente de associação.

Neste sentido, penso que as estratégias e formas de acesso a terra na região têm constituído formas particulares de diferenciação social do campesinato amazônico. Contudo, esta diferenciação não se apresenta como elemento de uma suposta desagregação do modo de vida destes sujeitos. A diferenciação destes assentados, observada por mim, está pautada no tripé: econômico, político e cultural. Assim, mesmo onde predomina a criação do gado, essa diferenciação está ora ancorada em aspectos econômicos, ora em aspectos políticos e culturais.

A existência do gado nas unidades familiares que poderia se apresentar de imediato como elemento fundante para se entender uma suposta diferenciação social aos moldes econômicos, remete-nos à diversidade de possibilidades em que esta atividade pode se constituir.

“A gente vê de cara a diferença entre o pequeno produtor e o fazendeiro. O grande ele tem o gado não pra garantir uma necessidade, ele tem uma cabeça, compra, mas e mais e quando a gente vê, ele na cultiva mais nada, ele derruba toda a floresta e põe gado. Ele não vai matar um bezerra por que o filho adoeceu ou coisa assim, ele pode ate matar um bezerro pra fazer uma comemoração, uma bebedeira, mas não pra vender e comprar semente, ou um mantimento que a gente não tem. O pequeno produtor, tem o gado como garantia, numa necessidade ele pode pegar o bezerro e vender. Dona Maria de Jesus tinha uma vaquinha de leite o filho precisou fazer um tratamento de saúde ela pegou mão do boi, era o que ela tinha pra valer na necessidade. É assim, o gado é como se fosse uma poupancinha pra gente usar quando precise.” (Francisco, Assentamento Ubá, Janeiro 2005).

“O leite é muito bom, no é,? É muito bom ter o leite pras crianças, até pra gente, mas é isso. A gente vai juntando um dinheirinho e quando deu comprar um gado. Teve dinheiro pra gado, a gente não tinha cerca, aí preferi não entrar no projeto. Fiquei pensando como entrar no projeto e depois ter que usar curral do vizinho, o gado pode dar prejuízo na lavoura, aqui e tudo perto. Achei melhor esperar até a gente ter a cerca.” (Maria José, Rio Branco, Agosto de 1998).

Tanto na primeira fala quanto na segunda, a criação de gado aparece como mais uma atividade desenvolvida pelo assentado com o objetivo de garantir as necessidades da unidade familiar. Não se verifica, portanto, a

perspectiva por parte dos assentados da atividade da pecuária vir a se constituir enquanto possibilidade de acúmulo, mas soma-se a outras atividades (lavoura, temporária, lavoura permanente, extrativismo e criação de animais), como nos assentamentos Ubá e Rio Branco, que garantem a reprodução da unidade familiar.

Da mesma forma, a criação do gado, no assentamento Cristo Rei, soma-se a outras atividades que permitem a reprodução da unidade doméstica. Contudo, se comparada à importância da atividade pecuária nos lotes dos fazendeiros, verifica-se uma mudança no que se refere ao trabalho. Observei em duas fazendas que este não era realizado pela família, mas por empregados sob a gerência do fazendeiro. Seus filhos casados e solteiros residiam na cidade onde desenvolviam atividades comerciais. Tal observação levou-me a questionar se era a capacidade produtiva, portanto econômica, dos fazendeiros que os diferenciavam dos demais trabalhadores assentados.

Aos poucos, fui percebendo que a questão central não residia apenas no aspecto econômico, mas a ela agregavam-se outros elementos, como explicitam as falas abaixo:

“(...) Não gosto muito dessa coisa de reunião, muita conversa, prefiro ficar em casa quanto não to tocando a terra. Depois sai muito disse me disse, prefiro ganhar o meu sustento sem me envolver nesse negócio de confusão (...)” (A. M. N, Assentamento Rio Branco, janeiro 2006).

“(...) Não quero terra de graça, quero pagar, só que o INCRA não quer negociar, prefere deixar a terra sem produzir, como vejo muito lote. Tem gente que planta uma mandioca e pronto, vai de manhã na roça e passa o resto do dia fazendo sei lá o que. Com certeza esse não vai pagar a terra, eu acho difícil”.(R. J.M, Assentamento Ubá, janeiro de 2006).

Explicitamente, estas duas falas apresentam relação com a terra permeada por valores que, de certa forma, distanciam-se dos valores apresentados pelo conjunto dos trabalhadores assentados nos três assentamentos pesquisados. A relação de vizinhança, ou mesmo as reuniões do sindicato, apresentam-se para estes como características negativas, que possibilitariam um espaço de intrigas, fofocas etc. Do mesmo modo, as organizações políticas de luta por direitos apresentam-se nas falas acima como sinônimo de “confusão”, agitação social.

Observe que o sentido de reunir, agrupar, aproximar, enfim, elementos que aguçam a sociabilidade do grupo se rompem no processo de reprodução destes sujeitos. O contato com os moradores vizinhos é quase sempre imediatista. Vislumbra-se aqui uma afirmação personalista, quando o fazendeiro demonstra o desejo de pagar pela terra, em oposição à suposta negação dos demais assentados em respeitarem seus contratos e acordos assumidos junto aos bancos e à União.

A referência à baixa produção da grande maioria dos assentados, remete-nos a um universo onde fracasso e progresso são a espinha dorsal. O progresso estaria circunscrito àquelas propriedades onde o trabalho segue uma rotina controlada pelo relógio que marca o ponto no tempo da fábrica, enquanto que o fracasso é próprio dos preguiçosos, que batem o ponto mais cedo e retornam para casa, sub aproveitando a terra, onde poderiam maximizar a produção para garantir o dito progresso, como exposto nas falas de A. R. M e A. J.M.¹⁶¹

Nestes termos, expõe-se uma diferenciação social, materializada na relação que estes sujeitos constroem com a terra. Porém, a relação construída destes trabalhadores (assentados) com a terra não se fundamenta univocamente na relação de produzir bens materiais, mas na possibilidade que a terra apresenta de garantir a reprodução da unidade familiar.

Assim, não é possível pontuar uma atividade ou outra como o elemento condicionante da diferenciação social (por exemplo, a existência ou não do gado nos lotes), mas na forma como se organizam tais atividades produtivas, interferem na reprodução social do camponês, ao mesmo tempo em que o camponês interfere na organização destas atividades, tornando-as parte do seu modo de vida.

Numa outra perspectiva (assentados/camponeses), relações de solidariedade e de vizinhança se complementam com a organização política explicitando outros elementos que alargam o sentido da diferenciação social:

“Aqui no Pará se a gente quer terra a gente tem que arriscar. Eu chegando do Maranhão comprei o direito de um camarada, que na

¹⁶¹ A pedido dos entrevistados as falas dos fazendeiros serão identificadas apenas com as suas iniciais.

hora me entregou um pouquinho de terra. Lá tinha mais um grupo de pessoas que me convidaram pra eu entrar mais eles. Quando vi, nos já tava no INCRA, era gente de lugares diferente, mas é como se nós nos conhecesse a muito tempo. Assim fomo garantindo direito de ficar no Cristo Rei. Conheci o Vicente, eu me dei muito com ele e ele comigo e nos tomemos de conta da invasão. Apareceu o Sindicato e eu fui ser delegado, pois ninguém quis concorrer comigo, fui delegado 3 anos e passei para a diretoria do Sindicato, agora tô fazendo o quinto mandato e o Vicente junto comigo”. (Raimundo, Presidente do Sindicato de Itupiranga, antigo morador do PA Cristo Rei, Janeiro de 2005)

No início da década de 90, aglutinavam-se, no antigo Castanhal Cristo Rei, pessoas dos mais diferentes lugares e experiências de vida, comungando do sonho da conquista “dos papéis”, ou seja, a conquista legal da terra.

Nesse tempo, as famílias foram se aproximando e constituindo laços estreitados de vizinhança e solidariedade. A organização do Sindicato na área colocou em evidência os nomes de seu Vicente e seu Raimundo, que passaram a ser os interlocutores dos reclames destes posseiros. Do mesmo modo, Dona Maria no assentamento Ubá e Chico do barraco no assentamento Rio Branco são reconhecidos como representantes dos assentados, dentro e fora do assentamento.

Diferentemente das relações paternalistas, constituem-se aqui como principais interlocutores, sujeitos vistos como iguais, porque se apresentam nas mesmas condições (desprovidos do domínio da terra) e comungam com os demais, quer referentes às atividades que garantem a reprodução da unidade doméstica ou a unidade do grupo (assentados). Assim, o prestígio político no interior do assentamento, assim como a organização política do assentamento, constituir-se-iam em elementos fundamentais para se compreender a diferenciação social do campesinato desta região da Amazônia.

A forte presença do sindicato de trabalhadores rurais demarca um elemento importante das relações que se constituem no interior dos três assentamentos estudados. Mais de 70% dos assentados são filiados aos STRs. Porém, é inegável que o tempo de atuação do Sindicato, assim como a participação de tal organização no período de entrada na terra particulariza tal ação. Forjam-se, neste processo, lideranças locais que extrapolam o limite territorial do assentamento. Seu Vicente, por exemplo, era figura conhecida no município por sua atuação no sindicato.

Já a construção da consciência política reservou aos senhores Vicente e Raimundo o prestígio, afinal, não havia entre eles e os assentados qualquer relação mediada pelo favor individual ou coletivo. Para estes trabalhadores (assentados), os senhores de prestígio eram reconhecidos como artífices da luta, da qual faziam parte.

“Quando o Vicente ou o Raimundo vai ao INCRA, é como se nos fosse com ele, por que nos sabe que eles vão falar por nós, nós sabemos que podemos confiar, por que eles estão na luta com a gente, não é alguém que disse que vai ajudar, é alguém que vive com a gente passa as dificuldades que a gente passa, não tem como não confiar. Mas a gente sabe que tem hora que tem que ir todo mundo lá pro INCRA, pro banco, por que só eles não tem força, quando é assim a gente vai fazer o que tem pra fazer. (Seu Benedito, assentamento Cristo Rei, janeiro de 2006).

Na fala acima, destaca-se a importância do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais como uma figura importante na construção da luta por direitos e construção da identidade política. Porém, estes mesmos trabalhadores não descartam a importância da ação coletiva. Por isso, nem sempre a negociação pode ser feita apenas com a presença das lideranças, mas exige que a presença do conjunto de trabalhadores, o grito da terra e os grandes acampamentos, que foram organizados na região a partir de 1990 exemplifica esta afirmativa.

Nos assentamentos Cristo Rei e Ubá, destaca-se a figura dos delegados do sindicato, como um nome aglutinador, e que reúne em torno de si o debate, a organização da luta no assentamento. Já no Assentamento Rio Branco, tal liderança está diretamente relacionada aos nomes dos presidentes das associações de produtores. Observei que a organização política apresenta-se diluída no seio da associação de produtores rurais, tanto no assentamento Cristo Rei, quanto no assentamento Ubá e Rio Branco. O espaço da associação é o espaço da construção das lutas e, por conseguinte do debate e da formação político. Assim, os presidentes das associações acabaram ocupando também a função de delegado do sindicato. Esta função os destacam, os tornam peças-chave nas mais diversas atividades desenvolvidas dentro e fora do assentamento.

CONCLUSÃO

“Alguns dos camponeses que haviam discutido com ele [o fazendeiro russo Liêvin] por causa do feno, tanto aqueles com quem fora injusto como os que tinham procurado enganá-lo, cumprimentavam-no, alegres. Sem dúvida, não sentiam nem podiam sentir rancor algum, nem tão pouco arrependimento, pois não se lembravam sequer do que acontecera. Tudo se afundara no mar alegre do trabalho em comum. Deus dá o dia e também as forças; o dia e as forças são consagradas ao trabalho, e é toda essa recompensa. Para quem é o trabalho? Quais os seus frutos? Eis reflexões secundárias e insignificantes” (Leon Tolstoi – Ana Karênina, 1995: 270).

Procurei ao longo deste trabalho apresentar as transformações sofridas pela região Sudeste do Pará, com destaque para a expansão do capitalismo e seu modelo de desenvolvimento proposto para a região em fins da primeira metade do século XX. Buscou-se através do entendimento dessas transformações territoriais compreender o processo de apropriação privada da terra, bem como o domínio dos latifúndios e o conseqüente processo de des(territorialização) vivido pelos camponeses.

Verifiquei que a desterritorialização conseqüente da desenfredda privatização das terras na Amazônia promoveu, de uma certa forma, a ampliação das estratégias e segmentos sociais envolvidos na luta pela terra. Da mesma forma, o sentido da luta se ampliou, apoiado no surgimento dos novos movimentos sociais e nas suas demandas. A luta do posseiro se agregou à luta do sem terra, do sem teto, dos atingidos por barragem, da questão indígena e de tantas outras.

Posteriormente busquei, através da trajetória social dos assentados nos assentamentos Ubá, Cristo Rei e Rio Branco, compreender como suas

experiências e vivências concorriam para uma forma particular de organização nos referidos assentamentos. Constatei, por exemplo, que a organização da produção está fortemente marcada pela cultura natal, de origem nordestina, não se apresentando necessariamente como elemento que geraria uma suposta diferenciação social.

Independentemente da orientação de mercado, estes trabalhadores, orientam as suas produções para a garantia das necessidades, alimento, moradia, saúde, sem contudo atentarem para sua maior ou menor inserção no mercado. Enfim, o mercado não organiza a sua produção. São, sobretudo, fugitivos da terra escassa e da vida de necessidade. Por isso, obstinadamente orientam-se para a garantia da vida. A garantia nada mais é do que a reprodução do grupo social. Assim, toda a dinâmica da vida camponesa está entrelaçada com o modo de vida familiar, que modela e é modelada pelo trabalho.

Por último, analisei a diferenciação social que se descortina no processo de construção da vida como assentado sem, contudo, apresentar-se marcada univocamente pelo elemento econômico. Aqui, priorizei elementos como organização econômica, sociabilidade e política.

Diferentemente das abordagens clássicas que acenam para a posição do camponês em dois extremos da estratificação social, percebi que nos assentamentos estudados a diferenciação social apresenta-se para além do processo de produção econômica. Na verdade, ele se materializa, sobretudo, nas relações sociais que estreitam os laços de solidariedade e organização política dentro do assentamento.

Muito mais do que referência à capacidade produtiva do assentado, ressalta-se a capacidade organizacional edificada por eles ao longo do processo de construção de luta pelo assentamento. O elemento político perpassa as várias fases da luta pela terra, quer seja no momento da luta pelo seu acesso, quer na luta pela permanência nela.

Neste ínterim, forjam-se “autoridades”, representantes por excelência da fala, dos desejos e anseios do grupo como um todo, porém, sem jamais se tornarem unanimidade. Tal projeção não se constrói facilmente. Requer tempo

de amadurecimento e de atuação em meio a estes trabalhadores. Percebi que a vida destas lideranças confunde-se com a própria história de luta: uma coisa aparece diretamente ligada à outra.

Neste universo, podemos afirmar que a organização da produção pelos assentados, assim como, seu universo cultural e de organização política aparecem como elementos que dão significado à diferenciação do campesinato no Sudeste paraense.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo em Questão*. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- ALMEIDA, A. W. B. *Carajás: A Guerra dos Mapas*. Belém, Seminário: Revista ampliada, março de 1995.
- _____. GETAT. *Segurança Nacional e o Revigoramento do Poder Regional*. V.7, 1980.
- _____. “Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de Relação política na Amazônia” IN D’INCAO, M. A. ; SILVEIRA, I.M. (Org). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1994.
- ANDRADE, M. C. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução a economia regional*. São Paulo: Atlas, 1987.
- _____. *Nordeste: pólos de desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- BERGAMASSO, S.M..P.P., CARMO, M.S. “Reforma Agrária dá certo?”, *Reforma Agrária*. V.21, n 01, jan/abr. Campinas: ABRA, 1991.
- BECKER, B. “Estado, Nação e Região no final do século XX”. In: D’INCAO, M. A ; SILVEIRA, I.M. (Org) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Emilio Goeldi, , 1994.
- _____. *Amazônia*. São Paulo: Ed. Contexto, 1989.
- BRANDÃO, C. R. *Plantar, Colher, Comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- _____. (org) *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Identidade e Etnia*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

- CALABI, D.& INDOVINA, F. *Sobre o Uso Capitalista do Território*.1973 s.1. (datilo)
- CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades,1972.
- CARDOSO, F. H.; MULLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*.São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- CASTRO, E. et al. *Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e organização do espaço*. Belém: UFPA, 1995.
- CASTRO, I., GOMES, P .C., CORRÊA,R.L. *Geografia conceitos e Temas*. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil,1996.
- CAT/LASAT/COOCAT. *Documentos Científicos de uma década*. Belém: UFPA, 1998.
- CETRULO, F. Simmel. “Sociabilidade e Sociedade Moderna” In: M. D’Incao, (org.), *Sociabilidade: Espaço e Sociedade*. São Paulo: Grupos Editores.1999.
- CHAYANOV, A. V. *La Organizacion de la Unidad Econômica Campesina*. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974.
- CNBB. Pastoral da terra: posse e conflitos. *Estudos da CNBB*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1977.
- COELHO, M.C.N. (org). *10 Anos de Estrada de Ferro de Carajás*. Belém: UFPA/NAEA, 1997.
- COELHO,M.C.N. “A Polêmica Ocupação dos Sem Terra na região de Carajás”. In: Ximenes, T. (Org), *Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21*. Pará: UFPA, 1997.
- _____. “Desenvolvimento Sustentável, economia política do meio ambiente e a problemática ecológica da Amazônia” IN D’INCAO, M. A . e SILVEIRA, I.M. (Org) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1994.
- CPT. *Conflitos no Campo – Brasil*. Goiânia: 1996/97/98.
- CPT. *Um Dossiê dos Crimes da Terra*. Goiânia: 2005.
- _____.*A Luta pela terra – a Comissão da Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

D'INCAO, M. A . e SILVEIRA, I.M. (org) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1994.

EMMI, M. *Oligarquia dos Tocantins e Domínios dos Castanhais*. Belém: UFPA, 1987.

FERNANDES, B. M. *MST – Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Questões Teóricas-Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. *Boletim Paulista de Geografia*. N 75. São Paulo, 1998.

_____. *Contribuição do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST*. São Paulo, 1999. Tese de (Doutorado) USP.

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social. *Currículo sem fronteiras*, v.3 n.1, pp.11-27 – jan/junho 2003

_____. Gênese e Desenvolvimento do MST. *Cadernos de Formação*. N. 30. São Paulo, 1998.

FERREIRA, D.A .*O Mundo rural e Geografia Agrária no Brasil:1930-1990*. São Paulo. UNESP,2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1979.

GARCIA, J.A .R. *O Sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: ed. UNB-MCT-CNPQ,1989.

GEORGEN, S.A, STÉDILE, J, P. *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

GOMES, P. C da C. “O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: Castro, I. E. et al. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1995.

GOTTDIENER, M. *A Produção do Espaço Urbano*. São Paulo:Edusp,1997.

GRAZIANO, S. J. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRZYBOWSKI, C. *Os Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Fase, 1987.

- HÉBETTE, J. (Org). *O Cerco está se fechando*. Belém: Vozes FASE, NAEA, UFPa ,1991.
- HÉBETTE, J. A Resistência dos Posseiros no Grande Carajás. *Caderno do CEAS*. Salvador,1986. pg 67-75
- _____.O Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais e o Desenvolvimento Rural na Micro-Região de Marabá. *Agricultura familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*. V 1, Nº 3,
- _____.*Cruzando Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Ed.UFPA,2004. (Vol. I,II,III,IV)
- HÉBETTE; ALVES;QUINTELA. Parentesco, vizinhança e organização. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.B; MANESCHY,M.C. (Orgs.) *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: Edufpa, 2002. p.173-2002.
- HÉREDIA, B. M. *A Morada da Vida: Trabalho Familiar de pequenos produtores do Nordeste Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JUNIOR, A. T. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Anablume, 2002.
- IANNI, O. *A Luta pela Terra: a história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- IOKÓI, G. Z. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo – Brasil e Peru – 1964-1986*. São Paulo: Hucitec/FAPESP,1996.
- JUNIOR, P. H.B. *Ribeirinhos e Roceiros: Gênese, Subordinação e Resistência Camponesa em Gurupá – PA*. São Paulo,1991. (Mimeo)
- JUSTO, Marcelo Gomes. *Capim na fresta do asfalto: conflito pela terra em conde, Zona da Mata Paraibana*. São Paulo, 2000. Mimeo
- KAUSTKY, K. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial,1982.
- LENIN, V.I *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo:Abril Cultura,1982.

- LOUREIRO, V. R. *Amazônia, Homem, Estado Natureza*. Belém: Cejup, 1992.
- LOBO, E. S. *Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência*. Tempo Social; Revista de Sociologia. USP, 4(1-2):7-5, 1992.
- MACEDO, C. O. *Ilhas de Reforma Agrária no oceano do latifúndio: a luta pela terra no assentamento 17 de abril-PA*. São Paulo: FFLCH/USP, 2001 (Dissertação de Mestrado).
- MANESCHY, M.C. (Org). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: Edufpa, 2002 (p.283-317)
- MARQUES, M. I. *De Sem Terra a Posseiro, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos Assentados nas Fazendas Retiro e Velha-GO*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000. (Tese de Doutorado)
- MAGALHAES, S.B. "As grandes Hidrelétricas e as populações camponesas" IN D'INCAO, M. A . e SILVEIRA, I.M. (Orgs.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1994.
- MARTINS, J, de S. (Org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MARTINS, J.S. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia de história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A Reforma Agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.
- _____. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

MEDEIROS, L. Et al. (Orgs.). *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP-Prismas, 1994.

MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MORAES, A. C. R. *Pequena História da Geografia Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MUSUMECI, L. *O Mito da Terra Liberta*. ANPOCS, Socius. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.

NEVES, D. P. "Diferenciação Sócio-Econômica do campesinato". *Revista ANPOCS*, Cortez, 1988. p.220-241.

OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). *O Campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, A. U. *Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *A Geografia das Lutas no Campo*. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. *Agricultura Brasileira: Transformações Recentes*. In: *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Série Princípios, 1995.

OLIVEIRA, F. "A reconquista da Amazônia" In: D'INCAO, M. A. ; SILVEIRA, I.M. (org), *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1994.

PICARD, J. *O clientelismo nas colônias agrícolas do Sudeste do Pará*. D'INCAO, M. A. e SILVEIRA, I.M. (Orgs.) *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1994.

PINTO, L. F. *Amazônia: no rastro do saque*. São Paulo: Hucitec, 1980.

- PIQUET, R. *A Produção do Espaço Urbano em Carajás*. Rio de Janeiro: Relatório. do CNPQ, 1988.
- PRADO JR, C. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.
- QUEIROZ, M. I.P. de. *O Campesinato Brasileiro: Ensaio sobre civilização e Grupos Rústicos no Brasil*. Petropolis: Vozes, 1973.
- RAFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, E. et al. "Frutos do Tempo: Movimentos Sociais ontem hoje". *Anuário de Antropologia Política e Sociologia: Pluralismo, Espaço Social e Pesquisa*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1995.
- ROY, G.A. "Agricultura Familiar nas Frentes de Colonização da Transamazônica: ensaio crítico sobre as abordagens agroeconômicas". In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.B.; MANESCHY, M. C. (Org.). *No Mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: UFPA, 2002.
- SADER, E. *Quando Novos Personagens entraram e Cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, M, R. C.T. *Espaço e Luta no Bico do Papagaio*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 1988.
- SAHA, S.K. "Industrialização e Mudança Social na Área de Marabá – Carajás na Amazônia Oriental Brasileira". In: *10 anos de Estrada de Ferro de Carajás*. UFPA/NAEA, Belém, 1997.
- SANTOS, J.V.T. *Colonos do Vinho: Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SAUER, Sérgio. *Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Goiânia/Rio de Janeiro/Curitiba: Terra de Direitos, 2005.
- SCHERRER –WARREN. *Movimentos Sociais*. Florianópolis: Editora UFSC, 1987.
- SDDH. *Uma Necessária Retrospectiva dos Fatos*. Agosto/1997 – Marabá-PA. (Documento anexado ao processo "Eldorado de Carajás".)
- SHANIN, T. *La Classe Incomoda*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SIMONETTI, M. C. L. a Longa Caminhada: A (Re) construção do Território Camponês em Promissão. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, 1999.

SILVA, L. H. B. da. Diferenciação Social e Campesinato: um estudo sobre o PA Tropicália no Nordeste do Pará. Dissertação (Mestrado) Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFGA, 2004.

SZMRECSÁNYI T.; QUEDA, O. *Vida Rural e Mudança Social: Leituras básicas da Sociologia Rural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa I : A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VEIGA, J. E. "O Brasil agrário ainda não encontrou o seu eixo de desenvolvimento". São Paulo: *Revistas de Estudos Avançados* 15(43), 2001.

VELHO, G. "Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica". In: *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

VELHO, O. G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.

WOLF, E. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

WOORTMANN, K. "Com Parente não se Negueia": o Campesinato como Ordem Moral. *Anuário Antropológico*/87. Brasília: UNB/Tempo Brasileiro, 1990.

ANEXOS